

UNIVERSIDADE CENTRO-OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

ELIS CAMILA VOLOCHATI

**MULHERES RURAIS: ANÁLISE ACERCA DA TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO
ASSENTAMENTO BANANAS, DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA (PR).**

IRATI, 2021

ELIS CAMILA VOLOCHATI

**MULHERES RURAIS: ANÁLISE ACERCA DA TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO
ASSENTAMENTO BANANAS, DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA (PR).**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento Comunitário do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro.

Orientador: Prof. Dr. Ancelmo Schörner.

IRATI, 2021

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

V929m Volochati, Elis Camila
Mulheres rurais: análise acerca da trajetória das mulheres no Assentamento Bananas, do município de Guarapuava (PR) / Elis Camila Volochati. - - Irati, 2021.
vi, 108 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. 2021.

Orientador: Ancelmo Schörner
Banca examinadora: Ancelmo Schörner, Kátia Alexsandra dos Santos, Karolyna Marin Herrera
Bibliografia

1. Luta pela terra. 2. Assentamento. 3. Mulheres trabalhadoras rurais.
I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário.

| CDD 305.4



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIS CAMILA VOLOCHATI

“MULHERES RURAIS: ANÁLISE ACERCA DA TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO BANANAS, DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA (PR)”

Dissertação aprovada em 20 de dezembro de 2021, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte banca examinadora:

Dr. Ancelmo Schörner - (UNICENTRO) Orientador

Dr.^a Kátia Aleksandra dos Santos - (UNICENTRO) Examinadora Interna

Dr.^a Karolyna Marin Herrera - (UFSC) Examinadora Externa

Irati, 27 de abril de 2022

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, 875 – Cx. Postal 3010 – Fone: (42) 3621-1000 – FAX: (42) 3621-1090 – CEP 85.015-430 – GUARAPUAVA – PR

Campus CEDETEG: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Fone/FAX: (42) 3629-8100 – CEP 85.040-080 – GUARAPUAVA – PR

Campus de Irati: PR 153 – Km 07 – Riozinho – Cx. Postal, 21 – Fone: (42) 3421-3000 – FAX: (42) 3421-3067 – CEP 84.500-000 – IRATI – PR

Às minhas avós Olivia Holman Volochati (*in memoriam*)
e Naldina Alves da Rocha.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sabedoria e por conduzir meu caminho permitindo a conclusão de mais essa etapa.

Agradeço ao apoio incondicional de minha mãe, Roselia, e ao meu pai, Luiz Carlos, que orientaram meu caminho até aqui, contribuíram para minha formação como ser humano e foram meu porto seguro em tempos difíceis.

Agradeço a meu companheiro, Ricardo, pelo carinho, incentivo e compreensão nos meus momentos de recolhimento ou de tensão.

Ao meu bebê, Arthur, que muitas vezes adormeceu em meus braços enquanto eu o amamentava com a atenção dividida entre seu olhar e a tela do computador ao redigir a dissertação.

Ao meu orientador, Professor Dr. Ancelmo, por ter assumido e acreditado em meu trabalho, demonstrando sempre seriedade, por compreender minhas angústias e minhas dificuldades.

À Professora Dr^a. Kátia Alexsandra dos Santos pela atenção, dicas e sugestões que foram de grande valia no momento da banca de qualificação.

À Professora Dr^a Karolyna Marin Herrera, pelas contribuições no momento da banca de qualificação e pelo seu referencial teórico, que se constituiu como um alicerce para esta dissertação.

À Professora Dr^a Maria Ignês Paulilo, pela contribuição de sua vida dedicada às mulheres rurais e pelo livro grandioso que me presenteou de forma singela, contribuindo de maneira fundamental para esta pesquisa.

Agradeço ao apoio incondicional da minha família, principalmente minha minha irmã Ana Priscila.

Aos amigos companheiros de estrada, Cibeli, Fábio e Ney, que do nascer ao pôr-do-sol, idas e vindas, foram companheiros nas viagens às aulas do Mestrado.

Às amigas que conheci no Coletivo Feminista Claudia da Silva Thalyta, Nayara, Valeria, Rafaela, Rosangela e Carine.

Aos(às) profissionais da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural e da CARMUG, pela atenção e apoio.

Aos(às) participantes do COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional) que têm construído uma caminhada relevante para o acesso aos direitos da população guarapuavana.

Agradeço à equipe de trabalho do CRAS Volante I, porque mostraram sua parceria e compartilharam momentos importantes no território pesquisado.

A todos os docentes, funcionários e colegas de estudo do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, pela troca de conhecimentos, informações e amizade no decorrer do curso.

Por fim, e não menos importante, sou grata às mulheres entrevistadas do Assentamento Bananas, pela coragem, força, dedicação e luta. Sem elas essa pesquisa não seria possível.

*"O correr da vida embrulha tudo,
a vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem".*

Guimarães Rosa

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral compreender a trajetória das mulheres rurais que integram o Assentamento Bananas, localizado no município de Guarapuava (PR). Nesse sentido, buscamos analisar qual a contribuição das mulheres para o desenvolvimento social do assentamento pesquisado. Ao dialogar sobre os papéis sociais de gênero na luta pela terra, buscamos desenvolver uma pesquisa consoante com a literatura feminista, de natureza qualitativa, realizada a partir da metodologia proposta pela História Oral, tendo como instrumento de coleta de dados as entrevistas com cinco mulheres que integram a Associação de Produtores Rurais do Assentamento Bananas, pertencente ao referido assentamento. As entrevistas foram gravadas em áudio, mediante autorização das mulheres e transcritas. Para análise da pesquisa, partiu-se da construção histórica do assentamento, bem como a análise de indicadores elencados pela pesquisadora, que permitiram a aproximação com a realidade vivenciada pelas mulheres. Desse modo, verificamos que a representatividade das mulheres na produção de alimentos – seja para comercialização ou para autoconsumo – é um dos elementos fundamentais para a reprodução e fortalecimento das relações sociais estabelecidas no assentamento. Para as mulheres, o trabalho é mais do que uma forma de garantir o sustento familiar, é visto como uma rede de acessos para exercer sua autonomia e protagonismo, fatores que possuem sua interface com os processos de luta e resistência das mulheres nos espaços de participação local.

Palavras-chave: Luta pela terra; Assentamento; Mulheres trabalhadoras rurais.

ABSTRACT

The present work had as general objective to understand the trajectory of rural women who integrate the Bananas Settlement, located in the municipality of Guarapuava (PR). In this sense, we seek to analyze the contribution of women to the social development of the researched settlement. By dialoguing about the social roles of gender in the struggle for land, we seek to develop a research in line with the feminist literature, of a qualitative nature, carried out from the methodology proposed by Oral History, having as a data collection instrument the interviews with five women who are part of the Association of Rural Producers of the Bananas Settlement, which belongs to the aforementioned settlement. The interviews were audio-recorded, with the authorization of the women, and transcribed. For the analysis of the research, we started with the historical construction of the settlement, as well as the analysis of indicators listed by the researcher, which allowed an approximation with the reality experienced by women. In this way, we found that the representation of women in food production – whether for commercialization or for self-consumption – is one of the fundamental elements for the reproduction and strengthening of social relations established in the settlement. For women, work is more than a way of guaranteeing family support, it is seen as a network of access to exercise their autonomy and protagonism, factors that have their interface with the processes of struggle and resistance of women in spaces of participation. place.

Keywords: Fight for land; Family farming; Rural working women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Guarapuava em relação ao Sul do Brasil e em relação ao Estado do Paraná.....	16
Figura 2 - Foto da igreja localizada no Assentamento Bananas.....	19
Figura 3 - Foto do acesso ao Assentamento Bananas.....	19
Figura 4 - Mapa de Guarapuava e localização do Assentamento Bananas	20
Figura 5 - Gráfico do número de ocupações entre 1988 - 2010	33
Figura 6 - Localização do Assentamento Bananas com relação ao distrito Guará....	36
Figura 7 - Foto das famílias no barracão onde se instalaram no começo da ocupação do Assentamento Rio Bananas (Guarapuava-PR), 1999	83
Figura 8 - Foto do trabalho das mulheres na Pastoral da Criança (Guarapuava-PR), 1999	84
Figura 9 - Foto do início dos trabalhos no Assentamento Rio Bananas (Guarapuava-PR), 1999	85
Figura 10 - Foto que registra o descontentamento por morar em lugar desconhecido e com muitas precaridades, Assentamento Rio Bananas (Guarapuava-PR), 2001...	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Dissertações	21
Quadro 2 - Objetivos e conceitos de referência das pesquisas correlatas	22
Quadro 3 - Metodologia, participantes e instrumentos das pesquisas correlatas	27
Quadro 4 -Assentamentos do município de Guarapuava-PR	35
Quadro 5 - Perfil das mulheres entrevistadas.....	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I- METODOLOGIA DA PESQUISA	12
BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	12
RECORTE DA PESQUISA.....	15
PESQUISAS CORRELATAS.....	20
Objetivos e conceitos de referência das pesquisas correlatas	22
Metodologia, participantes e instrumentos utilizados nas pesquisas correlatas	26
CAPÍTULO II - O OLHAR PARA A LUTA PELA TERRA NO PARANÁ	29
2.1 O CONTEXTO DE SURGIMENTO DO ASSENTAMENTO BANANAS	32
CAPÍTULO III - MULHERES RURAIS: GÊNERO E DIREITOS SOCIAIS	38
3.1 CONTRIBUIÇÕES DA CATEGORIA DE GÊNERO	38
3.2 MULHERES RURAIS E DIREITOS SOCIAIS.....	42
CAPÍTULO IV - AS MULHERES E O TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO	48
A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	51
AS MULHERES E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	54
O autoconsumo e a alimentação saudável.....	55
Os grupos produtivos e a produção nas unidades familiares.....	61
CAPÍTULO V - ANÁLISES DOS DADOS: AS MULHERES RURAIS E O CONTEXTO DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO BANANAS	70
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS	70
5.2. MEMÓRIAS DOS DIAS DE ACAMPADAS: AS INCERTEZAS NA CHEGADA DAS FAMÍLIAS AO ASSENTAMENTO.....	81
5.3 O TRABALHO DAS MULHERES NA ATUALIDADE	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102
ANEXO I – ENTREVISTAS	108

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar elementos acerca da trajetória das mulheres assentadas surge da aproximação que teve início com o trabalho realizado nas áreas rurais do município de Guarapuava, com o intuito de possibilitar o acesso ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS às comunidades mais distantes das políticas sociais.

Com base nos acompanhamentos socioassistenciais realizados pela equipe do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) no período de 2014 a 2019, adentramos o cotidiano das famílias das áreas rurais do município, em especial do distrito de Guará, onde está localizado o assentamento em que se realizou este estudo. Naquele período, ouvíamos as falas de muitas mulheres que chefiavam famílias e, por vezes, encontravam-se em situação de insegurança alimentar. Diante disso, questionávamos quais os caminhos para garantir àquela população maior qualidade de vida, principalmente no aspecto alimentar, já que segundo dados institucionais estávamos em regiões com grande potencial produtivo (IAP, 2009).

Ao realizar visitas domiciliares nos assentamentos rurais do distrito de Guará, observamos o protagonismo das mulheres produtoras rurais e, aos poucos, fomos conhecendo o cotidiano, as vivências e os processos de trabalhos comunitários das mulheres que residem no assentamento. Assim, por meio da História Oral, obtivemos relatos da história mulheres que contribuíram para a construção do assentamento. Foi possível revisitar a memória de dias difíceis, processos veementemente de sofrimento, mas, sobretudo, de muita luta e satisfação pelo acesso à terra e ao trabalho no assentamento. Além disso, apresentamos também os registros de fotografia e histórias de vida dessas mulheres que, por vezes, foram silenciadas e não tiveram suas lutas e trajetórias valorizadas. Ao contrário, enfrentaram inúmeros obstáculos especialmente no que tange às assimetrias de gênero e por trabalharem no espaço rural.

Deste modo, o trabalho com a população no meio rural, seja no Assentamento Bananas ou na comunidade do entorno, proporcionou grande aprendizado. Isto porque foi nas varandas das casas dos sítios ou em barracos de lona preta das ocupações vizinhas que presenciávamos a indignação e a resistência

de mulheres que, além de enfrentarem as adversidades da vida no espaço rural, superavam os percalços da falta de acesso às políticas sociais mais básicas.

Face ao exposto, esta dissertação dialoga com a temática de gênero, essencialmente devido à necessidade de se discutir sobre as vivências das mulheres no campo nos dias de hoje e quais os caminhos percorridos em busca do processo para garantir melhores condições de vida.

A partir dessas inquietações, desenvolvemos uma pesquisa consoante à literatura feminista baseada nos trabalhos de Paulilo (2016), Deere (2004; 2018), Herrera (2015; 2019), Siliprandi (2010) e Wanderley (1996), Neves e Medeiros (2013), que compreende os processos de luta das mulheres rurais, direcionada a pensar estratégias para contribuir com as políticas públicas nos níveis locais, especialmente por observarmos nos espaços rurais um contexto de vulnerabilidade social das famílias, nos quais as mulheres são as maiores penalizadas.

Para analisarmos a divisão sexual do trabalho no contexto da mulher rural, fazemos uso da categoria de gênero que, por meio de condicionamentos sociais revelados sob a ótica cultural, econômica, política e social, propiciam a opressão e subordinação das mulheres do campo. Esses condicionamentos são ancorados sob a perspectiva que mantêm as hierarquias e a naturalização dos papéis do homem e da mulher no cotidiano familiar (HERRERA, 2015).

Neste trabalho, tratamos dessa problemática por se constituir uma questão de gênero a ser pensada sob os aspectos que instituíram a organização da agricultura familiar no âmbito das relações de poder. Sobretudo por entendermos que a família, analisada sobre os aspectos das relações hierárquicas e de dominações, dos homens sobre as mulheres e dos pais sobre as filhas e filhos (HERRERA, 2019, p. 21).

Nesta perspectiva, adentramos aos espaços das representações de gênero, conceito interpretado a partir de um elemento constitutivo das relações sociais e dá significado às relações de poder (SCOTT, 1995).

Historicamente, o avanço na perspectiva dos direitos sociais e a ampliação das discussões políticas sob a perspectiva das mulheres rurais teve grande impacto nas garantias e direitos resguardados no ornamento jurídico brasileiro. Essa contribuição vem da luta das mulheres em espaços políticos e por meio das organizações coletivas que ganharam destaques com os movimentos sociais

autônomos de mulheres, Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e os sindicatos rurais (DEERE, 2004).

Estes processos têm despertado olhares para que muitos pesquisadores(as) acadêmicos(as) se dediquem aos estudos de gênero no campesinato. Segundo Neves e Medeiros (2013), houve um processo de secundarização dos estudos nesta área devido a outras imposições temáticas, entretanto se faz necessário ampliar este diálogo uma vez que essas lutas demandam reconhecimento também no ambiente acadêmico, sobretudo ao pensarmos que as mulheres rurais possuem uma representatividade abrangente e que as questões levantadas por elas se diferenciam às problemáticas urbanas, estando interligadas ao processo de luta pela terra.

Por esta razão, atemo-nos às contradições existentes entre os espaços ocupados pelas mulheres no trabalho que realizam no cotidiano do assentamento, pensada a partir dos dilemas da divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007). Pois, compreendemos a relação das mulheres rurais com o trabalho se configura como uma ação política, dialogada a partir dos processos de sociabilidade e subjetividade (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Diante disso, para a problematização da pesquisa elencamos as seguintes indagações:

- *Quais os desafios apresentados na trajetória de vida das mulheres agricultoras?*
- *Quais as principais mudanças evidenciadas após a chegada delas no assentamento?*

Ou seja, partimos do debate em torno das manifestações das questões de gênero e o cotidiano das mulheres assentadas, um espaço tradicionalmente marcado pelas assimetrias de gênero. Soma-se a isso o olhar para compreender as estratégias de luta e sobrevivência de mulheres que entrevistamos e que concordaram gentilmente em compartilhar suas experiências de vida no meio rural.

Procuramos conhecer os espaços de discussão, as reuniões em que elas estavam presentes, visitamo-las em suas casas e recebemos o convite para participar dos grupos desenvolvidos por elas, além de entrevistarmos técnicos e agentes mediadores que trabalham com a produção da agricultura familiar na região.

Nessa direção, a pesquisa tem como objetivo fundamental retratar a trajetória das mulheres agricultoras do assentamento, apresentando o perfil das mulheres e a

contribuição delas para a constituição e desenvolvimento do assentamento e trazer à tona os desafios narrados por elas neste percurso, buscando analisar as questões referentes à categoria de gênero.

Em resumo, temos o intuito de nos ater às relações estabelecidas na origem do assentamento, no trabalho, no ambiente doméstico, na agricultura e a participação comunitária por meio da Associação de Produtores Rurais do Assentamento Bananas. Propomo-nos a trazer elementos históricos sobre o espaço social das mulheres trabalhadoras rurais a partir das suas vivências no trabalho, buscando, sobretudo a partir da contribuição do referencial teórico de gênero, analisar como se perpetuam as relações entre homens e mulheres no espaço/tempo do assentamento, bem como são percebidas e reproduzidas.

Para discorrer sobre a temática elencada, esta dissertação está estruturada em cinco seções capitulares. No primeiro capítulo, apresentamos breves considerações metodológicas e a caracterização do recorte da pesquisa, as pesquisas correlatas realizadas para aprofundar as correlações com o tema pesquisado e caracterizamos as cinco mulheres entrevistadas do Assentamento Bananas.

No segundo capítulo abordamos a luta pela terra no Paraná, assim, ao caracterizarmos importantes conflitos que fizeram parte da construção sociohistórica no Estado expressando a resistência das famílias para efetivarem a regularização de suas terras e também retratamos o contexto do surgimento do assentamento pesquisado.

No terceiro capítulo, evidenciamos a inserção das mulheres no trabalho reprodutivo e produtivo, bem com a divisão sexual do trabalho incide sobre estas categorias. Neste item mencionamos a produção de alimentos realizadas pelas mulheres e a importância do autoconsumo para a reprodução familiar e como a inserção de mulheres em grupos produtivos contribuiu para questionar as estruturas pertinentes aos papéis e representações femininas na agricultura familiar, ainda neste capítulo realçamos o trabalho doméstico e de cuidados que as mulheres realizam, que por vezes são subvalorizados.

No quarto capítulo, intitulados 'mulheres rurais: gênero e direitos sociais' trazemos referenciais que dialogam com a categoria de gênero no sentido de expressar os antagonismos presentes nas relações sociais, as quais expressam práticas culturais por vezes antagonicas que acabam por subalternizar os papéis

sociais femininos. Adentramos também nos processos de luta das mulheres rurais para exercer seu protagonismo em busca da efetivação de direitos sociais.

E, finalmente, no quinto capítulo apresentamos as análises de dados subdivididas em três momentos, que iniciam com a análise do perfil das mulheres e os principais fatores sociais presentes em suas narrativas. Em seguida, caracterizamos a chegada das famílias ao Assentamento Bananas. A partir da trajetória das mulheres procuramos identificar os processos de trabalho no início do assentamento, fatores como a organização social no espaço e as incertezas e as expectativas presentes nesse momento. Por último, buscamos retratar o trabalho das mulheres entrevistadas na atualidade, bem como os desafios postos neste cenário.

CAPÍTULO I- METODOLOGIA DA PESQUISA

BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

“As palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos” (HOBBSAWM, 2008, p. 2)

Para conhecermos os discursos das mulheres no assentamento, utilizamos a história oral, metodologia pela qual tivemos a possibilidade de analisar criticamente a situação e conhecer o cotidiano das assentadas. Além de propiciar o resgate das oralidades, a História Oral trouxe à tona vozes de mulheres que, por muitas vezes, foram ocultas ou silenciadas. Como meio primário de comunicação, analisar a oralidade exigiu aos pesquisadores atitude prática e envolvimento no confronto direto com a pesquisa.

A escolha por essa comunidade é justificada pela presença significativa de mulheres na produção de alimentos, além da proximidade e familiaridade da pesquisadora a esses locais, por ser a região na qual exercia seu trabalho.

Assim, ao iniciarmos a pesquisa, partimos de um levantamento prévio junto à equipe da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Guarapuava. Após o levantamento, iniciamos as entrevistas em maio de 2019 e finalizamos em novembro do mesmo ano. Utilizamos as narrativas com base na história oral, obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas e gravadas nas casas das entrevistadas, com exceção de uma delas que foi feita no espaço cedido pela Central das Associações Rurais de Guarapuava (Carmug). Todas as entrevistadas concordaram com a realização da pesquisa e confirmaram anuência por meio de termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Sendo assim, levantamos como critério de seleção os pressupostos: ser trabalhadora rural; estar associada à associação de produtores rurais; ter participado da formação do assentamento.

Contamos também com a coleta de registros em jornais locais, entrevistas com os profissionais da Emater¹ e Secretaria Municipal de Agricultura, atas e documentos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

Em face disso, passamos a conhecer mais sobre a dinâmica de funcionamento das Associações de Produtores Rurais, já que estas se constituem

¹ O Instituto Emater é uma autarquia estadual que se encontra vinculado à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.

como espaços de organização do trabalho dos agricultores e agricultoras locais. Também possibilitou o processo de diálogo entre os(as) produtores(as) dos distritos com as instâncias de governo que viabilizam o acesso aos programas de compra e venda de alimentos e demais subsídios que fortalecem e fomentam o desenvolvimento da produção dos (as) agricultores (as) familiares.

Contamos com os relatos de cinco mulheres que aceitaram compartilhar momentos importantes de suas memórias. Nesse ínterim, partimos da compreensão de que suas histórias e construções identitárias estabelecem suas relações de convívio.

A acolhida e a partilha de relatos familiares, juntamente à necessidade de mantermos um olhar crítico no que se refere à análise das narrativas, constituiu-se como um desafio na realização da pesquisa, pois ao conhecermos elementos subjetivos presentes na história das mulheres, trilhamos um caminho que exige certa aproximação, sem, contudo, colocarmos de lado a objetividade da pesquisa e o reconhecimento de que as narrativas estão postas sobre o movimento do tempo que se relaciona com o passado e com o presente. Como argumenta Le Goff (1999, p. 100) sobre um dos dilemas da pesquisa no que se refere à objetividade:

O historiador preso entre seu engajamento e o dever profissional da objetividade tem muita dificuldade em conciliá-los honestamente. Mesmo se o passado desencadeia suas paixões, para ele é mais fácil tomar distância, pois a distância do tempo está objetivamente presente.

Assim, a história oral como metodologia de pesquisa nos trouxe a possibilidade de analisarmos criticamente os discursos e conhecermos o cotidiano das assentadas, além de propiciar o resgate das oralidades, trazendo à cena as vozes dessas mulheres.

A História Oral utiliza-se de metodologia própria para a produção do conhecimento. Sua abrangência, além de pedagógica e interdisciplinar, está relacionada ao seu importante papel na interpretação do imaginário e na análise das representações sociais (FREITAS, 2006, p. 17).

Por meio de uma técnica de entrevistas e demais procedimentos articulados entre si, a história oral passa a ser definida como uma peculiar estratégia de produção de conhecimento. Freitas (2006), em sua reflexão acerca do uso da história oral, aponta que embora a tradição oral seja bastante comum em comunidades tidas como “iletradas” ou tribais, ela também é facilmente identificada em sociedades rurais ou urbanas, estando presente e sendo transmitida, por

exemplo, em cantigas de roda, brincadeiras e estórias infantis que passam de geração em geração.

A história oral nos traz a dimensão da participação do ser humano na memória coletiva, sem deixar de lado sua subjetividade. Por isso, buscamos relatos de mulheres que falam das suas histórias de vida, recordam as vivências e compartilham suas trajetórias de resistência. Para Veloso (2009), as fontes orais trazem consigo expectativas, ânimos e razões que fazem parte da experiência pessoal de cada uma.

Nesse sentido, explica Thomson (1997, p. 57), ao tratar da importância dos processos coletivos:

Nossa identidade (ou identidades, termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossa própria vivência. Construímos nossa identidade através do processo de contar histórias para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social.

Ademais, como recurso metodológico nesta pesquisa, a história oral permite a coleta de dados por meio da narrativa, na medida em que possibilita a busca pelo sentimento identitário, pois constrói um sentimento de grupo e pertencimento desses indivíduos e ajuda a melhorar sua organização interna.

As interfaces trazidas com a história oral se fundamentam no cerne das lutas coletivas, pois para Whitaker e Veloso (1998, p. 98), é necessário “ouvir o outro, solidarizar-se, coletivizar as experiências e as perspectivas individuais, buscar respostas e caminhos, entre o óbvio e o inusitado, entre movimentos de idas e voltas”.

Cabe considerar também que a história oral abre um leque de possibilidades, o que faz com que o(a) pesquisador(a) tenha acesso a depoimentos fascinantes, que partem das vivências e acontecimentos dos entrevistados. Todavia, “para o pesquisador, o depoimento que inúmeras vezes pode falar por si mesmo deve ser objeto de análise e interpretação. Só dessa forma o conhecimento crítico estará sendo produzido”, como lembra Delgado (2010, p. 31).

A história oral possibilitou escrever sobre o protagonismo das mulheres no assentamento por meio de relatos de suas vivências, trajetórias de vidas, trabalhos, escolhas, sonhos, violências, enfim, do cotidiano, do tempo e de suas memórias.

Ao estabelecermos a análise da pesquisa dividimos as fases em três momentos, os quais foram estruturados a partir da transcrição das entrevistas. No primeiro momento, categorizamos conhecer sobre a procedência de cada uma das mulheres, buscando saber de onde vieram, como era o local em que viviam e o que deixaram para trás – familiares, comunidades, saudades. Nesta parte, também procuramos trazer os relatos que elas consideraram importantes no passado, como a família de origem, a infância e os processos de educação formal.

Na segunda parte, destacamos a chegada no acampamento, hoje Assentamento Bananas. Por isso, questionamos como foi o início e quais eram as expectativas e os desafios encontrados com alimentação, organização, segurança e arranjos realizados, principalmente porque elas permaneceram em um barracão no processo de acampamento das famílias, onde hoje é uma indústria de alho, ou seja, as condições de moradia eram mínimas.

Na terceira etapa, estudamos o processo de desenvolvimento rural no assentamento, na busca por conhecer a organização do trabalho das mulheres, tanto na esfera doméstica quanto nas mini-indústrias, as quais são destaques no município, bem como na leiteria, na produção coletiva dos alimentos panificados e embutidos, nas agrovilas, nos aviários e também a participação delas nas esferas de representações políticas locais.

De tal modo, percorremos um caminho para nos aproximar paulatinamente da realidade dessas mulheres e conhecer suas memórias, fotos, documentos, registros que fizeram e ainda fazem parte do cotidiano delas.

RECORTE DA PESQUISA

O acesso à terra das famílias do Assentamento Bananas foi concretizado há mais de duas décadas, tendo em vista que começou em 1999 com a ocupação da área de uma empresa falida no ramo de cultivo de maçãs, lugar que era conhecido como Fazenda Pirapora. Ao abordar os moradores do Assentamento Bananas e os técnicos que trabalham diretamente com a agricultura familiar, percebemos que o campo de disputas na localidade ensejava um recorte baseado nas questões de gênero².

² Segundo Scott (1995, p. 6): “O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às

Após a ocupação das 63 famílias, foram divididas as porções de terreno e redimensionadas para 61 lotes, pois necessitavam de adequação, já que há uma reserva legal e o assentamento se encontra em área de APA³.

Diante desse contexto, elencamos essas mulheres para conhecer também da construção histórica do Assentamento Bananas, pois consideramos importante trazer aspectos relacionados à luta pela terra e aos desafios impostos a essas famílias.

Figura 1 - Localização de Guarapuava em relação ao Sul do Brasil e em relação ao Estado do Paraná



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapuava
Nota: Org BINDA, GOMES (2007)

A pesquisa foi realizada no município de Guarapuava, localizado na região Centro-Sul do Paraná. Esta região do Estado constituiu-se inicialmente com base na expansão do território para exploração das riquezas naturais pelos europeus. Como a mineração do ouro não teve o êxito desejado, implementou-se a pecuária para subsistência como atividade complementar e, mais tarde, o tropeirismo. Assim:

As atividades econômicas que perpassaram o processo de construção e desenvolvimento de Guarapuava foram a pecuária e o tropeirismo, a produção e extração da erva-mate, a extração da madeira e a agricultura (FIUZA, 2016, p. 21).

mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”.

³ APA – Serra da Esperança, Lei estadual nº 9.905, de 27/01/1992.

A cobertura de florestas do passado de Guarapuava favoreceu o ciclo de extração da madeira e a instalação de inúmeras serrarias. Porém, com o passar dos anos e o esgotamento desse recurso natural, a cidade passou a ser referência no cenário estadual como produtora de grãos, instalando-se o agronegócio como uma atividade econômica em expansão ao lado dos setores industrial e comercial.

Segundo estudos sobre o poder político do município, Guarapuava tem uma trajetória coronelista, patrimonialista, clientelista e nepotista, de modo a caracterizar a reprodução de estruturas em que predominam o interesse privado nas decisões políticas e centralizam o poder (FIUZA, 2016). Essa cultura apresenta nuances no cotidiano de muitas políticas sociais e tem um caminho longo para mudança, sobretudo se pensarmos em relações de gênero e equidade social.

A pecuária foi uma das principais atividades responsáveis pelo povoamento das regiões de interior do Brasil. Como afirma Fiuza (2016), a divisão territorial guarapuavana foi realizada a partir do sistema de sesmarias, o que facilitou a criação de grandes latifúndios com costumes próprios das “aristocracias fazendeira”, que mesmo após décadas com ciclos econômicos variados sustentou -se em razão da força da mão de obra camponesa

Com relação ao fator econômico, de acordo com o diagnóstico de gestão ambiental do município (2015), a agropecuária comercial se destaca pela alta produtividade em milho, cevada, soja, trigo, aveia e bovinocultura de corte, na produção de matrizes de aves de alto valor genético e comercial.

Guarapuava possui 3.403 unidades produtivas, sendo que 2.756 são de agricultores familiares (81%), isto é, a maioria dos produtores é composta por agricultores familiares, como as mulheres do Assentamento Bananas. Além delas, muitas outras famílias necessitam de ações públicas para ingressarem com rentabilidade no mercado e no processo produtivo. Tal questão é trazida pelas mulheres, principalmente quando reconhecem que a presença de incentivos fez toda a diferença para que elas aumentassem suas produções e se organizassem coletivamente.

No município existe cerca de 40 associações rurais que se organizam para facilitar as articulações locais e o desenvolvimento de suas atividades econômicas, bem como acesso aos programas existentes, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) –

Compra Direta. Nessas associações não é incomum ver mulheres na produção de alimentos, especialmente de panificados, laticínios e ovos.

Mesmo com baixa rentabilidade comercial, na maioria dos casos, os agricultores familiares são responsáveis por grande parte da produção leiteira e de hortifrutigranjeiros que abastecem diariamente a população urbana do município (GUARAPUAVA, 2015).

Além do Assentamento Bananas, Guarapuava possui diversos assentamentos da Reforma Agrária (Rosa, Europa, José Dias, XIII de novembro, Carolina, São Pedro, Paiol de Telhas, Nova Geração, XX de novembro e Alto da Serra) e uma comunidade Quilombola (Invernada Paiol de Telhas).

Apesar da alta produtividade da agricultura familiar, os assentamentos e a comunidade quilombola necessitam de investimentos em infraestrutura e, principalmente, de ações focadas que permitam a essas populações reconhecerem e aplicarem seu potencial em benefício próprio.

Um levantamento realizado em 2009 pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) buscou caracterizar toda a área de APA da Serra da Esperança. Desse modo, o segmento intitulado zoneamento ecológico-econômico trouxe aspectos importantes sobre a forma de organização econômica das áreas assentadas na região do distrito de Guará:

Os Assentamentos Bananas e Rosa fazem parte do Programa Linha do Leite e a agricultura e pecuária de subsistência também compõe a renda familiar. No assentamento Europa há produção de carvão. Nas comunidades Bananas e Monte Alvão algumas das fontes de renda citadas foram os empregos formais e informais no setor madeireiro (IAP, 2009, p. 295).

Com vistas a fortalecer sua produção, eles contaram com o apoio técnico da Emater⁴ para acessarem programas e subsídios que tinham como foco fortalecer o acesso das famílias ao microcrédito e expandir o potencial produtivo da agricultura familiar.

O Assentamento Fazenda Bananas está localizado no distrito de Guará, a cerca de 25 km do centro de Guarapuava. Encontra-se às margens da PR 364, um

⁴ O Instituto Emater é uma autarquia estadual que se encontra vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, com atuação em todos os municípios paranaenses. Está em Guarapuava desde 1967 e tem como missão promover o desenvolvimento rural sustentável. Amparado por um diagnóstico que aponta os potenciais produtivos da região, possui duas linhas de projetos econômicos o Leite e Diversificação (carnes, fruticultura, cultivos florestais, grãos e olericultura).

dos principais acessos ao município de Inácio Martins (PR). Está situado próximo de outras comunidades do entorno, como Assentamento XIII de novembro, Acampamento XX de novembro, Assentamento Europa, Assentamento Rosa, Guará (sede do distrito), Monte Alvão e Terra Cortada.

A comunidade de São João Batista é um símbolo da religiosidade presente no assentamento, onde as famílias participam semanalmente das atividades religiosas, sendo uma das características fortes da comunidade.

Figura 2 - Foto da igreja localizada no Assentamento Bananas



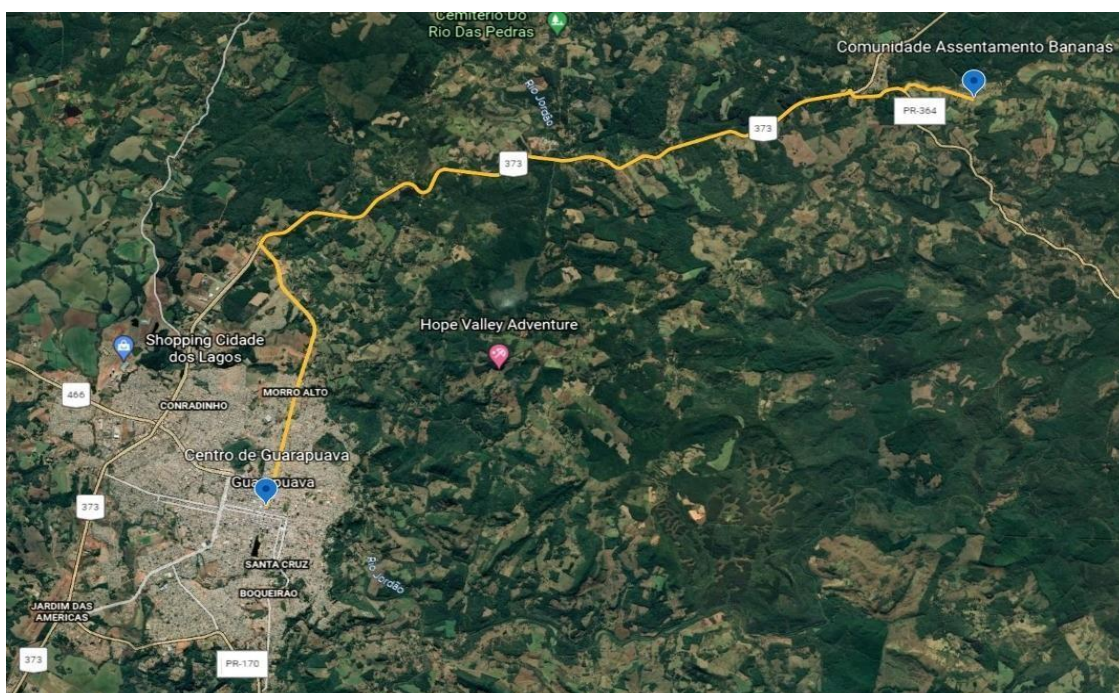
Fonte: site Retratos do Campo (2017)

Figura 3 - Foto do acesso ao Assentamento Bananas



Fonte: site Retratos do Campo (2017)

Figura 4 - Mapa de Guarapuava e localização do Assentamento Bananas



Fonte: Google Earth (2021)

PESQUISAS CORRELATAS

Para levantamento de pesquisas correlatas, vinculadas a programas de mestrado e de doutorado, realizamos uma seleção de trabalhos por meio do acesso ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. A seleção ocorreu com base nas seguintes etapas:

Etapa I: para seleção inicial utilizou-se o descritor 'mulheres agricultoras', resultando na identificação de 2208 teses e 474 dissertações.

Etapa II: nesta etapa, foram separadas as dissertações e tese publicadas no ano de 2020 vinculadas à Grande Área de Conhecimento 'multidisciplinar', à Área de Conhecimento 'sociais e humanidades' e à Área de avaliação 'interdisciplinar'. Assim, localizamos 181 dissertações e 52 teses, conforme mostra o quadro abaixo. Após esse resultado, selecionamos os estudos que mais se aproximavam das discussões elencadas nesta dissertação, este processo tem o intuito de trazer elementos que embasam a problemática apresentada.

Quadro 1 Dissertações

Título	Pesquisadora	Universidade
A terceira jornada de trabalho da mulher na contemporaneidade.	Vera Monica de Almeida Talavera	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
O “café feminino”: da roça para o mercado exterior e os processos de aprendizagem do grupo MOBI - Poço Fundo- MG	Juliana do Carmo Jesus Pio	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
“Nós que temos que dizer quem somos”: mulheres em movimentos agroecológicos no norte de Minas e teoria ecofeminista'	Deborah dias pereira	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
Práticas agroecológicas de mulheres do Acampamento Ilha Verde, Babaçulândia-To: Uma Perspectiva Decolonial	Camila Ailin Baeza	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Coletoras de sementes e semeadoras de florestas: o protagonismo das mulheres na Rede de Sementes do Xingu	Alessandra Schwantes Marimon	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Assentamento Fortaleza: Dinâmicas de modos de vida no norte do Estado Tocantins	Leila Sousa Franca	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Identidades, saberes e territorialidades no mundo do trabalho das pescadoras de camarão da Ilha do Tará - TEFÉ (AM)	Rosa Maria Ferreira dos Santos	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
O processo de transição agroecológica no Centro sul do Paraná: avanços e desafios vivenciados pelas famílias do Núcleo Monge João Maria	Silvana dos Santos Moreira	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Fonte: Banco de Teses e dissertações (2021)

As oito pesquisas estão vinculadas a diversas áreas e programas, como Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Divulgação Científica e Cultural, Desenvolvimento Social, Família na Sociedade Contemporânea, Desenvolvimento Sustentável e Extensão e duas implicam um programa voltado para os Estudos da Cultura e Território. Destaca-se também que são cinco dissertações e três teses. Cinco pesquisas estão vinculadas a Universidades Estaduais: Universidade Católica do Salvador, Universidade Estadual de Montes Claros, Universidade Estadual de Campinas, Universidade do Estado do Amazonas, Universidade Estadual de Ponta Grossa; e três foram desenvolvidas em Universidades Federais: Universidade Federal de Lavras e duas na Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Objetivos e conceitos de referência das pesquisas correlatas

A análise dos objetivos gerais das oito pesquisas correlatas possibilitou a identificação de vários aspectos convergentes, bem como especificidades que distinguem os estudos. Ademais, também possibilitou situar com dições que foram determinantes para compreender os fenômenos do trabalho das mulheres rurais proposto neste estudo.

Quadro 2 - Objetivos e conceitos de referência das pesquisas correlatas

Título	Pesquisador(a)	Objetivos	Palavras-chave
A terceira jornada de trabalho da mulher na contemporaneidade.	Vera Monica de Almeida Talavera	Compreender de que forma as mulheres que desenvolvem atividades dentro e fora do ambiente familiar executam a tripla jornada de trabalho, e quais as implicações disso para as relações sociais, familiar e para a saúde.	Família. Mulher. Mercado de trabalho. Tripla jornada.
O “café feminino”: da roça para o mercado exterior e os processos de aprendizagem do grupo MOBI - Poço Fundo- MG	Juliana do Carmo Jesus Pio	Compreender as práticas de aprendizagem ocorridas junto a um grupo de mulheres, agricultoras familiares para, assim, entender as relações entre essas práticas e a construção de igualdade e progresso do grupo Mulheres Organizadas Buscando Igualdade (MOBI).	Mulheres rurais; Aprendizado; Igualdade
“Nós que temos que dizer quem somos”: mulheres em movimentos agroecológicos no norte de Minas e teoria ecofeminista'	Deborah dias Pereira	Investigar as possíveis relações que se estabelecem entre as discussões advindas das teorias ecofeministas com a atuação de algumas figuras femininas do Norte de Minas que desenvolvem trabalho, liderança e representação no seio de suas comunidades.	Ecofeminismo; Agroecologia; Mulheres; Norte de Minas.
Práticas agroecológicas de mulheres do Acampamento Ilha Verde, Babaçulândia-To: Uma Perspectiva Decolonial	Camila Ailin Baeza	Analisar se as práticas agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres da comunidade Ilha Verde, em Babaçulândia-Tocantins.	Mulheres; Agroecologia; Epistemologias subalternas; Desobediência epistêmica.

Coletoras de sementes e semeadoras de florestas: o protagonismo das mulheres na Rede de Sementes do Xingu	Alessandra Schwantes Marimon	Diálogo sobre as práticas e discursos das mulheres coletoras de sementes da Associação Rede de Sementes do Xingu (RSX).	Amazônia; Xingu; feminismo; comunicação; reflorestamento
Assentamento Fortaleza: Dinâmicas de modos de vida no norte do Estado Tocantins	Leila Sousa Franca	Compreender como os processos de (des)territorializações vividos pelos assentados desde suas infâncias se relacionam com as formas por meio das quais eles organizaram a luta pela terra e como, desses processos, se originam suas territorialidades, seus modos de viver e suas identidades.	Cultura; Território; Memória; Modos de vida
Identidades, saberes e territorialidades no mundo do trabalho das pescadoras de camarão da Ilha do Tarará - TEFÉ (AM)	Rosa Maria Ferreira dos Santos	Analisar o debate sobre o trabalho da mulher amazônica no mundo contemporâneo, compreendendo seu modo de vida e destacando as territorialidades e as técnicas desenvolvidas nesta atividade, além de verificar as formas de uso e de comercialização do camarão.	Mulher; Trabalho; Pesca do Camarão; Territorialidades.
O processo de transição agroecológica no Centro sul do Paraná: avanços e desafios vivenciados pelas famílias do Núcleo Monge João Maria	Silvana dos Santos Moreira	Estudar as potencialidades e desafios, experimentadas por famílias camponesas, que optaram por realizar processos de transição da agricultura convencional para agricultura de base ecológica.	Participação; Sustentabilidade familiar; Organização; Modo de vida camponês; Gênero

Fonte: Talavera (2020), Pio (2020), Pereira (2020), Baeza (2020), Marimon (2020), Franca (2020), Santos (2020), MOREIRA, (2020).

Em relação às palavras-chave, observamos a existência de convergências nos conceitos diretamente vinculados à mulher, mulheres, gênero e feminismo, campesinato e agroecologia. Dos oito estudos, apenas um não possui nas palavras-

chave os termos relacionado a gênero e às mulheres, porém destaca o processo identitário na luta pela terra de famílias assentadas e a territorialidade. Os demais conceitos foram considerados individualmente e abordam os temas como trabalho, cultura, sustento, aprendizado, agricultura familiar e modo de vida camponês.

A convergência de parte das palavras-chave acentuou a relevância de todas as pesquisas correlatas para o conhecimento das questões acerca do trabalho e das condições de vida das mulheres agricultoras.

Destacamos termos como transição agroecológica e trabalho das mulheres estabelecendo vínculos com as análises enunciadas por Paulilo (2016) no resgate à valorização das práticas culturais e o trabalho feminino exercido pelas agricultoras, bem como os avanços e desafios vivenciados por elas.

Por sua vez, a análise dos objetivos possibilitou observar que todas as pesquisas apresentam condições relevantes para a elaboração da proposta de formação pretendida nesta pesquisa, entre elas:

A terceira jornada de trabalho da mulher na contemporaneidade (TALAVERA, 2020), esta pesquisa se comprometeu com a análise da perspectiva de gênero como elemento constitutivo das relações sociais (SCOTT, 1995) que sustentam os estudos sobre as assimetrias na divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007). O tempo utilizado para qualificação profissional e a atualização frequentes, somadas as demais tarefas resultam no desempenho sobre-humano, uma sobrejornada de trabalho que implica, inclusive, na renúncia das necessidades pessoais e possível comprometimento da saúde física e mental das mulheres, constituindo a tripla jornada de trabalho.

O “café feminino”: da roça para o mercado exterior e os processos de aprendizagem do grupo MOBI - Poço Fundo- MG (PIO, 2020), esta dissertação dialoga com a invisibilidade do trabalho da mulher no meio rural e a relaciona com os processos migratórios para a cidade, onde esperam ter mais reconhecimento e valorização pelo trabalho realizado. O trabalho expressa as estratégias de valorização das práticas educativas não-formais que contribuem para que o grupo de mulheres tenha obtido avanços na organização social e comercialização de um produto que leva a marca “feminino”. Por sua vez, ressalta a experiência teórica e prática para outros grupos de mulheres, além de tornar visível o trabalho deste grupo e das entidades de ensino, pesquisa e extensão envolvidas em trabalhos com o MOBI (Mulheres Organizadas Buscando Igualdade), evidenciando quais e como

as práticas educativas podem contribuir para a superação das desigualdades sociais e equidade de gênero no campo.

“Nós que temos que dizer quem somos”: mulheres em movimentos agroecológicos no norte de Minas e teoria ecofeminista' (PEREIRA, 2020): contribuições que permitem a percepção das lideranças femininas desempenhando impacto significativo na realidade externa, em seus espaços de circulação e fala, através do exemplo vivo de luta e resistência, desvelando as trajetórias de luta e protagonismo feminino. A pesquisa colaborou para vislumbrarmos as condições materiais muito significativas, tais como a identidade rural, dificuldade no acesso ao ensino formal, intensa jornada de trabalho e consciência da autonomia muito vinculada à luta pela terra.

Práticas agroecológicas de mulheres do Acampamento Ilha Verde, Babaçulândia-To: Uma Perspectiva Decolonial (BAEZA, 2020): o estudo concentra-se na perspectiva de conhecer como as práticas agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres podem gerar práticas educativas que gestem repertórios de pedagogias decoloniais e quais consequências trazem para a produção de saberes agroecológicos. Evidencia também a forma com que a reprodução da diversidade de aprendizados e conhecimentos são gerados no território a partir da experiência protagonizada pelas mulheres na agroecologia.

Coletoras de sementes e sementeiras de florestas: o protagonismo das mulheres na Rede de Sementes do Xingu (MARIMON, 2020): a dissertação propicia uma reflexão sobre o protagonismo das mulheres no processo de coleta e comercialização de sementes nativas, que visa a restauração de florestas nas regiões dos rios Araguaia e Xingu. Por meio da perspectiva ecofeminista, a autora ressalta, sobretudo, a trajetória dessas mulheres - a RSX (Rede de Sementes do Xingu) como uma alternativa de geração de renda e emancipação econômica, além de um modelo economicamente solidário e sustentável, inserido dentro de uma lógica de tecnologia social e um modelo extrativista não predatório.

Assentamento Fortaleza: dinâmicas de (des)territorializações, luta pela terra e modos de vida no norte do estado do Tocantins (FRANÇA, 2020): articulado ao debate interdisciplinar, a dissertação promove estudos de cultura e território visando compreender os processos de (des)territorializações vividos pelos assentados desde suas infâncias e como relacionam com as formas que eles organizaram a luta pela terra, assim como se originam as territorialidades, os modos de viver e as

identidades nesses processos. A autora utiliza as noções de cultura e experiência, representação, territorialidades, sentimentos e sentidos e processos identitários.

Identidades, saberes e territorialidades no mundo do trabalho das pescadoras de camarão da Ilha do Tarará – Tefé (AM) (SANTOS, 2020): a contribuição da pesquisa destaca-se pela capacidade de expor a organização social do trabalho nas atividades pesqueiras, como a construção, produção e reprodução de territorialidades expressas na particularidade dos modos de vida comunitária das múltiplas faces do trabalho das mulheres. Ao caracterizar a Ilha do Tarará, a autora dialoga com categorias que expressam o processo de territorialização como a produção do espaço social e realiza uma abordagem que compreende as mulheres pescadoras de camarão como sujeitos da construção de sua própria identidade.

O processo de transição agroecológica no centro sul do Paraná: avanços e desafios vivenciados pelas famílias do Núcleo Monge João (2020): ao ter como objetivo analisar o processo de transição agroecológica, o estudo evidenciou os espaços organizativos como elementos fundamentais para a construção do conhecimento para uma agricultura de base ecológica de modo a valorizar o trabalho camponês e melhorar a qualidade de vida das famílias, destacando o cuidado com a produção do sustento familiar, saúde, renda e divisão dos rendimentos na família. Outra contribuição está em torno das tradições culturais que carecem ser problematizadas, entre eles estão as relações de gênero.

A leitura dos objetivos possibilitou que se observasse o reconhecimento como estratégia de fortalecimento das territorialidades, além de valorizar o trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres. Assim como revelou a importância da contribuição de ressignificar processos identitários em suas trajetórias.

Metodologia, participantes e instrumentos utilizados nas pesquisas correlatas Com

o propósito de conhecer aspectos metodológicos que possibilitaram a realização dos estudos correlatos, situamos os tipos e as abordagens de pesquisa, bem como os participantes e instrumentos utilizados. O Quadro abaixo sistematiza as informações compiladas, no qual se observa que somente uma das pesquisas não teve participantes por se tratar de uma pesquisa bibliográfica.

Quadro 3 - Metodologia, participantes e instrumentos das pesquisas correlatas

Título	Pesquisador	Metodologia	Participantes	Instrumentos Implicados
A terceira jornada de trabalho da mulher na contemporaneidade.	Vera Monica de Almeida Talavera	Pesquisa documental, caráter descritivo e analítico, com abordagem qualitativa.	Mulheres que exerciam múltiplas funções e de distintas classes sociais.	Entrevista semiestruturada
O “café feminino”: da roça para o mercado exterior e os processos de aprendizagem do grupo MOBI - Poço Fundo- MG	Juliana do Carmo Jesus Pio	Pesquisa qualitativas para estudo de caso, bibliográfica. Análise de dados secundários produzidos pelos meios de comunicação a respeito do grupo, bem como análise documental de documentos produzidos pelo próprio grupo. Grupo focal e observação participante.	Participantes do Grupo Mulheres Organizadas Buscando Igualdade (MOBI)	Entrevista semiestruturada.
“Nós que temos que dizer quem somos”: mulheres em movimentos agroecológicos no norte de Minas e teoria ecofeminista'	Deborah dias Pereira	Pesquisa bibliográfica e de campo, com ênfase na metodologia qualitativa baseada na História Oral.	Mulheres lideranças e representantes das comunidades.	Entrevistas semiestruturadas
Práticas agroecológicas de mulheres do Acampamento Ilha Verde, Babaçulândia-To: Uma Perspectiva Decolonial	Camila Ailin Baeza	Pesquisa bibliográfica e de campo, com ênfase na metodologia qualitativa.	Mulheres da comunidade Ilha Verde. Número não informado.	Entrevistas semiestruturadas e oficinas.
Coletoras de sementes e semeadoras de florestas: o protagonismo das mulheres na Rede de Sementes do Xingu	Alessandra Schwantes Marimon	Pesquisa qualitativa e observação participante.	Mulheres coletoras rurais, indígenas e urbanas.	Entrevistas semiestruturadas
Assentamento Fortaleza: Dinâmicas de modos de vida no	Leila Sousa Franca	Pesquisa	Homens e mulheres do Assentamento	Entrevistas.

norte do Estado Tocantins		qualitativa. História Oral	Fortaleza	
Identidades, saberes e territorialidades no mundo do trabalho das pescadoras de camarão da Ilha do Tarará - TEFÉ (AM)	Rosa Maria Ferreira dos Santos	Pesquisa bibliográfica metodologia qualitativa. Observação Participante. História Oral.	Mulheres Pescadoras de Camarão da Ilha Do Tarará.	Entrevista semiestruturada
O processo de transição agroecológica no Centro sul do Paraná: avanços e desafios vivenciados pelas famílias do Núcleo Monge João Maria	Silvana dos Santos Moreira	Pesquisa com abordagem qualiquantitativa. Revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Observação participante.	Famílias componentes do Núcleo Monge João Maria.	Registro em diário de campo e fotografias. Questionário e entrevista semiestruturada.

Fonte: Talavera (2020), Pio (2020), Pereira (2020), Baeza (2020), Marimon (2020), Franca (2020), Santos (2020), Moreira, (2020).

Em relação aos tipos de pesquisa utilizados na tese e nas dissertações, observamos a predominância da pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de abordagem qualitativa, sendo três delas com a metodologia baseada na história oral. Portanto, consideramos que as pesquisas têm seu foco na subjetividade de análise dos fenômenos.

Em relação aos participantes, foram priorizadas mulheres inseridas em contextos comunitários, mas duas pesquisas também implicaram em entrevistar homens e mulheres, provenientes de famílias nucleares. Com destaque para Marimom (2020) que entrevistou mulheres rurais, indígenas e urbanas a fim de estabelecer uma correlação entre as participantes da pesquisa.

Quanto aos instrumentos, houve unanimidade nas pesquisas correlatas, pois todas optaram por utilizar a entrevista semiestrutura em suas pesquisas e somente uma utilizou o questionário. Também foram utilizadas a análise documental e os registros em diário de campo e fotografias.

A escolha por utilizar a entrevista semiestrutura como instrumento de coleta de dados pode estar relacionado com a maior amplitude que ela abarca no processo de pesquisa qualitativa. Tendo em vista que proporciona ao(a) pesquisador(a) maior liberdade para a apreensão de fenômenos que envolvem a subjetividade.

CAPÍTULO II - O OLHAR PARA A LUTA PELA TERRA NO PARANÁ

Apresentamos no capítulo anterior a caracterização do município e a localidade onde foi realizada a pesquisa a partir de dados que evidenciam a realidade do lugar e tratam do perfil do município.

Neste capítulo, abordamos a questão da luta pela terra no Paraná, tendo em vista que a terra está concentrada nas mãos de poucos e a luta pela terra no Paraná ocorre nessas circunstâncias. Inúmeros conflitos entre grileiros, posseiros e colonos são observados nos registros históricos paranaenses, isso sem mencionar as organizações políticas nas quais a resistência na defesa da terra se manifestava.

Há registros que relembram a revolta dos posseiros para permanecerem em suas terras, são pesquisas com fotos, história oral, análises de processos judiciais e de discurso que exploram as mais diversas fontes. Nessa perspectiva, Mendonça e Souza (2018) abordam histórias de lutas sociais dos séculos XVIII ao XXI e que tratam dos processos de lutas por liberdade e autonomia, muitas delas protagonizadas por escravizados, pequenos agricultores, indígenas e colonizadores.

Assim, importantes conflitos⁵ marcaram a história da construção da política agrária paranaense, inclusive as transformações econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas influenciaram diretamente na vida dos agricultores e agricultoras familiares. Como menciona Myskiw (2018, p. 167), “[...] os conflitos agrários fazem parte do cenário histórico e social do processo de ocupação e colonização do Oeste do Paraná. Mesmo tendo sido recorrentes, a memória sobre eles ainda é escassa”.

Com a emancipação da província do Paraná em 1853, deu-se início a política imigratória que buscava atrair camponeses estrangeiros para povoar as terras “vazias” da região. As autoridades buscavam um perfil específico nos estrangeiros, “colonos laboriosos e pacíficos, que pudessem se tornar pequenos proprietários agrícolas” (ANDREAZZA, 2018, p. 93). Supõe-se que mesmo antes da emancipação da província, quando a região ainda era colônia de São Paulo, entre 1829 e 1914, instalaram-se no Paraná mais de cem mil imigrantes, a maioria vindos da região europeia e alguns vieram de Santa Catarina.

⁵ Outros movimentos contribuíram para a história de mobilização em terras paranaenses, a Guerrilha de Porecatu, e mais tarde, em 1970, as mobilizações dos camponeses com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a atuação do Movimento Justiça e Terra que se constituíam para reivindicar a indenização das terras alagadas pelo Lago de Itaipu (FABRINI, 2018).

Esse projeto de imigração buscava novas bases e “gente” para trabalhar na agricultura e nas estradas e obras públicas, contudo, o discurso político da época exigia uma “seleção” de imigrantes, pois não eram todos os imigrantes que estariam aptos à aculturação⁶ (STEIN, 2011).

Durante aqueles períodos, conforme relata a professora Andrezza (2018), já avançado o século XIX, ainda era o trabalho escravo que predominava na economia da região:

Na lide das Fazendas dos Campos Gerais, Palmas e Guarapuava, em todas as fases do beneficiamento da erva-mate – desde a coleta nas folhas do planalto até a exportação via Porto de Paranaguá; nos engenhos de cachaça do planalto e especialmente nas vilas litorâneas como Antonina, Morretes, Porto de Cima; na pequena lavoura da mandioca, feijão, arroz, milho; nos ofícios diversos e também no trabalho doméstico estava presente, sobretudo, e preferencialmente a mão de obra escrava (ANDREAZZA, 2018, p. 94).

O cenário foi mudando aos poucos no final do século, quando foram proibidas as embarcações vindas do tráfico de escravizados(as) africanos(as) na região. Os processos de colonização na província enfrentavam inúmeros percalços. Um exemplo trazido por Andrezza (2018) se dá a partir da pesquisa na região Sul do Paraná e são os conflitos entre os colonos pela falta de estrutura que encontraram em terras nacionais. Há relatos de que muitos solos eram inúteis a determinadas culturas e até mesmo a demora na medição dos lotes prejudicava a sobrevivência das populações na chamada “terra prometida”. Algumas revoltas acabaram virando casos de polícia.

Os conflitos culturais entre os próprios camponeses imigrantes (poloneses, ucranianos, italianos, luso-brasileiros) foram registrados por Andrezza (2018), incluindo as diferenças nos rituais e práticas religiosas entre eles, marcando a predominância de fronteiras étnicas.

Há quem diga que o Paraná é um Estado conservador, porém, se resgatarmos a história das revoltas que foram lançadas ao esquecimento, veremos que os movimentos de contestação e de resistência se fizeram presentes no território. Um exemplo impactante é a revolta dos sertanejos entre 1912 e 1914, no movimento do Contestado, que iniciou com a perseguição policial a um grupo de sertanejos liderados pelo curandeiro São João Maria, este crescia com a adesão de

⁶ Segundo Stein (2011, p. 105) havia uma cuidadosa seleção com a vinda de imigrantes alemães, pois além de serem operários ou agricultores o grupo deveria ser formado por pessoas que não se identificassem com a filosofia nazista.

adversários políticos dos coronéis municipais, sitiante e posseiros expulsos de suas terras para a construção da estrada de ferro entre União da Vitória e Marcelino Ramos (MACHADO, 2018).

Para além da obstinação e valentia, segundo Machado (2018, p. 104), “A guerra que se seguiu demonstrou que os sertanejos desenholeram formas inovadoras de luta e organização, algo que não foi apenas inventado no momento, mas que retomava tradições e experiências mais profundas desta população”.

De acordo com Priori (2018, p. 123), “a história do Paraná é marcada por grandes conflitos agrários”. Além do movimento do Contestado, a expulsão dos camponeses e indígenas no processo de construção da Itaipu, até as lutas agrárias mais recentes no Oeste e Noroeste do Estado, todas fazem parte de um cenário de violência e medo, mas também de organização e resistência.

Os conflitos entre posseiros e grileiros também marcam o fato que ficou conhecido como a Revolta Camponesa de Porecatu, que ocorreu entre as décadas de 1930 e 1940, na região do Norte do Paraná. Esse movimento aconteceu em função de que os grandes grileiros da região, com o apoio da polícia, de jagunços e pistoleiros, passaram a tomar as terras dos camponeses e posseiros da região. Dadas as circunstâncias, os posseiros se organizaram para o enfrentamento armado, com a intenção de defender suas terras (PRIORI, 2018).

A ameaça do despejo dessas famílias e a necessidade de legalizar suas posses deu origem à formação política e à criação das Ligas Camponesas, que representou seus interesses no âmbito político da época por meio das próprias famílias. As revoltas e levantes ocorridos no linear do século XX remete a uma história de exploração violenta e indiscriminada de terras no Paraná. Segundo Myskiu (2018, p. 160), ao tratar da questão agrária em números, um relatório do Governo do Estado elaborado a pedido do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária em 1966 informava que “cerca de 1.540.705,5 hectares de terra da região oeste do Paraná possuíam alguma anormalidade jurídica”. Esse aspecto definia um cenário próprio para que grileiros, políticos, fazendeiros e empresários lucrassem com as negociações das terras.

Nesse sentido, advertia Dom José Gomes (*apud* Myskiu, 2018, p. 161), bispo de Chapecó e Presidente da Comissão Pastoral da Terra Nacional, “matam-se as lideranças que procuram organizar a resistência, sejam elas líderes sindicais, advogados e outros que tentam ajudar os espoliados. Crescendo a resistência dos

posseiros e a organização dos sem-terra, aumenta a violência no campo”. Por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), a Igreja Católica contribuiu para a organização da luta dos trabalhadores sem-terra e participaram ainda outros atores, como a Igreja Luterana e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Assim, a mudança de postura da Igreja Católica, que acostumada a ter olhares somente para a “Casa Grande” passa, nesse período, a apoiar a “Senzala”. Este movimento é estudado por Corso (2012), que retrata a questão agrária sobre o olhar da instituição cristã e o fortalecimento nas lutas dos movimentos sociais. Sobretudo, o autor discute os enfrentamentos da luta pela terra no Paraná. Deste modo, os membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição que se declarava ecumênica, reafirmaram seus compromissos eclesiais e políticos ao se reconhecer a partir da luta dos camponeses (CORSO, 2012).

Vislumbramos deste cenário a compreensão de que, apesar da intensidade dos conflitos, temos uma cultura que não permaneceu passiva frente aos acontecimentos. Ao contrário, foram construídas alianças, realizadas negociações com governantes e, ao buscarem apoio e se organizarem politicamente, os camponeses construíram uma memória de contestação e rebeldia.

É neste espaço de importantes transformações históricas que trazemos a discussão sobre a luta das mulheres no acesso à terra. Por isso, inevitavelmente, permeamos a discussão a respeito das relações de poder que se apresentaram a partir da construção social baseada no gênero.

2.1 O CONTEXTO DE SURGIMENTO DO ASSENTAMENTO BANANAS

Os projetos de assentamento da reforma agrária no ano de 1999 eram inúmeros, tanto que foi um dos períodos em que maiores números de famílias brasileiras acessaram as suas propriedades por meio da política de desapropriação realizada pelo Incra.

Pereira (2006) explica que naquele período há um conjunto de medidas realizadas pelo Banco Mundial que buscava, sobretudo, aliviar as situações de pobreza extrema nos países da América Latina e Caribe. À medida que avançassem as propostas de reforma e abertura de mercados internos, seria necessário maior empenho em propor políticas compensatórias que atenuassem a pobreza expressiva:

(...) ao agudizarem as desigualdades e o empobrecimento de amplos segmentos, as reformas exigiram a criação de um rol de políticas compensatórias à regressividade social por elas mesmas provo cada ou estimulada. Daí a elaboração de todo um conjunto de projetos de alívio seletivo da pobreza rural (PEREIRA, 2006, p. 3).

A situação em que o Brasil se encontrava na década de 1990 despertava olhares mundiais. Tanta miserabilidade repercutia nos setores fundamentais da sociedade, tornando um terreno desfavorável à implementação das políticas neoliberais. Além disso, o meio rural brasileiro apresenta-se bastante diverso, constituído por reservas indígenas, minifúndios, pequenas e grandes propriedades rurais, áreas de faxinais.

Nesse contexto, surge a desapropriação de uma longa área na região de Guará, no município de Guarapuava, resultantes do 1º e 2º Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA). A desapropriação dessas áreas marca um dos períodos em que ficou registrado o maior número de ocupações de terra no Brasil, pela influência política das eleições de 1989, apresentando a força do movimento camponês na busca pela reforma agrária e por melhores condições de vida (FILHO, 2011).

A década de 1990 registrou grande número de ocupações, como observamos no gráfico 1:

Figura 5 - Gráfico do número de ocupações entre 1988 - 2010



Fonte: IBGE (2015)

Conforme explica Esmeraldo (2008), os assentamentos rurais são espaços de conflitos e negociações. Construídos a partir da década de 1980, os

assentamentos configuram-se como alternativa para o desenvolvimento e subsistência no meio rural, uma vez que muitas famílias decidem por acampar em determinadas áreas para ter suas terras regularizadas, pois o acampamento resulta de um cálculo político sobre a viabilidade de se obter a terra mediante a ocupação coletiva e de forma organizada. Dessa forma, dependendo da forma de organização e até mesmo dos trâmites jurídicos e políticos, cada acampamento terá um desdobramento diferenciado e pode vir a se tornar um assentamento (ABRAMOVAY; RUA, 2000). Já o assentamento pode ser considerado como um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário (INCRA, 2019). Nesse sentido, há uma grande diversidade na organização dos assentamentos, seja influências políticas, territoriais, históricas que constituem elementos fundamentais para sua formação (ABRAMOVAY; RUA, 2000).

Gonçalves (2008, p.23) afirma que os assentamentos implantados no país refletem as dificuldades do campesinato, alerta que muitos estão localizados em “áreas deficitárias do ponto de vista infraestrutural (deficiência de acesso a água, energia elétrica, estradas, escolas, posto de saúde, telefone), explorando terras com problemas de fertilidade e topografia”. Segundo dados do Incra, existem 9.394 assentamentos em todo o Brasil, os quais ocupam uma área de aproximadamente 88.276.525,7811 hectares de terra. Somente no Paraná, temos o total de 18.772 famílias que residem nos 329 assentamentos do Estado. Grande parte dessas famílias, ou seja, 11.484 delas, estão no Cadastro Único do Governo Federal⁷, o que tende a facilitar o acesso aos serviços e benefícios das políticas sociais disponíveis

O município de Guarapuava possui nove assentamentos federais: Assentamento São Pedro, Fazenda Carolina, Paiol de Telha, Europa, José Dias, Rosa, Fazenda Bananas, Nova Geração e XIII de novembro, cinco desses estão situados na região do distrito de Guará. Entre eles está o Assentamento Fazenda Bananas, criado em 1999 a partir da iniciativa do Incra de reassentar as famílias da região.

⁷ O Cadastro Único é a porta de entrada para os programas sociais do Governo Federal, tais como Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada, Minha Casa Minha Vida, entre outros.

Quadro 4 -Assentamentos do município de Guarapuava-PR

Programa de Assentamento	Nº de famílias assentadas	Área em hectares	Data da criação
São Pedro	37	912	02/09/1992
Fazenda Carolina	26	580.8	18/12/1997
Paio de Telha	61	1051.9	16/11/1998
Fazenda Bananas	58	1096.4358	12/11/1999
Nova Geração	31	588.427	22/11/2010
XIII de novembro	48	1828.790	22/04/2004
Europa	23	496.1892	30/06/1999
Rosa	32	563.3907	30/06/1999

Fonte: Adaptado de Incra (2017)

Como é possível perceber no quadro acima, as desapropriações ocorreram em períodos próximos, o que propiciou um impacto populacional grande na região. A afirmação é confirmada pelo estudo que trata da evolução rural nos municípios da mesorregião Centro-sul paranaense:

(...) 04 municípios obtiveram aumento no número absoluto da população rural entre os censos demográficos de 2000 e 2010, são eles, Guarapuava, Pinhão, Reserva do Iguazu e Quedas do Iguazu. É importante destacar que nesses municípios apesar do aumento do número da população rural, os mesmos ainda são predominantemente urbanos, ou seja, o aumento não foi suficiente para que a configuração atual do município fosse alterada (RAMOS; LIMA, 2011, p. 4).

Sessenta e três famílias foram cadastradas pelos funcionários da Secretaria Municipal de Agricultura e assessorados pela Emater em um convênio entre o município e o Incra. Muitas famílias da zona urbana de Guarapuava, da sede do distrito e de ex-funcionários(as) da Fazenda Pirapora também foram inscritas.

O ano de 1999 é marcado por muitas mobilizações e migrações na região de Guará, já que os outros assentamentos do entorno também estavam sendo ocupados.

O Assentamento Bananas, como é popularmente conhecido, surge a partir do acampamento de aproximadamente 60 famílias que participaram do processo de cadastramento do Incra com o município de Guarapuava, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura. O processo reuniu trabalhadores(as) do distrito Guará e entorno, trabalhadores(as) organizados(as) do MST, porém o assentamento é composto majoritariamente de moradores da região urbana de Guarapuava e de

municípios vizinhos que vieram em busca de uma terra para plantar e um lugar para viver.

Figura 6 - Localização do Assentamento Bananas com relação ao distrito Guará



Fonte: Google Earth (2021)

Ao realizarem um estudo de amostragem com os moradores do Assentamento Bananas, Hauresko e Lima (2018) identificaram que entre as razões pelas quais os moradores buscaram a região para morar está a referência ao estilo de vida no campo. Isso porque além do sonho de ter uma terra para plantar, essas famílias possuem valores culturais que encontram na vida no campo muito mais que um meio de subsistência: um estilo de vida.

É no nível local que se forjam as identidades culturais, que se expressam como uma valorização social dos recursos econômicos e como estratégias para a reapropriação da natureza. O local é o espaço onde emergem as sinergias positivas da racionalidade ambiental, é o ponto de encontro de processos sincrônicos e diacrônicos onde se precipitam tempos e momentos diferenciados, é o lugar onde se articulam identidades culturais e potencialidades ecológicas (LEFF, 2001, p. 340).

Como afirmam Hauresco e Lima (2018, p.45), o momento de transição de acampamento para assentamento enseja vários obstáculos às famílias, pois a transformação de sem-terra em assentado e de assentado em agricultor familiar e produtor rural é repleta de percalços e desafios mesmo depois de instalados na terra.

Nesse sentido, os relatos sobre o início do projeto de assentamento apontam um campo de disputas frequentes, já que as áreas desapropriadas tiveram

processos simultâneos, perfazendo uma grande área destinada a ser redistribuída, o que gerou tensão para os governos locais e verdadeiros conflitos entre os moradores cadastrados pelo município e pelos demais cadastros, realizados pelo banco de dados do Incra e MST.

De acordo com Hauresco e Lima (2018), do total de 36 moradores entrevistados no Assentamento Bananas, 23 realizam o sistema de agricultura convencional, como monocultura de soja e milho, os demais afirmaram acreditar ser mais saudável a produção agroecológica.

Percebemos que “os territórios se compõem e se decompõem conforme as posições dos atores sociais” (MEJIRIA, 2006, p. 27), seu posicionamento está atrelado ao desenvolvimento territorial a partir de um olhar que supera o chamado anacronismo restrito ao desenvolvimento econômico. O que vem a ser uma tendência e um desafio para a implementação das políticas públicas no meio rural.

Delimitar fronteiras entre espaços heterogêneos é uma das grandes utilidades da territorialidade, conforme argumenta Mejiria (2006) ao dialogar sobre a modificação do tempo e do espaço e criticar o que se chama de dicotomia entre rural e urbano. Tal diálogo traz a concepção de que os conceitos se vinculam entre si, ao ponto que os “atores sociais” transitam entre rural-urbano-rural, adquirindo, sobretudo, um “intercâmbio de informações, valores e culturas”. O autor afirma ainda que:

[...] os atores sociais estão em permanente mobilidade (social e física) e são múltiplas suas formas de inserção social, descarta-se uma visão estática e única do rural e propõem-se a análise de cada processo em si (MEJIRIA, 2006, p. 27).

As localidades não são estáticas e possuem em si novos formatos e novas práticas culturais, esses rumos não são delineados somente pela subjetividade dos sujeitos, mas também pelas relações deles com o meio que se identificam. As relações se constituem também no campo simbólico em que os símbolos são carregados de processos de afetividade.

No próximo capítulo destacamos as contribuições dos movimentos sociais à categoria de gênero, dando visibilidade à luta das mulheres rurais para romper com velhos paradigmas e ampliar o reconhecimento delas por direitos sociais.

CAPÍTULO III - MULHERES RURAIS: GÊNERO E DIREITOS SOCIAIS

3.1 CONTRIBUIÇÕES DA CATEGORIA DE GÊNERO

As regiões rurais – tanto acampamentos quanto assentamentos – são lugares concretos (GARCIA, 2004), ou seja, não são representações da sociedade, elas são a sociedade. Como nos ensina Castells (2004, p. 60), “as formas espaciais, pelo menos em nosso planeta, não de ser produzidas, como o são todos os outros objetos, pela ação humana”. É nesse olhar que percebemos como se desenvolvem as funções de gênero a partir das diferenças dos papéis sexuais.

As contradições se apresentam no cotidiano, principalmente quando aceitamos como natural que as mulheres permaneçam no espaço doméstico e os homens no espaço público em uma política de divisão das esferas (PEDRO, 2000). Entretanto, está se naturalizando um comportamento social que é resultante de um processo histórico, que permite a desvalorização de categorias, neste caso, das mulheres.

A ideologia de que as mulheres são consideradas uma categoria com valores ditos inferiores justifica as discriminações praticadas contra as mulheres. Decorre disso a falsa percepção de que as mulheres trabalhadoras rurais prestam apenas uma ajuda aos seus cônjuges, mesmo quando apresentam maior ou igual produtividade, esforço físico e, contraditoriamente, menor remuneração, ainda carregam o estigma de serem ajudantes e de não terem o trabalho reconhecido como tal.

Nesse sentido, as relações de poder estabelecem as normas que definem os limites tanto sociais quanto espaciais (GARCIA, 2004). Por tal razão, a construção social representada pelos papéis de gênero, ou seja, da diferença, está presente estabelecendo quais são essas fronteiras que se entrecruzam no cotidiano e constroem o espaço social vivido.

Nesse sentido que adotamos o conceito de gênero como teoria analítica dos fenômenos sociais. Nessa direção, fazemos menção à pesquisa de Gomes (2018, p. 2), que aborda as intenções de se pensar a categoria de gênero na investigação social:

A intenção do uso da categoria gênero no lugar da categoria sexo tem uma primeira função ou consequência de rejeitar a imposição por um determinismo biológico sobre o que seria “ser mulher” e “ser homem”. Ao

utilizarem gênero e ao destacarem o caráter social e construído do gênero, a intenção é a de problematizar a posição da mulher em sociedade ou, mais do que isso, problematizar o “ser mulher”.

Gênero como construção social é uma das análises debatidas por Scott (1995), que usa o conceito para significar as diferenças entre os papéis sociais e as definições normativas das feminilidades. Assim, a partir da teoria analítica, ela destaca como sobrevivem os corpos sexuados, de que forma foram implantados, de que modo são submetidos a modificações e como se relacionam entre si.

Scott (1995) ainda analisa que o estudo de gênero implicaria não só em uma “nova história das mulheres” (SCOTT *apud* GORDON *et al*, 2018, p. 4), mas também em “uma nova história”. Por esta razão, exige-se o olhar sobre a categoria analítica de gênero, não só a relação de experiências de homens e mulheres do passado, mas também a ligação entre a história do passado com as práticas da história atual.

A saber, muitas questões históricas são trazidas à cena se pensarmos a construção a partir do gênero, por isso a Scott (1995) destaca que se trata de um dos grandes desafios aos(as) pesquisadores(as). Outro aspecto no qual a pesquisadora se ateve foi o de pensar a categoria analítica de gênero, não somente a partir da resignificação da história das mulheres, mas também da construção social das masculinidades na perspectiva das relações de poder (SCOTT, 1995).

De tal modo, gênero pode vir a ser sugestivo como tema que remete às mulheres e também aos homens, criado dentro e por este mundo. Isso implica na percepção de que “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens”, negando a validade de que “estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a de experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo” (SCOTT, 1995, p. 7).

Portanto, a ênfase dada por Scott (1995) é a de inscrever gênero como categoria que possui origens exclusivamente sociais e se refere à construção das identidades subjetivas. Para ela, é a partir do conceito de gênero que indicamos as “construções sociais”, ou seja, a criação social dos pressupostos sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.

Ao citar a relevância dos estudos de gênero para a historiografia, Tedeschi (2009) afirma que apesar de ser uma categoria utilizada recentemente, procura estabelecer compreensões teóricas acerca dos questionamentos que emergem nas esteiras das práticas políticas e marcando o percurso de alguns movimentos sociais.

O autor enfatiza o movimento feminista, trazendo para a cena política um amplo questionamento de debates sobre posturas que, tradicionalmente, vinham sendo adotadas como explicações “naturais” para atitudes discriminadoras e práticas políticas de dominação e subordinação.

Assim afirma Tedeschi (2009, P. 48):

O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero.

Ademais, a compreensão da categoria de gênero tem como base aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, psicológicos que ampliam as possibilidades das abordagens históricas, valorizando aspectos importantes como a vinculação da categoria de gênero com as relações de poder e a definição de gênero enquanto representação social (TEDESCHI, 2009).

Nesse sentido, Tedeschi (2009) correlaciona quatro elementos citados por Scott (1995), que são fundamentais para a discussão sobre a construção social de gênero:

1. Os símbolos culturalmente disponíveis evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolo da mulher
2. Os conceitos normativos põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas.
3. O desafio da nova pesquisa histórica é fazer explodir essa noção de fixidez e descobrir a natureza do debate que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária de gênero.
4. As (os) historiadoras (es) [...] devem examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas (SCOTT, 1995, *apud* TEDESCHI, 2009, p. 47).

Essas percepções fundamentam a noção de representação social que se organiza a partir de elementos culturais, os quais se constituem de forma a preservar o poder masculino num contexto em que são homens que organizam a sociedade, que definem as regras, territórios e fronteiras (TEDESCHI, 2009).

Segundo menciona Pedro (2005), os questionamentos acerca da categoria de gênero ganharam espaço no debate acadêmico a partir das mobilizações ocorridas nos movimentos sociais. Para a autora, mesmo antes do conceito de gênero ser abordado, usava-se o termo “mulher”:

A categoria usada na época era “Mulher”. Esta, pensada em contraposição à palavra “Homem”, considerada universal, ou seja, quando se queria dizer que as pessoas são curiosas, por exemplo, dizia-se de forma genérica “o homem é curioso”. Aqui, a palavra homem pretendia incluir todos os seres humanos (PEDRO, 2005, p. 80).

Pelo fato de as mulheres não se sentirem incluídas no discurso universal, elas buscaram novas formas de questionar a sociedade vigente. Ainda que a categoria “mulher” fosse criticada por mulheres negras, índias, pobres, trabalhadoras, pois reivindicavam o seu direito da diferença “dentro da diferença”, uma vez que essa identidade sexual não era homogênea e suficiente para abarcar as multiplicidades de opressões.

O uso da categoria gênero tem revelado sua contribuição como categoria de análise e demonstrou sua relação com o movimento feminista nas reivindicações por equidade. Por esta razão Pedro (2005) também tributa aos movimentos reivindicatórios as conquistas relacionadas à categoria de gênero:

O uso da palavra “gênero”, como já dissemos, tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito (PEDRO, 2005, p. 78).

Nesse sentido, o conceito de gênero como categoria de análise possibilita a compreensão do caráter relacional entre as feminilidades e as masculinidades, no sentido de desnaturalizar padrões pré-concebidos que, por vezes, justificam a subordinação das mulheres a uma cultura em que as relações se apresentam de formas assimétricas.

Para Pedro (2005) não importava o que a cultura definia como sendo atividade de mulheres: esta atividade era sempre desqualificada em relação àquilo que os homens desta mesma cultura faziam. Dessa forma, visto sob o prisma das relações de poder construídas socialmente, o conceito de gênero traz à cena questões referentes à subordinação das mulheres aos homens, evidenciando os motivos que levam as mulheres a serem submetidas em diferentes sociedades às mais diversas formas e aos mais diferentes graus.

A análise da categoria de gênero permitiu maior amplitude ao debate acadêmico, principalmente ao trazer esses questionamentos nas práticas profissionais interdisciplinares e possibilitar o debate necessário para enfrentarmos a realidade social tão complexa, desigual e excludente.

Seguindo essas significações, consideramos importante abordar a trajetória das mulheres rurais na busca por direitos sociais, especialmente por entendermos que as mulheres rurais se constituem como uma categoria de trabalhadoras que ficaram muitas vezes às margens do reconhecimento no acesso aos direitos sociais.

3. 2 MULHERES RURAIS E DIREITOS SOCIAIS

Neste segmento, realizaremos uma revisão de literatura embasada na trajetória de luta das mulheres rurais por direitos sociais e tratamos sobretudo das conquistas nas últimas décadas.

Se o olhar para os conflitos agrários paranaenses pode ser considerado parte de uma história escassa, o que pensar sobre a luta das mulheres no meio rural? Quais interfaces se apresentam ao trabalho feminino no meio rural? De que modo foram organizadas as lutas de mulheres para a garantia do direito à terra, à moradia, aos direitos trabalhistas? São questões nas quais transitam as relações de gênero nos espaços rurais.

Por essas razões, pensar o desenvolvimento comunitário como Ciência pressupõe a análise das desigualdades de gênero com vistas a identificar quais disparidades têm prejudicado as mulheres e os homens (mesmo que indiretamente) nos processos para o alcance da autonomia, seja no acesso ao trabalho, à educação ou na participação política.

Com maior amplitude na década de 1970, a literatura feminista expandiu o debate no sentido de desmistificar o que é considerado “natureza feminina”, conceito utilizado para normatizar preconceitos e desigualdades com relação às mulheres. Eis o nosso desafio: construir diálogos a partir da literatura das mulheres rurais no sentido de escutar as vozes dessas mulheres e, sobretudo, buscar elementos que melhor coadunem com a realidade apresentada.

As questões básicas como o acesso das mulheres à titularidade de terra e ao controle sobre os recursos produtivos são grandes impasses que ainda beiram à invisibilidade. Tanto é que esses temas têm estado nos debates e nas Conferências Mundiais sobre Mulheres da ONU (DEERE, 2018).

Essa questão teve impacto nas agendas internacionais, principalmente ao manifestar a emancipação feminina ligada ao desenvolvimento social/humano e à erradicação da miséria:

A igualdade de gêneros precisa fazer parte da estratégia de cada país para a erradicação da miséria, tanto como um fim quanto como um meio de erradicar outras formas de miséria humana. Isso significa [...] empoderar as mulheres por meio de garantia de direitos iguais e acesso à terra, crédito e oportunidades de trabalho (UNDP, 1997, p. 7).

Deere e Leon (2003) se dedicaram a analisar a diferença de gênero em relação à propriedade fundiária na América Latina e trazem um aspecto alarmante, porque argumentam que a discriminação na distribuição de propriedades fundiárias ocorre, sobretudo, pelo fator gênero. As autoras apontam um cenário de extrema desigualdade em que as mulheres raramente representam mais de um quarto do total de proprietários.

O debate apresentado está no cerne das questões agrárias, uma vez que apresenta a desigualdade nas formas de aquisição das terras entre os gêneros, evidenciando a preferência dada aos homens na herança, o privilégio dos homens no casamento, o viés masculino tanto nos programas comunitários quanto estatais, e o recorte de gênero no mercado fundiário (DEERE; LEON, 2003).

Ao analisar essa questão, Deere (2004, p. 176) evidencia uma comparação do Brasil com os demais países que 'sob uma perspectiva de gênero, a reforma agrária brasileira chama a atenção em termos de sua parcela relativamente baixa de beneficiárias ao se comparar com outros países latino-americanos', expressando a lentidão para assegurar os direitos das mulheres a terra no Brasil.

Um dos exemplos citados por Deere (2004) remete à distribuição e titulação conjunta na posse da terra como uma opção. No caso brasileiro e na maioria dos países vizinhos, essa postura já havia sido posta como condição obrigatória às terras distribuídas pelo Estado. Conforme analisa a autora, a origem do movimento de mulheres rurais está localizada no contexto da abertura democrática da década de 1980 e na consolidação do movimento feminista e de mulheres no Brasil.

Esse momento também foi importante para ampliar a interlocução nos espaços sindicais onde as mulheres rurais tiveram maior potencial de organização para expor suas demandas, construindo uma identidade política. De tal modo, constrói-se um movimento fundamental para a organização política do segmento: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que se consolida neste período em busca da valorização das trabalhadoras rurais com o objetivo de reconhecer os direitos das mulheres rurais.

A demanda por mudanças que exigia direitos à população rural passou a ficar mais evidente e, com isso, os movimentos sociais e as organizações de apoio trouxeram à tona as necessidades do cotidiano das mulheres trabalhadoras rurais. Como afirma Choinacki (1998 apud Paulilo, 2016) sobre a realidade no campo naquele momento:

[...] nós camponesas, não tínhamos nenhuma participação, nem no sindicato, nem na cooperativa ou na política. Não éramos reconhecidas como trabalhadoras e cidadãs. Principalmente por meio da Igreja, começaram a discussão e articulação aos sindicatos pelegos. Nesse período, também houve a necessidade de se fazer a sindicalização das mulheres (CHOINACKI, 1998, p. 226 *apud* PAULILO, 2016, p. 306)

Organizados pela produção coletiva, vários mediadores estiveram presentes nos espaços reivindicatórios, fazendo com que a construção de elos entre Estado e sociedade civil ficasse marcada pela presença de centrais sindicais, movimentos sociais rurais, Igreja (Comissão Pastoral da Terra), Comunidades Eclesiais de Bases, pastorais sociais – associações. Enfim, importantes entidades fizeram parte do processo de redemocratização exigindo respostas do Estado diante das questões sociais e políticas que emergiam.

Com forte influência dos movimentos feministas, as mulheres que participavam do processo de mobilização tinham a consciência de que presenciaram uma longa trajetória de invisibilidade social:

Muitas mulheres passaram a dirigir sua atuação, por intermédio dos grupos recém-criados, para lutas em bairros e comunidades das periferias urbanas, da Igreja católica, em clubes de mães, associações de vizinhança, onde donas de casa e mães se reuniam, organizavam-se e mobilizavam-se por questões do cotidiano (SOARES, s.d. p. 37).

Para Carneiro (1994, p. 12), o discurso das mulheres líderes dos movimentos de trabalhadoras rurais da década de 1980 revelava que anterior “à construção das distinções sociais entre os gêneros forma-se uma consciência da igualdade entre homens e mulheres, alimentada pela luta contra a desigualdade social.” A autora analisa que há múltiplas identidades das mulheres trabalhadoras rurais, fala no exemplo da trabalhadora-mãe e o da trabalhadora-esposa.

Nesse sentido, Carneiro (2006) versa sobre a necessidade de discutir as demandas dos movimentos das mulheres trabalhadoras rurais em suas racionalidades fundantes para além das questões materiais, deve-se enfatizar as relações de poder e gênero:

[...] concordamos que para se entender o movimento das mulheres trabalhadoras rurais é necessário levar em consideração não apenas os fatores objetivos decorrentes das condições materiais de vida mas também valores ideológicos estruturantes das relações entre os sexos e conformadores das identidades sociais dos gêneros (CARNEIRO, 2006, p. 14).

O olhar para essa questão ocorre também no sentido de perceber a legitimidade das lutas reivindicatórias e reconhecer que vão além do direito à terra, elas expressam, nomeadamente, a demanda por políticas públicas que pretendiam melhorar as condições de vida da população que vive no meio rural, como por meio do acesso a direitos na educação, moradia rural, energia elétrica, crédito rural, construção de estradas, entre outras pautas.

Como o segmento político que alavancou as demandas das mulheres no campo, com os sindicatos rurais estão as manifestações do Movimento Rural Sem-Terra (MST), mesmo que por estratégia política, com o intuito de descriminalizar e diminuir a violência durante as ocupações, o movimento contribuiu para dar visibilidade histórica à luta das mulheres camponesas. Temos a compreensão de que o surgimento do MST se constituiu sem dúvida como um marco dentro da questão agrária no Brasil.

Muito embora o projeto de Reforma Agrária seja de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o MST participou ativamente nesta demanda como um movimento de organização política, inclusive como estratégia para ex-agricultores (as) saírem da condição de subempregados (as) ou de arrendatários(as) de propriedades particulares.

Mobilizados por questões globais e locais, vários segmentos constituem-se como canais de reivindicação, especialmente ao falarmos deste processo no acesso ao direito das mulheres à terra. Deere (2004, p. 194) menciona que:

A conquista do direito formal à terra na Constituição de 1988 deve-se sobretudo à coalizão de mulheres dentro do Estado e dos partidos políticos, trabalhando junto com um movimento unificado de mulheres rurais e urbanas, lutando pela expansão dos direitos das mulheres na Constituição. Os direitos formais das mulheres à terra na reforma agrária foram alcançados como um subproduto do esforço em acabar com a discriminação contra as mulheres em todas as suas dimensões.

Somente com a Constituição Federal de 1988 houve a alteração do Estatuto da Terra, que passou a garantir também às mulheres a propriedade da terra, não só aos homens, como era de costume. Em seu artigo 189, a legislação afirma:

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei. (BRASIL, 1988)

Por outro lado, a reforma constitucional não alterou imediatamente a situação das mulheres beneficiadas pela norma legal, isso porque, como afirma Deere

(2004), os interesses primários dos movimentos sociais não priorizavam os direitos das mulheres no acesso à terra. O fenômeno fez com que as mulheres que seriam potenciais à titularidade de terras presenciassem um processo de respectiva lentidão.

Em 2003, após forte mobilização das mulheres rurais, o Incra regulamentou a obrigatoriedade de ser conjunta a titularidade da terra em nome do casal, o que possibilitou também o reconhecimento das uniões estáveis entre os cônjuges e o título ao homem ou à mulher nos casos de ausência de cônjuge, por meio da Portaria 981/03. Essa mudança repercutiu na visibilidade das mulheres camponesas, pois os dados do Incra (2019) mostraram que o número de mulheres titulares de terra cresceu de 13%, em 2000, para 48% entre os anos de 2008 a 2010. Essa normativa, mesmo que tardia, demonstra uma mudança histórica no acesso aos direitos das mulheres na terra.

Sendo assim, entendemos que a conquista de legislações que sabiamente reconheceram de forma oficial o direito de titularidade⁸ da terra às mulheres e também as garantias trabalhistas e previdenciárias constituem-se como importantes iniciativas para a emancipação e visibilidade das mulheres nos espaços de protagonismo.

Um exemplo de mobilização no âmbito nacional é a Marcha das Margaridas⁹, que tem como pauta principal acolher as demandas de representatividade das mulheres do campo, da floresta e das águas, organizada no Movimento Sindical de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais junto a outras organizações e movimentos. O encontro é fruto de um amplo processo de discussão com milhares de mulheres que se reúnem em marcha a cada quatro anos no Distrito Federal para expor à sociedade política e denunciar as questões que as afetam no cotidiano rural.

Tivemos a oportunidade de estar presente na edição de 2019 para buscar contribuições para esta pesquisa. A iniciativa trata da representatividade e da diversidade brasileira ao trazer o manifesto de muitas mulheres, sejam elas

⁸ De *donas de casas/do lar* passaram a serem legitimadas como *trabalhadoras rurais*, consolidando uma das lutas no processo de reconhecimento dos direitos previdenciários e civis das mulheres (ALMEIDA, 2015).

⁹ A marcha homenageia a agricultora Margarida Alves, que faleceu em um confronto na luta pela terra.

agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais ou ribeirinhas.

Mesmo com o reconhecimento de direitos conquistados pelas mulheres no direito à terra e esforços para propiciar a equidade nas relações de gênero no espaço rural, os parâmetros do imaginário patriarcal ainda se configura como elemento que dificultam o desenvolvimento social das mulheres trabalhadoras rurais, acentuando as desigualdades de gênero.

Como verificamos na análise de Deere (2004), ao mencionar os critérios postos ao acesso dos direitos sociais às mulheres:

A obtenção de mecanismos específicos de inclusão de mulheres na reforma agrária – para aumentar a parcela de mulheres com direitos efetivos à terra – não foi alcançado até que os argumentos produtivistas fossem mais bem compreendidos internalizados tanto pelo Estado como por todos os movimentos sociais rurais (DEERE, 2004, p. 177).

Ou seja, a autora sugere que a inclusão da participação política das mulheres está relacionada aos argumentos de produção e reprodução da riqueza social. À medida que houve o reconhecimento da categoria social de mulheres trabalhadoras, percebeu-se também a necessidade de pensar o acesso aos direitos sociais e de que forma esse segmento irá compor o cenário da vida pública.

CAPÍTULO IV - AS MULHERES E O TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO

Para responder questões importantes sobre as relações sociais das mulheres rurais, consideramos necessário estabelecer um diálogo com as produções bibliográficas pertinentes para compreendermos como a categoria trabalho está presente na trajetória de vida das mulheres.

O trabalho das mulheres pobres no Brasil é histórico (FONSECA, 2008). Desde o início da industrialização no Brasil é possível observar que grande parte da mão de obra se constituía de mulheres e crianças, um exemplo é o Rio Grande do Sul, Estado onde se estima que o percentual da população economicamente ativa feminina atingia cerca de 42% dos (as) trabalhadores (as) em 1900. Assim, no início do século XX, as mulheres trabalhavam fora, dividiam-se entre “serviços domésticos”, “artes e ofícios”, indústria manufatureira e também tinham grande importância no setor agrícola (FONSECA, 2008).

Paulilo (2016) argumenta que enquanto a família existia como unidade de produção, era comum a participação de mulheres e crianças nas atividades econômicas. Porém, com o advento do capitalismo e desenvolvimento da industrialização ocorre a separação entre a unidade de produção e a unidade familiar, ampliando-se a divisão do trabalho reprodutivo com o trabalho produtivo.

O trabalho produtivo é considerado aquele despendido nas atividades econômicas, subordinado às relações de mercado que, por sua vez, era majoritariamente realizado por homens, ao passo que somente era admitido às mulheres em casos de necessidade financeira da família (PAULILO, 2016). De outro modo, um amplo debate teórico permanecia em torno do trabalho doméstico e familiar, a discussão se estabelecia, sobretudo, com as críticas das feministas no sentido de dar vazão à invisibilidade dos trabalhos realizados pelas mulheres. Houve a perspectiva de agregá-lo como trabalho produtivo, já que contribuía para o capital, “ao passo que a esposa desdobrava o baixo salário do marido através de longas jornadas não pagas em casa” (PAULILO, 2016, p. 207). A partir deste olhar pretendiam valorizar a contribuição do trabalho feminino para a sociedade, considerando essencial inclusive ao sistema de produção capitalista.

Apesar de inúmeras tipologias, sejam elas trabalho doméstico, trabalho não-remunerado, trabalho na unidade doméstica, trabalho de cuidado não-remunerado

aos membros da família (BRUSCHINI, 2006), entendeu-se que estas funções estavam ligadas ao âmbito da reprodução.

A articulação do trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo é necessária nos estudos referentes ao trabalho feminino, já que se trata de uma nova postura para a reflexão a partir da realidade das mulheres. Como menciona Bruschini (2006, p. 332):

[...] as pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram realmente um novo rumo quando passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo, ou a família, pois, para as mulheres, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento, seja pela superposição. Hoje é possível afirmar que qualquer análise sobre o trabalho feminino, procurando romper velhas dicotomias, estará atenta à articulação entre produção e reprodução, assim como às relações sociais de gênero.

Nesta perspectiva, Herrera (2019, p. 59) acrescenta que:

A economia, ao desconsiderar o trabalho realizado fora da esfera da produção de bens e mercadorias, renega a ampla contribuição da mulher para a nossa sociedade. O debate crítico, relativamente às estatísticas e a quantificação da atividade econômica, contribui para que seja repensada a forma mediante a qual a participação da mulher é mensurada, tendo em vista a sua contribuição devida à realização dos trabalhos produtivos e reprodutivos.

Assim, percebemos que a relevância dos trabalhos reprodutivos é negligenciada, pois não está circunscrita diretamente sob um valor monetário, ao passo que mesmo o trabalho produtivo das mulheres é considerado como uma “ajuda” no orçamento doméstico (DEERE, 2003; PAULILO, 2016; BRUMER; ANJO; 2008).

Com a inserção das mulheres no trabalho produtivo cotidiano, a questão da dupla jornada¹⁰ se intensificou gerando a sobrecarga de trabalho, porque “trabalhando dentro e fora de casa em quais condições, que tempo e que energia sobrarão as mulheres para refletir sobre suas condições de vida?” (GONÇALVES, 1989, p. 51).

Contudo, no contexto das mulheres rurais não há a separação entre a unidade produtiva e a unidade familiar, isso porque não há a desvinculação completa, ou mesmo deslocamento da unidade de produção em relação à unidade familiar. Fato que exige um olhar mais complexo para analisar as relações sociais no campo da divisão sexual do trabalho. Um exemplo é a produção de queijos que elas realizam

¹⁰ Segundo Herrera (2019, p. 61) esta expressão é derivada do conceito discutido por Arlie Hochschild e Anne Machung (1989), ao mencionar as “tarefas diárias realizadas para a família e no trabalho remunerado, que muitas mulheres enfrentam e poucos homens compartilham”.

em suas casas, porém não deixa de ser uma produção que pode ser consumida pela família ou comercializada (PAULILO, 2016).

A invisibilidade social do trabalho das mulheres rurais tem sido uma das questões recorrentes ao se refletir sobre as dificuldades das mulheres no campo (FARIA, 2009). Ao atentar para essa realidade, um exemplo é a análise contida no célebre texto de Paulilo (1987), chamado “O peso do trabalho leve”. Nele, a autora aponta as contradições existentes entre o trabalho “pesado” e o trabalho “leve”, cujo trabalho realizado por mulheres e crianças, mesmo que demandasse muitas horas de exposição a situações degradantes e esforço físico, era desqualificado e visto como de menor importância:

[...] qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro (PAULILO, 1987, p. 3).

Nesta perspectiva, não importa o quão degradante e penoso possa ser o trabalho realizado por mulheres, ele é visto como leve. Em muitos casos, paga-se menos pelo trabalho pelo fato de ser realizado por mulheres. Sobre esta análise, Brumer (2004, p. 211) acrescenta que:

É preciso destacar que o caráter de ‘pesado’ ou ‘leve’ da atividade é relativa e culturalmente determinada, uma vez que, na esfera de suas atividades (doméstica), a mulher executa tanto trabalhos ‘leves’ como trabalhos ‘pesados’ (como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, carregar os filhos e buscar água em lugares distantes do domicílio).

Essas assimetrias se correlacionam com o fato de que o trabalho das mulheres é definido culturalmente com menor valor no espaço social em que é realizado (BRUMER, 2004). De modo que as atribuições agrícolas exercidas pelas mulheres se configuram como “extensão intrínseca às suas atribuições de mãe e esposa e, muitas vezes, recebem pouca ou mesmo nenhuma remuneração” (HERRERA, 2015, p. 18).

Herrera (2015) chama atenção para o fato de que o trabalho das mulheres rurais deve ser melhor mensurado, inclusive quanto aos dados estatísticos rurais. Cabe considerar que muitos censos agrícolas tendem a desconsiderar a labuta feminina, registrando-as como ajudantes dos cônjuges, como já mencionamos, prática cujo efeito é a falsa percepção da realidade, contribuindo para a invisibilidade das mulheres no campo.

Em muitos censos agropecuários as mulheres eram consideradas como 'ajudantes' do esposo, desqualificando a profissão das mulheres que eram consideradas "donas de casa" ou "do lar", por esta razão Paulilo (2016) pontua que o reconhecimento das agricultoras na categoria de "produtoras rurais" foi uma das grandes conquistas dos movimentos de mulheres rurais, seja para o autoreconhecimento, seja para acesso aos direitos sociais (trabalhistas e previdenciários).

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Historicamente, a sociedade tem expectativas diferentes em relação às atribuições das categorias de sexo. A socialização dos filhos, a responsabilidade pelas tarefas domésticas e a ordem na residência, as ações da esfera do cuidado, por exemplo, são tarefas atribuídas, a rigor, às mulheres, enquanto que do homem espera-se que seja o "provedor" ou "chefe da família", além de que impõe a este a obrigação de ser bem-sucedido, independente dos fatores econômicos nos quais se insere, isto é, há fardos pesados a ambos os sexos (BRUMER; ANJOS, 2008).

Neste sentido, ao analisar o trabalho cotidiano das mulheres rurais, percebemos que o espaço da agricultura familiar é, nomeadamente, um campo de relações contraditórias, que se manifestam a partir de processos de hierarquização aliados à subjugação do trabalho das mulheres (HERRERA, 2019). Estas constatações são abordadas por estudos que esmiuçam o cotidiano das famílias rurais e nesse movimento trazem à tona a forma com que se manifestam as diferentes oportunidades para homens e mulheres neste sistema (BRUMER; ANJOS, 2008), em que as bases dos processos de desigualdade são postos num movimento de naturalização dos papéis sexuais, imbricados a partir da relação entre os sexos e dão sentido a divisão sexual do trabalho (HERRERA, 2019).

Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido estudada anteriormente, o conceito ganhou amplitude na França no início dos anos 1970. Deste modo, adquiriu notoriedade e consolidou suas bases teóricas (na Etnologia, Sociologia e História) com as reivindicações do movimento feminista (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Para Kergoat (2009), a forma com que vivem homens e mulheres são produtos das construções sociais e não destino puramente biológico. Assim, para compreendermos a divisão sexual do trabalho, devemos focar nossas lentes para

olhar sobre os dois grupos sociais envolvidos em uma relação específica, no caso, as relações sociais de sexo.

Nesta perspectiva, a divisão sexual do trabalho constitui-se a partir de uma relação de poder dos homens sobre as mulheres, tanto que está historicamente adaptada a cada cultura e possui como característica principal destinar aos homens o trabalho produtivo e às mulheres o trabalho social na esfera reprodutiva. Sendo assim, atribui-se aos homens atividades de “maior” valor social (KERGOAT, 2009).

Desse modo, verifica-se que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens a esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação dos homens de forte valor social agregado (políticas, religiosas e militares etc) (KERGOAT, 2009, p. 67).

Para a autora, nesta dicotomia entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, há dois componentes que estão presentes e marcam as relações estabelecidas entre homens e mulheres: a separação que estabelece as fronteiras para saber diferenciar os sexos e a hierarquização que reafirma a sobreposição do valor do trabalho do homem e, em sentido oposto, subalternizar o que se configura como trabalho feminino.

Assim, estas práticas fazem parte de um ideário que estabelece as bases para a naturalização das mulheres nos espaços de cuidados e no âmbito doméstico, ao mesmo tempo em que naturaliza as funções a partir dos “papéis sexuais” de cada indivíduo de acordo com o sexo que possui (KERGOAT, 2009). A análise da divisão sexual do trabalho é indispensável para refletir sobre a natureza das desigualdades e mostrar que elas são sistemáticas. Dessa maneira, como são práticas sociais estabelecidas pela inserção cultural dos sexos, podem variar e se manifestar de diferentes formas em cada território, no tempo e no espaço, adquirindo uma certa “plasticidade”. Porém, “o que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600).

Por sua vez, Herrera (2019) traz o debate acerca da divisão sexual do trabalho no contexto das mulheres rurais, apontando para o fato de que por um longo período houve certa negligência no olhar para esta realidade. Diferentemente do contexto das mulheres urbanas, que é tratado sob várias nuances por Hirata e Kergoat (2007), o trabalho no meio rural não expõe claramente as fronteiras entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Neste aspecto, torna-se mais complexo a

percepção para os estudos acerca das assimetrias postas na divisão sexual do trabalho.

Por ser comum o envolvimento de toda a família na execução das tarefas produtivas, há uma sobreposição das esferas de produção e reprodução, haja vista que as mulheres e os homens não se deslocam de suas propriedades para trabalhar. Dependendo da natureza da atividade, as mulheres tampouco se deslocam do espaço doméstico para realizar as atividades produtivas (HERRERA, 2019, p. 60).

Essas peculiaridades devem ser analisadas ao evidenciar as formas de divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, ao passo que muitos dos trabalhos realizados pelas mulheres foram e ainda são considerados não trabalho ou de certa forma invisibilizados. Por esta razão Paulilo (2000, p. 2) afirma que:

Considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental pois, em uma sociedade onde quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla.

Entretanto, ao se considerar que na dinâmica do trabalho familiar a renda é também familiar, a forma com que os familiares se organizam para gerir os gastos pode demarcar uma situação desigual. Ou seja, o homem é considerado socialmente como a chefia familiar e detém o poder de decisão sobre o dinheiro de toda família, isso acaba por limitar a autonomia das mulheres diante da relação de poder desigual no seio familiar. Por sua vez:

A invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e da unidade produtiva é socialmente outorgada ao homem (SILIPRANDI, 2010, p. 143).

Nessa dimensão, a partir das exposto por Kergoat (2009), percebemos que as relações sociais de poder se baseiam numa relação hierárquica, em que a divisão sexual do trabalho, neste caso, no âmbito da agricultura familiar, circunscrita nas relações sociais de sexo, estabelece uma relação de dominação por parte dos maridos para com as mulheres e filhos(as). De certo modo, estas tensões revelam que as mulheres rurais estão expostas a um contexto que perpassa a divisão sexual do trabalho de forma diferenciada das mulheres urbanas.

Seja no trabalho produtivo ou no trabalho de cuidados, exercidos majoritariamente por mãos femininas, a forma com que as responsabilidades recaem sobre essas mulheres revela, antes de tudo, a precariedade estabelecida nas

construções sociais. Sendo assim, Herrera (2019b, p. 77) afirma que ao tratar das dicotomias da divisão sexual do trabalho na vida cotidiana das mulheres rurais: “Longe de ser um problema pessoal, é um problema político, de toda a sociedade”. Logo, torna-se eminente analisá-lo, discuti-lo e refletir sobre estas práticas sociais postas sobre bases desiguais.

AS MULHERES E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Neste segmento, propomos refletir sobre o trabalho das mulheres inseridas na agricultura familiar na produção de alimentos, bem como as estratégias com que essas mulheres enfrentaram as mudanças políticas e econômicas que têm fragilizado o acesso à segurança alimentar e nutricional das famílias. Partimos do pressuposto que, historicamente, a produção de alimentos tem se constituído como um espaço considerado majoritariamente feminino, principalmente ao analisarmos a produção das mulheres rurais para autoconsumo, cujo valor monetário é pouco reconhecido, uma vez que é consumido na própria família (CONTE, 2014).

Em um panorama geral, segundo estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2017), as mulheres são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos no mundo e possuem um papel fundamental na preservação da biodiversidade, especialmente na produção de alimentos saudáveis.

No Brasil, dados do censo agropecuário de 2017 apontam que o contingente de mulheres na agricultura familiar teve um aumento considerável nos últimos anos, setor que é o grande responsável pela produção de alimentos no país. Em 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres representavam 19% do total de produtores, sendo que os homens permanecem no mercado agrícola com cerca de 81% do total. Esse dado representa um aumento significativo para elas. Entretanto, o panorama nacional mostra que as mulheres rurais ainda enfrentam um contexto de miserabilidade e apresentam um alto índice de desigualdade no acesso às políticas públicas básicas, sendo discriminadas nos aspectos social, político e econômico (FAO, 2017).

Essa desigualdade tem repercutido, ainda que lentamente, nas agendas de desenvolvimento social mundial. Isso pode ser constatado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada pela Organização das Nações Unidas em

2015, cujas as recomendações prevêm que os países membros desenvolvam estratégias governamentais que visem garantir maior igualdade no acesso das mulheres a recursos econômicos, o acesso à propriedade e o controle sobre as terras e outras formas de propriedades, linhas de créditos, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis de cada país (DEERE, 2018).

Para Deere (2018), o debate acerca da necessidade de igualdade nos direitos à terra não é novo, pois desde 1979 a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e do Programa de Ação da Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO já repercutiam a questão.

Todavia, segundo a autora, sem fontes de financiamento próprias, as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acabam por depender da “boa vontade” dos governantes em implantar tais políticas e do convencimento dos(as) defensores(as) de direitos das mulheres e de seus aliados nos níveis local, nacional e internacional.

Nesse sentido, evidenciamos que as mulheres rurais detêm amplos conhecimentos sobre a produção de alimentos, bem como suas formas de preparação por serem, de modo geral, as principais responsáveis pelos cuidados e preparo da alimentação (MOTA, SILIPRANDI, PACHECO, 2021).

Quanto à finalidade, podemos dizer que a produção de alimentos se concentra em dois segmentos principais, a saber, a produção para autoconsumo do seio familiar e a produção de alimentos que serão comercializados. Entre estes, há os que serão vendidos para o município ou a cooperativas, criadas por meio de parcerias e programas institucionais e os que são comercializados ou trocados esporadicamente a vizinhos ou de porta em porta.

O autoconsumo e a alimentação saudável

O ato de plantar, colher, criar e carnear¹¹ são atividades reproduzidas pelas famílias agricultoras que se dividem nas funções de acordo com os papéis sociais de cada integrante familiar. Assim, pode-se observar a forma com que mulheres e

¹¹ Segundo Weding e Menasche (2013, p. 157) carnear refere-se, entre os agricultores, ao abate de animais, principalmente boi ou porco. Esse ritual envolve a reunião de vizinhos e parentes, que auxiliam na atividade. Essa ajuda é retribuída com o oferecimento de carnes e derivados preparados e também com a participação no ritual quando o vizinho carnea.

homens de várias idades sejam reconhecidos em diferentes ocupações e, desse modo, desempenham seu trabalho, seja ele para autoconsumo ou para comercialização (WEDING; MENASCHE, 2013).

Bourdieu (1983) citado por Wortman (2013) designou que o *habitus* consiste num saber social incorporado “de mão dupla”, que passa da sociedade para as pessoas e das pessoas para a sociedade. Nesse movimento, há internalização dos elementos sociais no processo de socialização, ao passo que as pessoas apreendem aquilo que familiares, escola, amigos, igreja, meios de comunicação lhe suscitam.

Nesse aspecto, a comida consiste não somente na expressão dos hábitos familiares, mas também como uma espécie de linguagem que se estabelece em torno de valores culturais e simbólicos presentes nas famílias e podem variar de acordo com a região, grupo social ou religião. Wortman (2013) afirma que os padrões alimentares expressam o *status* de código de identidades, pois a comida “fala” das memórias da família para os próprios membros do grupo familiar, no sentido de que a família não se reproduz apenas biologicamente, nem tão pouco reproduz apenas sua força de trabalho, ela se reproduz também simbolicamente e uma das extensões da reprodução pode ser vista pelo modo de comer.

Deste modo, a autora enfatiza que as relações de gênero também são construídas no “plano das representações, por meio da percepção da comida, quem come o quê, quando, em quais circunstâncias”, o gênero é também construído no plano das representações (WOORTMANN, 2013, p. 6). Configura assim a diferença concebida entre alimento e comida:

No plano do espaço, o alimento passa da roça, (...), para a casa onde será processada na cozinha para depois, na forma de comida, ser consumida pela família. Portanto, para que o alimento se torne comida, ele deve, via de regra, sofrer um processo de transformação qualitativo, realizando a passagem do plano da natureza para o da cultura, mediado pela via da culinária (WOORTMANN, 2013, p. 11).

Nesse sentido, adentramos um espaço demarcado por valores culturais de grande importância para as famílias, pois:

Comer pode parecer, num primeiro olhar, uma atividade banal da vida cotidiana, que atende tão somente às necessidades fisiológicas de recomposição de energias do corpo. Porém, se observarmos de maneira mais atenta, notaremos que a comida se apresenta como parte fundamental da cultura de cada sociedade, pois através dela expressam-se identidades sociais (WEDING; MENASCHE, 2013, p. 153).

Além dos valores identitários mencionados, o autoconsumo é visto como estratégia de reprodução, que pode ser definida a partir da produção de alimentos considerados “pro gasto”, em que as famílias produzem para o seu próprio consumo e há o “acesso direto dos alimentos da unidade de produção (lavoura, horta e pomares) para a unidade de consumo (casa)”(HERRERA, 2015, p. 68).

As mulheres participantes da pesquisa se orgulham da produção de alimentos que possuem em suas hortas e quintais e os animais que elas cuidam no entorno de suas propriedades. Elas tratam a diversidade na produção como um elemento de bastante valor afetivo e se dedicam a esses cuidados diariamente. Desse modo, percebemos características importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar: a primeira é capacidade de subsistência imediata do grupo familiar e a segunda é a centralidade da constituição do patrimônio familiar, ambos elementos são processos verdadeiramente autônomos das famílias agricultoras (WANDERLEY, 1996).

Conforme cita Wanderley (1996), mesmo frente a mudanças no cenário mundial, com o setor econômico globalizado e mercados cada vez mais dinâmicos, a agricultura familiar ainda mantém resquícios do passado. Quanto à forma de produção das mulheres no assentamento, percebemos características comuns ao sistema tradicional, aquele que é denominado “policultura” que se baseia na diversidade na produção agrícola.

O valor dado à diversificação na produção dos alimentos constitui-se como algo cultural das mulheres rurais, principalmente por ter pouco ou nenhum agrotóxico. É notado também o cuidado que possuem no cultivo das plantas medicinais e sementes, presente nas práticas no momento da coleta, manejo e preservação (MOTA, SILIPRANDI, PACHECO, 2021). Menache, Marques e Zanetti (2008) constataram que embora envolto de um valor simbólico para as famílias, a produção para autoconsumo é considerado do ramo das “miudezas”, termo que as famílias utilizam para se referir aos alimentos que são provenientes das hortas, quintais, pomares e lavouras, que não serão destinados a atividades comerciais, ou que são produzidos artesanalmente para venda esporádicas ou troca entre os vizinhos. Como o próprio nome sugere, as “miudezas” produzidas por mulheres e crianças são secundarizadas frente à principal atividade agrícola, no caso da pesquisa mencionada, a safra de milho. No entanto, quando há períodos de seca e,

por consequência, frustração da safra, é com as “miudezas” (queijo, ovos, hortaliças) que as famílias se mantêm.

Essa questão é abordada por conte (2014) ao mencionar que os dados censitários menosprezam o autoconsumo, pois, a produção não é considerada como renda familiar e esse trabalho se quer configura como atividade remunerada. Tal invisibilização contribuiu para designar a pobreza no meio rural sem problematizar as verdadeiras causas. Nesse aspecto, o autoconsumo proporciona a alimentação e um modo de vida que garante a segurança alimentar e nutricional das famílias, mesmo que as famílias também consumam produtos industrializados, sobretudo porque as mulheres cultivam os alimentos frescos que vão da horta à mesa, garantindo a diversidade nos padrões alimentares de subsistência. Como complementa Herrera (2015, p. 70):

[...] na contemporaneidade, é quase consenso que a produção para consumo próprio de alimentos marca características das formas sociais de produção camponesas e familiares: representando o suporte da alimentação das famílias, refletindo hábitos alimentares tradicionais e proporcionando uma variedade importante de cultivos relevantes para a alimentação da família.

De certo modo, as práticas de autoconsumo são consideradas estratégias para a reprodução das famílias rurais e se tornaram fundamentais para a segurança alimentar e nutricional das famílias rurais. Nesse contexto, com preferência por alimentos saudáveis, elas reforçam as relações de sociabilidade e as questões identitárias que possuem entre si (MENACHE; MARQUES; ZANETTI, 2008).

Em estudo realizado por Lisboa e Lusa (2010) em três países - Brasil, México e Cuba, evidenciou-se que as mulheres possuem um papel preponderante na gestão dos recursos naturais devido a sua função na provisão de alimentos para o sustento da família. Por meio de seus conhecimentos, as mulheres contribuem tanto como usuárias, quanto gestoras para um sistema de biodiversidade e agroecologia. As autoras enfatizam que:

Tanto no cultivo como na coleta de frutos, raízes, lenha, ervas e plantas medicinais, forragem para os animais, (...), cuidado com a água, todas essas atividades requerem um aguçado conhecimento dos ecossistemas circundantes e das peculiaridades dos ciclos naturais. Além disso, elas contribuem para manter a diversificação e associação dos cultivos, semeadura, manejo integrado de pragas, conservação do solo, proteção e aproveitamento de plantas com fins nutricionais, medicinais, sanitários e econômicos. Através de seus conhecimentos contribuem como usuárias e como gestoras de todo um sistema de biodiversidade e agroecologia (LISBOA; LUSA, 2010, p. 885).

A referida pesquisa apontou que o protagonismo das mulheres camponesas junto à produção de alimentos e no manejo de recursos naturais necessita de políticas sociais direcionadas para as trabalhadoras rurais no sentido de priorizar os direitos básicos das mulheres camponesas com vistas a garantir um desenvolvimento mais humano e sustentável. Por sua vez, Conte (2014), ao tratar do cultivo dos alimentos das mulheres rurais, evidenciou que a produção agroecológica possibilita uma identificação que vincula quem produz de quem se alimenta, de modo que para as agricultoras esse valor é fundamental, assim:

[...] a pessoa sabe o tempo certo para plantar, a maneira de colher, armazenar ou ter que comer fresco, partilhar ou mesmo vender ou trocar. Esse alimento tem características que vai além de saciar a fome; ele nutre, dá para comer com tranquilidade, tem cheiro, sabor e cor e nem sempre se apresenta tão perfeito quanto aqueles que estão nos supermercados, pelo fato de ser agroecológicos ou no mínimo orgânicos (CONTE, 2014, p. 118).

O desenvolvimento de sistemas de produções agroecológicos tende a valorizar as experiências das mulheres agricultoras, tendo em vista que pautam a ética do cuidado e o papel das mulheres na resignificação dos alimentos.

Henn (2013) pontua que partir da inserção das mulheres na produção agroecológica foram evidenciadas novas possibilidades de participação nos sistemas de produção e na aquisição de renda. A pesquisadora mostra que as mulheres envolvidas passaram a questionar e transformar posições ideológicas, principalmente nas relações assimétricas de gênero e, assim, ocupar novos espaços nas famílias e na sociedade. Paulilo (2016), ao analisar o movimento de mulheres agricultoras e a ecologia, considerou a preocupação das mulheres camponesas na busca por soberania alimentar e as práticas de controle que elas possuem sobre as sementes criolas¹².

A questão da preservação da sementes faz parte da preocupação das mulheres entrevistadas no assentamento, sobretudo pela variedade das espécies plantadas nas propriedades e o resgate da sociabilidade que as envolve, como corrobora Paulilo (2016, p. 375), “Sempre foi da tradição dos camponeses praticar a policultura ou cultura de diversas variedades de uma mesma espécie para garantir a produção em situações climáticas adversas”. A confiança no modelo de alimentação

¹² Segundo Gaspareto e Menezes (2013) em 2002 o Movimento de Mulheres Agricultoras/SC discutiu e organizou o programa de produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, articulando-se com o debate internacional dos movimentos do campo da Via Campesina: “sementes patrimônio da humanidade”.

“saudável” que vem do campo é um elemento que tem ganhado forças nos últimos anos, pois:

[...] tem-se observado uma revalorização de elementos associados ao rural, bem como da comida que a ele remete, a qual se expressa na busca de pessoas do meio urbano por alimentos da roça – podem-se observar, na localidade, pessoas da cidade que vêm comprar produtos diretamente dos agricultores –, bem como pela própria valorização dos agricultores de seus alimentos, reconhecidos por eles como mais saudáveis e melhores (MENASCHE; WEDING, 2013, p. 156).

As mulheres do assentamento afirmam que os alimentos para o autoconsumo pertencem à produção “limpa”, por exemplo, repolho, alface, cebolinha, salsinha, abobrinha, mandioca, pimentão, pepino, abóbora e couve, ou seja, estes estão livre de agrotóxicos. As razões são simples, pois além de serem alimentos tidos como mais saudáveis, apresentam baixo custo nos fatores de produção porque os adubos são orgânicos. Entretanto, três participantes da pesquisa afirmam que nas lavouras maiores, em geral, são os maridos ou companheiros os responsáveis. Nelas são produzidos milho e feijão e elas admitem que há o uso de adubos químicos.

Mesmo com o cuidado no trato das sementes crioulas e com a valorização dos alimentos produzidos de maneira mais saudável, o processo de internacionalização do campo tem gerado consequências devastadoras na vida das mulheres camponesas. Há evidências de que o cultivo de alimentos transgênicos seja propagado cada vez mais, inclusive entre os agricultores mais pobres, o que tem colocado em risco a sociabilidade construída entre as famílias agricultoras. Esse movimento ocasiona um processo de alienação das mulheres com relação à terra e tudo que a envolve, ou seja, a agricultura, os saberes e conhecimentos históricos, transmitidos de geração (PAULILO, 2016).

O processo de alienação das mulheres agricultoras tende a fragilizar as condições de reprodução de vida no campo afetando as relações e as redes de sociabilidades construídas ao longo dos anos com consequências que comprometem o futuro da segurança alimentar. Conforme Paulilo (2016), há vários impasses que não são passíveis de simples resolução, mesmo porque há concepções diferentes entre homens e mulheres do que é o verdadeiro papel da agricultura. Estas concepções estão atreladas às perspectivas de vida e variam de acordo com o papel que os(as) agricultoras e agricultores desempenham no seu cotidiano.

Outro aspecto que tem modificado as condições de vida no campo, porém como oportunidade para as mulheres, diz respeito à inserção dos grupos produtivos e agroindustriais no meio rural, como veremos no tópico seguinte.

Os grupos produtivos e a produção nas unidades familiares

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR, 2021), o processo de agroindustrialização é uma importante alternativa de geração de renda e trabalho para a unidade familiar rural. Dessa forma, “possibilita, em especial a transformação de alimentos realizada pelas agricultoras e agricultores familiares, oportunizando o desenvolvimento e fortalecimento das economias locais nas diversas regiões do Estado, promovendo a diversificação produtiva, o resgate dos valores culturais, além dos aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental e a sucessão familiar” (IDR, 2021, p. 1).

A inserção das mulheres na produção, gestão e a comercialização torna-se um desafio, pois necessita da adequação de uma infraestrutura material e ambiental na localidade instalada. Por esta razão, a organização das famílias em grupos produtivos é uma alternativa viável para o território. A política de inserção das agroindústrias nos assentamentos rurais foi vista como oportunidade para as mulheres adentrarem no mercado da produção rural, realidade que propicia novas formas de trabalho, inseridas numa rede que se configura desde a capacitação para produção de alimentos (processos de higienização e administração dos recursos disponíveis) até a inserção dos produtos no mercado mais amplo (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Nessa perspectiva, a possibilidade de agregar os grupos produtivos nas agroindústrias artesanais trouxe às famílias novas oportunidades de aquisição de renda e de investimento em suas propriedades. Como afirma uma das mulheres entrevistadas, após perder o medo de investir “fazer um Pronaf”, passou a integrar os grupos produtivos na panificadora comunitária, que propiciou novos conhecimentos e deu origem a parcerias estabelecidas para o beneficiamento de ovos e entrega de alimentos.

Neste processo, vislumbramos que a participação das mulheres ainda sofre condicionamentos em que estão presentes muitos entraves econômicos e culturais e acabam dificultando o acesso das mulheres rurais em espaços mais amplos. Há

situações em que as mulheres relataram dificuldades para saírem de casa e se relacionar com outras pessoas que não sejam do âmbito familiar, isso em função de temer serem julgadas pela comunidade como, nas palavras delas, 'uma mulher qualquer'.

Mesmo com desafios a serem enfrentados, o trabalho em grupos produtivos tem mostrado sua relevância e, a partir desse destaque, tornou-se um instrumento de resistência para as mulheres, pois, à medida que possuem seus conhecimentos valorizados e articulados, passam a reestabelecer suas relações de poder.

Nesse sentido:

[...] as mulheres que se aventuram na formação dos grupos produtivos encontram, muitas vezes, oposição no espaço doméstico, uma vez que a nova atividade impõe o rearranjo da divisão de trabalho no interior da família, bem como aparecem como instigadoras de reconfigurações de relações de poder no interior da família (MEDEIROS; PAULILO, 2013, p. 188).

Essa oposição encontrada no que remete ao desenvolvimento do trabalho das mulheres pode ser considerado uma questão de gênero. Conforme identificamos na pesquisa, há ainda um olhar de exclusão que limita as mulheres, seja na família, seja na comunidade.

Em pesquisa realizada no processo de transição das agricultoras para a agroecologia, Henn (2013) identificou que a inserção das mulheres rurais nos grupos produtivos contribuiu para a reflexão sobre a questão de gênero nas famílias e analisou que, mediante a participação nos grupos agroecológicos, foi possível a percepção dos deslocamentos sociais alcançados por mulheres agricultoras:

Os relatos das mulheres e suas formas de intervenção estão sempre atrelados aos grupos familiares. Demonstrem as mudanças também nas posições de mãe, esposa e filha, pois, além de contribuírem na melhoria das condições sociais de vida, muitas delas, ao saírem do espaço da casa para serem feirantes, enfrentaram os preconceitos de quem sentenciava que lugar de mulher é em casa (HENN, 2013, p. 86).

Contudo, o que para muitas trabalhadoras é visto como oportunidade e emancipação, também pode ser visto como uma política que opera de modo a inserir uma outra forma de exploração do trabalho das mulheres. O trabalho nas agroindústrias pode ser visto também como um peso a mais, já que ao passo contribuiu para a entrada das mulheres no processo produtivo, ocasionou uma carga excessiva de trabalho, que encontra no perfil das trabalhadoras rurais atributos alinhados aos interesses e responsabilidades que demandam essas produções.

Entretanto, mesmo com essas ponderações, cabe analisar que a inserção das mulheres nos grupos produtivos contribuiu para que elas passassem a conhecer outras instâncias de participação social, uma vez que o grupo produtivo tende a propiciar o envolvimento das mulheres em atividades relacionadas a sua posição de gênero e classe.

Nesse sentido, há uma busca de tornar as relações entre os gêneros mais igualitárias nas esferas do cotidiano, como analisa Ferrante e Duval (2009, p. 394):

As mulheres cujo trabalho aparece, em geral, envolto em uma rede de individualidades vêm, na casa, na formação de grupos diversificados de produção, na busca de resgate da história/memória de suas lutas, mostrando que a constituição e a trajetória dos assentamentos têm que levar em conta, necessariamente as vozes e as ações das assentadas rurais.

Em meio a isso, acreditamos que essas inserções, além de gerar renda familiar, permite que as mulheres acessem novos conhecimentos, não se limitando à esfera da gestão-produção e comercialização, mas possibilitando a produção de significados e simbologias que as envolvem.

Além dos grupos produtivos, cada unidade familiar possui projetos de arranjos específicos de acordo com a capacidade que comportam as famílias, o acesso às fontes de custeio e as demandas de mercado. Atividades vinculadas a aviários, chiqueiros, leiteria e lavouras para cultivo comercial de soja e milho estão presentes na região do assentamento, de modo que fortalece a competência das unidades produtivas familiares.

A atividade leiteira tem se destacado na localidade, com o Programa Linha do Leite e tem um importante reconhecimento na área rural do Assentamento Banana, configurando-se como uma importante fonte renda para a agricultura familiar. No que tange à divisão sexual do trabalho, em pesquisa realizada na região Sudoeste do Paraná, Schimitz (2014) afirma que a produção leiteira era atividade desempenhada predominantemente por mulheres, porém, com o advento da modernização na agricultura, a atividade passa a ser administrada por homens.

Nessa perspectiva, ao pesquisarem as relações de gênero nas agroindústrias de leite do Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, Paulilo, Grandi e Silva (2016) coincidem no olhar semelhante ao mencionado por Schmitz (2014), pois acentuam que o envolvimento das mulheres nessa atividade foi considerado secundário. Quando a produção deixa de ser considerada um complemento à renda familiar, ela

adquire maior relevância econômica, porque o trabalho passa a ser administrado pelo “chefe da família”, os homens no caso.

Menezes (2021) tem a mesma constatação ao analisar a relação das mulheres sertanejas de Sergipe na produção do queijo caseiro. A autora enfatiza que nas últimas três décadas o beneficiamento de leite e a produção de queijos têm sofrido transformações perante a divisão sexual do trabalho, isto em razão do aumento das pequenas fábricas que, em geral, utilizam predominantemente homens. Em sistema artesanal, a produção de queijos e derivados expressava o cuidado e o zelo das mulheres que eram exclusivas no preparo.

Destarte, as mudanças tecnológicas e de mercado passam a alterar o padrão no âmbito da divisão sexual do trabalho (PAULILO; GRANDI; SILVA, 2016). A inserção de máquinas e equipamentos exigidos fizeram com que a produção para a comercialização de leite assumisse outros patamares. No assentamento que pesquisamos, uma das mulheres entrevistadas conta que quando a atividade de ordenhar era exercida manualmente, o trabalho de retirada do leite era realizado por ela, porém, com a compra da ordenhadeira mecânica, o esposo passou a ser responsável pelo trabalho.

Nesse ponto, compreendemos que a visibilidade do trabalho das mulheres no meio rural não ocorre de forma linear de acordo com as mudanças tecnológicas. Ou seja, ao considerar as contribuições do movimento feminista no campesinato, desvelamos que é uma percepção falaciosa considerar que tudo que é moderno trará a independência feminina, bem como a concepção de que a família rural é unívoca, ou seja, comporta-se como se fosse uma só pessoa, ausente das relações de poder e relações hierárquicas entre si (PAULILO, GRANDI, SILVA, 2016).

Assim corroboram as autoras:

A utilização de novas máquinas e tecnologias não significa mudança nas relações de poder entre os cônjuges. O que está por trás dessa associação é a visão da mulher, em primeiro lugar, como dona de casa, só trabalhando para “ajudar” o marido. Qualquer artefato que a “libere” da lavoura é considerado um ganho. Pensar que o papel “rainha do lar” talvez não lhe agrade tanto assim, principalmente quando, com isso, ela perde acesso a algum tipo de renda própria ou possibilidade de contato com o mundo à sua volta, em geral é sequer sugerido (PAULILO, GRANDI, SILVA, 2016, p. 170).

Por esta razão, as autoras afirmam que muitas mulheres dizem ter preferência pelo trabalho produtivo fora de casa, nas lavouras ou em grupos, do que o trabalho doméstico em atividades simultâneas que se tornam repetitivas, massantes e

parecem não ter fim. Aliás, ressaltamos que o termo ‘dona de casa’ não pode ser sinônimo de esposa e mãe, mas de trabalho doméstico não remunerado (OAKLEY, 1974 *apud* MELO, CONSIDERA, DI SABATTO, 2016).

As atividades cotidianas no trabalho doméstico, embora passíveis de uma invisibilidade social, são imprescindíveis à reprodução familiar e suas interfaces serão melhor elucidadas na sequência.

O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

Neste tópico, abordamos as questões que cercam o trabalho doméstico e de cuidados que estão presentes no modo de vida das famílias assentadas. Voltamos o olhar para a contribuição praticamente majoritária das mulheres neste espaço e para a multiplicidade de atribuições por elas assumidas.

Historicamente, as mulheres desempenharam o papel principal de responsável pelos cuidados domésticos e familiares, incluindo atribuições relacionadas à casa, ao marido, aos filhos e parentes. Assim, o lar foi se tornou um espaço por excelência feminino, a ponto de a sociedade passar a só admitir seu afastamento do papel de esposa e mãe em casos de extrema necessidade financeira. Por esta razão, mesmo quando participavam ativamente das atividades econômicas da família, às mulheres estava reservado o lugar subalterno diante da relação de produção familiar (PAULILO, 2004).

Federici (2019, p. 42) expõe uma crítica bastante interessante sobre o entendimento do trabalho doméstico. Nas palavras da autora, “o trabalho doméstico é uma expressiva experiência coletiva que mantém o mundo em movimento, trata-se da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora”. Ela enfatiza que quanto mais precárias as condições econômicas familiares, mais degradantes torna-se a relação de submissão das mulheres.

Por vezes subalternizado nos parâmetros econômicos, dado sua condição de não mercantilizado (VIANA, 2018), o trabalho doméstico e de cuidados foi transformado num atributo natural das mulheres, justificado como essencialmente feminino:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar,

garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2019, p. 68).

Esse trabalho oculto descrito pela autora permanece específico das mulheres, tanto que a discussão do trabalho doméstico e de cuidados realizado por homens, ‘como uma reserva relevante de cuidado’, parece estar ausente das discussões, de forma que o care¹³ configura-se como uma questão exclusiva das mulheres (SORJ, 2014, p. 125).

Ao relacionar o trabalho doméstico com o bem-estar das famílias, Herrera (2015, p. 57) evidenciou que:

Os trabalhos doméstico e de care consistem em uma estratégia de reprodução social [...] e estão voltadas para a reprodução biológica, de bem-estar e de manutenção das famílias urbanas e rurais. Realizado quase que exclusivamente por mulheres, os trabalhos doméstico e de care foram historicamente invisibilizados em nossa sociedade e, por este motivo, as tarefas voltadas a este fim não são reconhecidas como estratégias centrais para a manutenção e reprodução social.

Ao avançar nesse debate, em outro momento, Herrera (2019) aprofunda um diálogo crítico sobre as questões que cercam o trabalho feminino na área doméstica e dos cuidados, salientando que embora haja um debate teórico em torno das suas qualificações (trabalho produtivo e reprodutivo), é fundamental destacar características importantes, entre elas ‘a multiplicidade das atividades realizadas no âmbito reprodutivo, a organização social do trabalho reprodutivo e a hierarquização destas atividades’ postas sob a divisão sexual do trabalho.

Nesse sentido, a autora enfatiza que a luta do movimento feminista para o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados abriu caminhos para que a condição feminina passasse a ser objeto de estudo nas universidades. Sendo que, a partir da década de 1980, o feminismo acadêmico passou a integrar a categoria gênero nas pesquisas sobre o trabalho doméstico. Desse modo, as críticas feitas pelas feministas no final dos anos 1970 ajudaram a dar visibilidade à discussão sobre as formas de valorizar o papel das mulheres nas duas instâncias sociais: a reprodução e a produção (MELO, CONSIDERA, DI SABATTO, 2016).

¹³ Conforme Hirata (2010), citado por Herrera (2019, p. 22): ‘No Brasil, o termo care foi adotado de forma ampla pelas pesquisadoras desta temática, pois abarca a polissemia do conceito: cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição do care’.

Nesta perspectiva, notamos que as questões relacionadas ao trabalho doméstico e de cuidados assumem proporções globais no modo de vida das mulheres, uma vez que refletem a interdependência¹⁴ dos seres humanos e sua centralidade para a preservação da vida humana.

Por sua vez, Paulilo (2004) analisa no âmbito doméstico a ênfase dada à esfera reprodutiva que, sem dúvida, deveria ser mais valorizada enquanto pilar fundamental para a sociedade, pois, como analisa a autora, filhos bem criados são essenciais ao modo de produção capitalista. Entretanto, ela afirma que a responsabilidade se torna quase que exclusiva das mulheres e lembra que por ter de arcar com maior parte do ônus da reprodução, as mulheres têm menores possibilidades de conseguir bons empregos e ascender profissionalmente. Ademais, a autora aponta que a pobreza na América Latina tem gênero específico, ou seja, entre os pobres do mundo, as mais pobres são as mulheres.

Em face disso, a autora amplia a discussão entre a desvalorização das múltiplas tarefas femininas, que constituem uma lacuna nas estatísticas oficiais¹⁵ e a expressão 'trabalho invisível', que simboliza um reflexo da desvalorização que permeia toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família. O trabalho das mulheres no âmbito doméstico e de cuidados sequer pode ser considerado do ponto de vista do mercado de trabalho, ao passo que as donas de casa não se configuram como detentoras de força de trabalho, são classificadas como população inativa pelos institutos de pesquisa (MELO; CASTILHO, 2009).

Contudo, como recurso para análise das questões referente às assimetrias de gênero e divisão sexual do trabalho, a partir da década de 2000, o IBGE passou a coletar algumas informações que serviram de base para estudos sobre o uso do tempo dispendido no trajeto casa-trabalho e também no tempo dedicado aos afazeres domésticos. Além da jornada de trabalho remunerado, essa metodologia apesar de incipiente, é passível de críticas à forma com que foi implantada no Brasil¹⁶ e deu origem a diversas pesquisas que evidenciaram a situação das

¹⁴ Os fatores de interdependência e centralidade na preservação da vida são atribuídos ao conceito de *care* por Herrera (2019) ao citar os questionamentos desenvolvidos Tronto e Fisher (1990).

¹⁵ A partir do ano de 2016 a PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio] Continua começou a investigar sobre —Outras formas de trabalho. Essas —outras formas de trabalho definidas pelo IBGE incluem: a) Trabalho nos afazeres domésticos; b) Trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; c) Trabalho voluntário e; d) Trabalho para o próprio consumo' (VIANA, 2018, p. 22).

¹⁶ A metodologia de estudo do tempo aplicada no Brasil é realizada por meio da PNAD, a qual ainda que de maneira insatisfatória em comparação com outros países, adotou diferentes metodologias e

mulheres brasileiras e o tempo gasto nas atribuições domésticas e de cuidados (MELO, CONSIDERA, DI SABATTO, 2016).

Para os autores supracitados, os estudos do uso do tempo permitem a análise de que é possível alcançar maiores patamares de igualdade garantindo a participação das mulheres de forma mais justa e equânime por meio da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja na esfera do trabalho doméstico e de cuidados, seja em outros patamares da vida social.

Ao analisar as relações de gênero no meio rural, Almeida (2018) aponta que a subalternização do trabalho das mulheres no campo é constante. Em contraponto à invisibilidade está o fato de que, historicamente, o campo brasileiro projetou-se predominantemente como um espaço de autoridade masculina. Além disso, há circunstâncias em que as mulheres rurais nem sequer são consideradas agricultoras, sendo conhecidas como mulher ou filha de determinado agricultor (HERREIRA, 2015).

A partir do enfoque nas particularidades dos trabalhos produtivo e reprodutivo não remunerados, designados pela PNAD Contínua, em relação às mulheres no meio rural brasileiro, Viana (2018, p. 67) evidenciou que mulheres e homens participam do trabalho reprodutivo/doméstico, porém as mulheres continuam como responsáveis principais desse tipo de trabalho. Neste segmento de análise, considerou alguns pressupostos importantes, entre eles:

- a) Características como regularidade e eventualidade diferenciam o trabalho reprodutivo/doméstico de mulheres e homens;
- b) A participação dos homens segue a uma hierarquia nos tipos e lugar em que as tarefas são realizadas. Pois, realizam tarefas mais do espaço público e mantém distanciamento daquelas consideradas 'femininas';
- c) O trabalho das mulheres não reconhece fronteiras geográficas e é realizado seja em espaços públicos ou privados e na casa de parentes;
- d) Homens detêm certa liberdade, convertida em privilégio que concede a eles o direito de escolher que tipo de atividade deseja realizar.

Esses pontos expressam a maneira sistemática com que o trabalho doméstico e de cuidados assume diante da divisão sexual do trabalho no contexto rural, expondo o modo que a condição das mulheres rurais em trabalhos duplamente não remunerados - dado ao fato de que estão inseridas também na produção de alimentos para autoconsumo.

Neste sentido, ao refletir sobre as práticas cotidianas das mulheres rurais percebemos que o trabalho de cuidados na esfera no âmbito doméstico e o trabalho externo na lavoura, ou mesmo na produção coletiva de alimentos se entrecruzam e não se sabe ao certo diferenciar o que é trabalho produtivo do que é trabalho reprodutivo, condições que nos desafiam a aprofundar a reflexão sobre o processo de subordinação e exploração que elas vivenciam em seus cotidianos.

Embora as mulheres sigam rotinas intensas de trabalho e realizem atribuições simultâneas, jornadas extensivas com a multiplicidade das práticas de trabalho dentro e fora de casa, sua principal função está atrelada à condição reprodutiva, conforme analisa Siliprandi:

Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar: preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras (incluindo a transformação de produtos e o artesanato), somente é reconhecido, porém com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, etc). (SILIPRANDI, 2010, p. 143).

Esses aspectos somente reforçam a necessidade que os estudos relacionados ao trabalho doméstico e de cuidados precisam ser amplamente debatidos nos setores sociais, principalmente por estar atrelado às dimensões da divisão sexual do trabalho. Nesse norte, o olhar para o trabalho de cuidados permite identificar as obstruções enfrentadas pelos papéis das mulheres na sociedade, bem como valorizar o 'care' como elemento central para a reprodução da vida humana, que muito além de elementos práticos, materiais e racionalistas, constitui-se de práticas nas quais as mulheres dedicam afetos, amor e intersubjetividade (HERRERA, 2019).

No capítulo a seguir aprofundaremos a caracterização das mulheres no intuito de conhecer as relações sociais que as cercam.

CAPÍTULO V - ANÁLISES DOS DADOS: AS MULHERES RURAIS E O CONTEXTO DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO BANANAS

Neste capítulo, em diálogo com os capítulos precedentes e a partir das entrevistas realizadas por meio da história oral, discorreremos sobre o processo de construção do modo de vida no Assentamento Bananas e sobre a temática da participação das mulheres na reprodução da agricultura familiar, em especial na produção de alimentos a partir do olhar da divisão sexual do trabalho.

Assim nos dedicamos a retratar os processos das mulheres e suas relações sociais no campo, com ênfase nas narrativas que abordam as condições do trabalho na produção de alimentos – tanto para auto-consumo quanto para comercialização, porém sem invisibilizar a importância do trabalho reprodutivo (de cuidados) realizados diariamente por mãos femininas.

Iniciamos as análises a partir de três segmentos, o primeiro item denominamos o perfil das mulheres rurais, no qual analisamos aspectos como educação, participação política, trabalho doméstico e de cuidados e fonte de renda. Após, percorremos o trajeto com a chegada das famílias no assentamento, neste item, discorreremos sobre “as incertezas” que as famílias vivenciaram no início do processo de acampamento no território ocorrido em 1999 e finalizamos as análises com o trabalho das mulheres na atualidade, refletindo sobre o momento em que as mulheres passam a se inserir nos grupos coletivos da panificadora, na produção leiteira e no beneficiamento dos ovos, datado a partir de 2010. Neste tópico, aprofundamos a relação das mulheres com o trabalho doméstico e de cuidados e a produção de alimento para autoconsumo.

As memórias sobre a família de origem, o trabalho na infância, o casamento, o nascimento dos(as) filhos(as), a fragilidade nos momentos de doenças e a felicidade e dificuldade no processo de conquista da terra foram elementos relatados com bastante emoção durante as entrevistas. Outros elementos de suas narrativas, tais como a dificuldade para estudar e a importância do estudo para o desenvolvimento e participação política/comunitária também foram mencionados pelas mulheres.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

Embora muito com atuantes nas esferas da participação política local, as trabalhadoras rurais do Assentamento Bananas não se afirmam como participantes de movimentos sociais. No surgimento do acampamento, elas foram cadastradas em programas do Incra e município por serem trabalhadoras rurais da fazenda que foi expropriada e outros configuram-se como agricultores familiares da região e de municípios vizinhos.

Em consonância com os objetivos da pesquisa e de acordo com os procedimentos metodológicos descritos anteriormente, ao todo, foram realizadas 5 entrevistas semiestruturadas (anexo I).

Neste item, apresentamos o perfil das entrevistadas. São aspectos relacionados às suas famílias de origem, as dificuldades no acesso aos direitos como educação, inserção em precárias condições de trabalho e participação na comunidade.

As entrevistas realizadas tiveram foco na trajetória das mulheres no assentamento, buscando compreender os limites e possibilidades encontrados por elas nos processos dos trabalhos no seu cotidiano, com foco principal na constituição das assimetrias de gênero.

O quadro abaixo apresenta uma breve caracterização das entrevistadas. Optamos por designar as participantes pelas iniciais de seus nomes, no intuito de preservar a identidade das mulheres que contribu íram com a pesquisa.

Sendo assim, o quadro a seguir fornece uma breve caracterização das mulheres entrevistadas, constando: identificação, idade, estado civil, composição familiar, município de procedência, escolaridade e principal fonte de renda.

Quadro 5 - Perfil das mulheres entrevistadas

Entrevistada	Idade	Estado Civil	Composição Familiar	Procedência	Escolaridade	Principal fonte de renda familiar	Particip. Ativa Associação	Resp. trab. dom. e familiar
C.	59	Casada	3 (ela o esposo e a filha)	Cantagalo (PR)	4ª Série Ensino Fundamental	Lavoura de milho e feijão	Sim	Sim
E.	38	Casada	4 (ela o esposo e duas filhas)	Guarapuava (PR)	4ª Série Ensino Fundamental	Lavoura de milho e feijão Panificadora Cooperativa (COMICRO)	Sim	Sim

M.E.	59	Casada	6 (ela o marido, duas filhas e duas netas)	Mariluz (PR)	8ª Série Ensino Fundamental	Lavoura de milho e feijão. Laticíneos	Sim	Sim
L.	71	Viúva	2 (ela e o companheiro)	Pinhão (PR)	Não alfabetizada	Aposentadoria	Não	Sim
V.	54	Casada	4 (ela o esposo, uma filha e um neto)	São Miguel do Iguaçu (PR)	8ª Série Ensino Fundamental	Panificadora Laticíneos Cooperativa (COMICRO)	Sim	Sim

Fonte: A autora (2019)

As entrevistadas apresentaram idade entre 38 e 71 anos, evidenciando a diferença de idades entre as mulheres. Das 5 entrevistadas, 4 são casadas e 1 é viúva e reside com um companheiro. A maioria das famílias são nucleares e são compostas por 2 a 6 integrantes, sendo que todas as entrevistadas têm filhos(as) e duas delas têm filhos(as) casados (as) que residem na área urbana do município de Guarapuava, 4 mulheres têm filhos solteiros(as) - adolescentes e jovens que residem no grupo familiar. As entrevistadas V. e M.E. têm os netos(as) em suas composições familiares e também contribuem nos cuidados familiares e domésticos deles(as). A maioria das entrevistadas (4) são provenientes de municípios vizinhos e apenas uma é natural do município de Guarapuava, como veremos a seguir nas descrições obtidas com base nas entrevistas da pesquisa:

C. M. de S. R., 59 anos, agricultora, casada, mora com o esposo e com a filha adolescente, natural do município de Cantagalo (PR). Associada à Associação Rural de Produtores Rurais do Assentamento Bananas desde 1999, exerce a função de conselheira fiscal e relata que desde que se mudou para a localidade teve uma participação ativa na associação, sendo uma das primeiras moradoras da região. Contou sobre a sua trajetória de vida em sua casa ao som do seu rádio, um dos meios de comunicação mais usados na localidade. Estava na lavoura quando chegamos.

L. de F., 71 anos, agricultora, viúva, aposentada, mora com o companheiro, natural do município de Pinhão (PR). Associada à Associação Rural de Produtores Rurais do Assentamento Bananas desde 1999. Ela nos contou que também foi uma das primeiras moradoras do assentamento, no início se mostrou um pouco resistente em responder as perguntas da pesquisa, pois o companheiro que estava presente em sua varanda quando chegamos, questionava o tempo todo a intenção da pesquisadora. Foi possível observar que havia queijos na varanda, frutos do seu trabalho. Relatou sua caminhada de luta na terra, desde criança trabalhava para os pais na agricultura, lembra que teve uma vida de trabalho árduo com as irmãs e se emocionou ao falar do trabalho na infância, lembra que “os camaradas do pai era nós”. Conta-nos com tristeza que não teve mínimas condições de estudar. Estava ocupada com os afazeres da casa quando chegamos.

M. E. M., 59 anos, agricultora, casada, mora com o esposo, com as duas filhas jovens e com as duas netas, natural do município de Mariluz (PR). Associada à Associação Rural de Produtores Rurais do Assentamento Bananas desde 1999, ajudou a formar o assentamento. Era zeladora e o esposo era pedreiro, ambos residiam no distrito de Guará. Em 1999 foi cadastrada para ir morar no que mais tarde se tornaria o Assentamento Fazenda Bananas. Liderança na comunidade, foi presidente da associação rural na gestão do ano anterior ao atual quando da entrevista. Teve sua forma de gerenciar bastante elogiada pelos técnicos dos serviços públicos de apoio à agricultura família e teve o reconhecimento dos demais moradores, tanto que na última eleição para concorrer à presidência da associação perdeu por apenas um voto, fato que contribuiu para um retrocesso da luta pela visibilidade do trabalho das mulheres da região, tendo em vista a atuação política dela. Ela nos disse que ficou com grande desgaste físico e mental devido à rotina de trabalho intenso na produção agroecológica juntamente à presidência da associação. Dona M.E. revelou que seu cotidiano remete às questões apresentadas por várias mulheres na contemporaneidade, pois falou sobre o desafio de conciliar o trabalho doméstico e de cuidados, as atribuições do trabalho produtivo e a gestão da associação de produtores. Segundo ela, a sobrecarga desses fatores fizera com que ela adoecesse. Estava ao redor do fogão, mechendo um doce de leite no tacho quando chegamos, ela faz doces e salgadinhos para venda.

E. A. J., 38 anos, agricultora, casada, mora com o esposo e com as duas filhas jovens estudantes, natural do município de Guarapuava (PR). Associada à

Associação Rural de Produtores Rurais do Assentamento Bananas desde 1999, foi uma das primeiras moradoras da localidade. Contou que trabalhou desde os 11 anos na antiga Fazenda Pirapora, a propriedade que originou o Assentamento Fazenda Bananas. Relembrou que na infância dividia seu tempo entre o trabalho na lavoura e os estudos. Disse-nos que conheceu o esposo trabalhando na roça e que formaram uma parceria para o trabalho na agricultura familiar. Atualmente, é associada à panificadora comunitária, trabalha com a produção de ovos e há pouco tempo atuava com a produção de leite. Lembrou-se que todo o esforço que teve trabalhando na terra hoje pode ser recompensado pela produção e bens que possui. Nossa entrevista foi realizada em uma sala cedida pela Carmug, local onde a entrevistada tinha uma reunião pré-agendada.

V. S. de L., 54 anos, agricultora, casada, mora com o esposo e com uma filha jovem e um neto (filho de outra filha). Associada à Associação Rural de Produtores Rurais do Assentamento Bananas desde 2001, quando passou a morar na localidade. Natural do Estado do Rio Grande do Sul, município de Santa Rosa (RS), veio ao Paraná quando era menina, vinda de uma família de 11 irmãos, contou que trabalhou na roça desde criança, Dona V. é filha de assentados, trabalhava como boia-fria antes criar laços sociais no assentamento, mudou-se para a região metropolitana do Estado de São Paulo e então voltou, passando a integrar o grupo de moradores (as) do Assentamento Fazenda Bananas. Estava em sua casa, reunida com o grupo de mulheres do 'clube de mães' no dia da entrevista.

Como é possível observar, as mulheres que compõem esta pesquisa acreditaram no potencial da terra, são mulheres que vieram de famílias camponesas, agricultoras de subsistência e possuem suas trajetórias de vida entrelaçadas com a agricultura familiar.

Educação

Também registramos elementos que tratam da escolarização das mulheres. Duas entrevistadas concluíram o ensino fundamental, à época, até a 8ª série, e outras duas o chamado ensino 'primário' até a quarta série. Dona L., por sua vez, declara-se sem alfabetização.

Nesse aspecto, percebemos que a dificuldade em acessar os estudos formais foi algo comum entre as mulheres, os relatos expressam que as condições

estruturais das políticas de ensino eram escassas à época e a mão de obra das crianças eram fundamentais para o trabalho no meio rural.

P: A Sra. estudou?

Dona L. : Te conta bem a verdade não estudei, poque os pouquinhos que eu estudei...estudava quando tinha professor, dali a pouco faltava professor, dali a pouco tinha professor dando aula e o pai tirava nós p ara o serviço, tava apurado pois os 'camarada¹⁷' dele era nós. Então eu posso dizer que eu sou analfabeta, estudei oito meses no mobral¹⁸ aqui, mas é que daí já não é o suficiente, né? (L)

Comecei com onze anos trabalhar, minha irmã tinha nove. Para você ter uma ideia eu ia para a escola, eu jogava as botas na porta da escola e eu entrava descalço com a mochila do almoço e das coisas de estudar, todo dia (E).

Dona L. relata que voltou a estudar quando adulta, porém em meio as atribuições impostas à condição de mulher agricultora ela não conseguiu dar conta de conciliar a rotina de estudos, circunstância que fez com ela estudasse o período de apenas oito meses.

A gente com tudo... com a cabeça cheia de compromisso, morando sozinha aqui ainda, saia aprontá a serviçeira e saia correndo para aula, deixava as vezes, tudo mal feito, meio engatilhado as coisas e saia para aula.

Eu assino meu nome, leio alguma coisinha, mas se facilitar eu mesmo escrevi alguma coisa, ou se escrevi errado eu vou ler e não sei ler. E faz falta, menos o primeiro grau faz falta. A pessoa sabendo lê e escrever já é uma ajuda (L).

As histórias se assemelham. Dona M. E., outra entrevistada, relata que em sua família de origem, o seu irmão foi o único dos filhos(as) que saiu do sítio e obteve condições de estudar:

A gente se criou no sítio, quando nós morava no Norte do Paraná nós tinha seis alqueres, meu pai tinha de tudo lá, nós plantava café, nós plantava de tudo... por azar nós era em sete filhos...o mais velho era homem, o P., ele funcionário aqui da fazenda da maçã, então dai mais seis mulher, meu pai nunca arrumou um camarada sequer, era nós f ilha que trabalhava la, nós mulher. O piá na verdade não ficou saiu com doze anos saiu fora estudar, ele se formou em agronomo, foi pra cidade pra estudar. Ficou a mulherada trabalhando. Ai eu casei lá em Mariluz. De lá viemos pra cá. Ele trabalhava na fazenda do cunhado dele.

Segundo o relato acima, as mulheres continuaram trabalhando na propriedade da família. Com o casamento, Dona E. mudou-se para Guarapuava para cuidar de um sítio no entorno do assentamento. Nesse relato, evidenciamos

¹⁷ Termo usado pelas entrevistadas para denominar os trabalhadores contratados para trabalhos temporários na agricultura.

¹⁸ Sistema de estudo para jovens e adultos (FONTE).

que a questão do acesso à terra pelas mulheres, de forma geral, ocorre por meio do casamento, já que a herança das propriedades está envolta de uma tradição, comum no Sul do Brasil, na qual:

[...] as mulheres só recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais na velhice. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos ou quando os pais tem propriedades grandes (PAULILO, 2016, p. 254-255).

Assim, mesmo com exceções, o matrimônio é uma das vias possíveis para que as mulheres se tornem agricultora.

É possível perceber na fala de Dona M. E.¹⁹ que homens e mulheres possuem diferentes papéis dentro da esfera familiar, no entanto, às mulheres cabe além do trabalho doméstico também o trabalho pesado. Ela nos conta que vem de uma família de um homem e seis mulheres e relata “meu pai nunca arrumou um ‘camarada’ se quer, era nós filha que trabalhava lá, nós mulher”.

Consideramos que as mulheres entrevistadas contaram suas histórias de vida com ênfase nas representações sociais do trabalho, como se essa categoria fosse inerente a elas. Assim, a terra é vista como espaço social de convívio e trabalho, como parte de um processo identitário, “na realidade, eu nasci na agricultura”, diz Dona V.²⁰ ao refletir sobre a sua história.

Participação política:

Com relação à participação política local, identificamos nas narrativas que todas relataram participar das reuniões da Associação de Produtores Rurais, porém quatro entrevistadas disseram acompanhar com mais assiduidade. Dona M.E e dona C. já ocuparam ou ocupam cargos eletivos na gestão da organização.

Há resquícios do conservadorismo na participação local na associação, ora de forma mais clara, ora de um jeito mais sutil. Dona M.E. já foi presidente da Associação de Produtores na gestão de 2016 a 2018 e nos conta que a partir de sua experiência vivenciou vários momentos em que teve seu processo de gestão e organização questionadas pelos homens associados. Os questionamentos eram baseados num certo estranhamento por parte dos homens em serem liderados por uma agricultora mulher e também devido à forma enfática de gerir os trabalhos.

¹⁹ Entrevista realizada na residência de M.E., por Elis C. Volochati, em julho de 2019.

²⁰ V. S. de L. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 16/10/19, em sua residência – Assentamento Bananas.

Assim, Dona E. quebrou o esteriótipo de mulher submissa e exerceu seu protagonismo mesmo frente a ameaças cotidianas.

Dona E. conta que à época haviam cerca de 50 associados contribuintes, sendo ela a responsável por prestar conta dos valores existentes e administrar a logística das máquinas agrícolas cedidas pelo município para apoio às famílias agricultoras.

Para dar sequência ao trabalho que vinha sendo feito na associação, Dona E. candidatou-se novamente com a intenção de continuar na próxima gestão que iniciaria em 2019. Ocorre que, frente ao pleito eleitoral, a chapa constituída pela agricultora perdeu a eleição por apenas um voto, fato que ficou marcado como um retrocesso ao avanço desempenhado pelas mulheres da localidade

A participação de mulheres em espaço de destaque na comunidade do Assentamento Bananas demonstra o protagonismo que elas possuem frente aos arranjos produtivos. Entretanto, é claramente percebida uma investida contra essa autonomia, ainda há predominância das assimetrias de gênero nas relações de poder local.

Essa construção coletiva se faz por meio de instâncias participativas, assim nos reportamos à fala de Dona E. que significou o silenciamento de várias mulheres que participavam e acreditavam que as mulheres tinham vez e voz dentro do assentamento, assim narra ela:

A gente se encontrava na Igreja e nas reuniões da associação, e quando tem reunião que a Emater vem fazer, ou alguém da Secretaria de Agricultura, ou o pessoal da Unicentro mesmo. Ai a gente se reuni. As reuniões da associação é sempre no segundo sábado do mês, as duas horas. Eu não sei agora. Eu estou meio parada, eu estou meio afastando assim um pouco, é que na verdade essa outra chapa que ganhou...eu sou meio assim, não é que a gente quer, não tem jeito, se eu vou na reunião eu começo cobrar as coisas que eu vejo que tem que ter mais é... clareza e d ai eles não gostam que ninguém cobra, ai a gente briga mesmo. Então eu tô preferindo assim (M.E. M.).

Atualmente, ela decidiu se manter afastada das assembleias, pois relata que se envolveu em vários confrontos por exigir maior transparência nos processos de prestação de contas.

A fala de Dona C.²¹ evidencia de que ainda há um longo caminho para a equidade de gênero nas relações sociais do assentamento e percebemos esse

²¹ C. M. de S. R. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 15/05/19, em sua residência – Assentamento Bananas.

recorte ao falar sobre a participação das mulheres na organização dos trabalhos na Associação de Produtores Rurais:

Na parte da organização da associação, tô só eu de mulher, maioria homem. Não sei, às vezes por falta de estudo, entrou uma, mas aí a hora que pesou ela caiu fora, os estudos dela é meio f raco daí... precisava de saber fazer conta, essas coisas têm que fazer, né? Que nem eu: trabalho com trator, aí os negócios de trator tudo a gente tem que participar, ver se está tudo em dia, e aí a hora que f icou mais pesado para ela... aí nós pegamos outro para f icar no lugar dela... bom de matemática que daí não tem erro.

A narrativa de Dona C. expõe aspectos relevantes de análise. Por diversos motivos, as mulheres enfrentam determinadas barreiras para exercerem a participação política, seja por falta de conhecimento ou por sua condição de ser mulher. Então, não se nota incentivo para a participação de mulheres nos espaços de deliberação, visto que no caso relatado supõe-se que há falta de qualificação para a associada exercer seu papel junto à equipe do Conselho da associação rural. Entretanto, há que se ressaltar que saber ler e escrever já é considerado um privilégio para mulheres e homens que tiveram a infância e juventude distorcidas devido ao trabalho pesado no meio rural.

Percebemos que a construção social baseada no gênero que define previamente funções típicas de homens e mulheres não prioriza a participação das mulheres nos espaços políticos de decisão. Ao olharmos para a realidade apresentada pelas mulheres do Assentamento Bananas, observamos que ainda há entraves para garantir a participação política efetiva nas instâncias deliberativas. Entretanto, o que se observa é que essa participação vem sendo construída de forma gradativa e se desenvolve a partir da resistência e persistência das mulheres.

Um dos momentos para refletir sobre as políticas públicas destinadas ao assentamento é a representação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), como membros da associação de produtores rurais. Neste espaço, algumas mulheres da comunidade se fazem presentes e, ainda que de forma incipiente, possuem participação ativa.

O conselho, mesmo sendo um ambiente cuja a participação é de um público predominantemente masculino, constitui-se como espaço de diálogo e fiscalização das políticas no âmbito municipal, expressando-se como um canal de representação para a sociedade civil com vistas à discussão sobre as questões das famílias rurais. Isso tem possibilitado avanço na participação das mulheres que vai além dos espaços de produção. Entretanto, ainda é possível perceber que as pautas das

mulheres dificilmente são debatidas no desenvolvimento das reuniões, evidenciando que a expressão da representatividade das mulheres ainda segue circunscritas à assuntos particularizados.

Trabalho doméstico e de cuidados:

Ao assumir a totalidade do trabalho familiar após a morte do esposo e com os filhos morando na zona urbana, Dona L. demonstra uma sobrecarga nos trabalhos na leiteria e na roça. Todavia, não é incomum que ao ficarem viúvas muitas demandas relacionadas aos cuidados no âmbito doméstico e familiar exigidas às mulheres rurais passem a diminuir com o passar do tempo.

As mulheres agricultoras têm seu tempo comprometido, inclusive em domingos e feriados, tanto nas produções das agroindústrias, quanto no espaço familiar e doméstico nos âmbitos dos cuidados e ainda assim sofrem com a invisibilização social. Mesmo tendo uma sobrecarga ampla de trabalho, persiste a falsa percepção de que o trabalho feminino no campo é visto como “leve” e o masculino, em contraposição, como pesado mesmo que as mulheres desempenhem funções de extremo desgaste físico e mental e acumulem atribuições dentro e fora da casa.

Na sequência, elas contam como sua história de vida se correlaciona com a maternidade, falam de suas origens, suas mães e da infância sobrecarregada pelo trabalho doméstico e de cuidados:

Se criamos lá (município de Pinhão), trabalhando lá, era só um homem, era dois irmãos (um faleceu) e sete irmãs. Minha mãe teve mais filhos os outros nasceram mortos...quatro ou cinco nenê dela nasceram mortos, os últimos. Ela trabalhava muito e tinha pressão alta (L.).

Eu trabalhava desde criança. Fazia tudo. Eu cuidava do monjolo a mãe fazia farinha, eu lavava roupa. O pai pegava camarada para parar lá e eu tinha que lavar roupa até daqueles camaradas. Eu tinha de ajuda na cozinha...fazer comida, a mãe saía eu tinha que tomar conta sozinha, desde a idade de 10 anos cuidando...era dona da cozinha. Hoje em dia eu acho engraçado tem gúria de 19, 20 anos, não se atreve tomar conta da cozinha e ainda arruma marido (L.).

Eu trabalhava sempre com meus pais. Eu casei com 29 anos e morei sempre com meu pai sempre trabalhei desde pequena, com leite, com porco, com tudo...sítio (V. S. L.).

Nas narrativas observamos que a responsabilidade das meninas com a casa já é percebida logo na infância, desde criança as mulheres ajudam seus pais na agricultura e, principalmente, às meninas é reservado um lugar específico: o de ser

responsável pela casa, pela alimentação e pelos cuidados com os membros da família e dos demais integrantes que por ventura estivessem no entorno da cotidiano familiar e doméstico (trabalhadores, visitas). Esta característica, muitas vezes, colaborou para que a mulher agricultora fosse vista como categoria de “dona de casa, ou do lar”, o que pode ter se constituído um obstáculo para o reconhecimento de direitos específicos das mulheres trabalhadoras rurais.

Outro aspecto comum na fala de Dona L. é a quantidade de abortos espontâneos que sua mãe sofreu. A que se pensar que o acesso de forma precária aos serviços de saúde e as condições de risco agravadas pelo trabalho rural (esforço físico, exposição excessivas ao frio e ao calor; intoxicação química, contaminação humana, posturas inadequadas, acidentes com equipamentos e animais²²) podem ser fatores que afetaram as mulheres em período gestacional.

A partir das narrativas, percebemos que a categoria de trabalhadoras rurais é uma designação política que historicamente traz à cena a reivindicação de garantias constitucionais e direitos previdenciários, tais como sindicalização, auxílio acidente, auxílio doença, auxílio maternidade, aposentadoria rural, etc.

Fonte de renda

No tocante às principais fontes de renda, observamos que as atividades de comercialização na lavoura, no setor de laticíneos, mostram-se expressivas, já o beneficiamento de ovos por meio da cooperativa COMICRO e o trabalho na panificadora comunitária, na qual é realizada a entrega para a merenda do Estado e do Município, também compõem a renda de duas das mulheres entrevistadas.

Por fim, um importante ponto a ser abordado acerca do perfil das mulheres entrevistadas trata-se da questão relativa a principal fonte de renda das famílias. De acordo com o exposto, é possível perceber que das cinco mulheres entrevistadas, três delas têm a produção da lavoura com principal fonte de renda da família, as demais têm esta renda como secundária, tendo outras atividades como no ramo dos laticíneos, a comercialização de ovos por meio da Cooperativa Comicro e a produção na panificadora comunitária. Esses fatores se apresentaram como decisivos para esta análise.

²² Este rol exemplificativo está detalhado no artigo MARCHIORI, Paula Marco. *Et al.* O que orientar à gestante trabalhadora do meio rural: qualificando o conhecimento do agente comunitário de saúde. *Perspectiva*, Erechim. v. 40, n.149, p. 163-174, março/2016. Disponível em http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/149_556.pdf.

O modo com que relatam as experiências de trabalho na atualidade reflete sobre o caminho que as mulheres seguiram para a efetivação destas conquistas, por esta razão consideramos fundamental abordar um diálogo sobre o início da vida comunitária no assentamento, desde as incertezas até os momentos de alegria por terem terra para morar e trabalhar.

No próximo item segue uma breve explanação acerca do processo de surgimento do assentamento narrado pelas as ‘vozes’ das mulheres entrevistadas, bem como de alguns aspectos de suas trajetórias de vida.

5.2. MEMÓRIAS DOS DIAS DE ACAMPADAS: AS INCERTEZAS NA CHEGADA DAS FAMÍLIAS AO ASSENTAMENTO

Acostumada a trabalhar sempre na lavoura, resolvemos vir para cá continuar a luta.
Dona C.

Ao relatar suas memórias, percebemos que os momentos de sociabilidade das famílias foram aos poucos se construindo e os espaços se modificam conforme as ações dos sujeitos. Esse cruzamento de movimentos ocasionou rupturas com elos já existentes – o momento em que as famílias deixam suas casas e partem a um lugar inabitado – e vão trilhando novos caminhos com o passar do tempo.

Com o propósito de construir uma nova realidade que pudesse melhorar as condições de vida, as famílias “foram chegando”. Para algumas delas, o local era “desconhecido” e tiveram que permanecer acampadas em um barracão coletivo organizado por moradores e técnicos que trabalhavam no local. As agricultoras nos contam como foram organizando aos poucos a vida social no acampamento e compartilham as impressões que tiveram a partir da chegada no local:

Aqui não tinha ninguém, viemos se conhecer aqui, com o pessoal daqui²³.

Casei com 16 anos, ele era de lá [Pinhão]. Daí eu morei em Guarapuava, eu não tenho bem lembrança, porque minha ideia não é boa. Eu morei bastante em Guarapuava, meus f ilhos estudaram tudo lá e depois a gente veio em 1999 para cá. [...] A gente veio para cá eu estava muito doente, não queria vir, porque eu não conhecia o lugar. [...] Depois vieram os homens na f rente, o Vitor Hugo Burko – prefeito do município – mandou o carro trazer. Depois a gente veio, eu vim com a minha nora, o marido dela já estava aqui²⁴.

²³ C. M. de S. R. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 15/05/19, em sua residência – Assentamento Bananas.

²⁴ L. de F. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 31/07/19, em sua residência – Assentamento Bananas.

Chamamos atenção ao fato de que nem todas as mulheres almejavam a mudança. Dona L. relata que não queria mudar-se para o então acampamento, pois naquele período estava sofrendo com problemas de saúde e temia que permanecer em um local precário agravaria sua situação. Entretanto, como muitas mulheres nas uniões matrimoniais seguiu o itinerário que restava, convencida pelo marido e parentes, enfrentou a duras penas este processo. Assim, relata que “homens vieram primeiro”, depois as mulheres e as crianças, expressando que a decisão sobre os rumos da família caberia a eles, ao seu marido e seu filho. Se para algumas mulheres o território era desconhecido, para outras como Dona E. J.²⁵ já havia certa familiaridade com o local, como relembra a época em que era funcionária da fazenda e nos conta como se deu essa transição:

Começamos lá no caso era uma fazenda de maçã, alho, beterraba e feijão. Trabalhei desde os onze anos lá. E daí no caso foi desapropriado o ‘Rosa’, que é outro assentamento (...) Nós era um projeto-piloto do prefeito Vitor Hugo dai nós viemos morar no Guará ai logo, depois de nove meses depois is foi desapropriado... a firma que eu trabalhei a vida inteira, dai eu fui morar na primeira casinha.

Dona E. relembra também a história de quando criança que precisou trabalhar cedo para ajudar no sustento da família, que era comum as crianças acompanharem os irmãos e os pais. Assim, permaneciam durante o dia com o cotidiano dividido entre o trabalho e o estudo, quando acessavam alguma forma de ensino institucionalizado. Fora de casa, essas famílias trabalhavam em empreitadas para os fazendeiros da região.

“Épocas difíceis”, relembra Dona C., uma das primeiras moradoras da região contou com detalhes os primeiros passos no então acampamento:

Aqui não tinha ninguém. Viemos se conhecer aqui, com o pessoal daqui. E dai aqui já faz 19 anos. Cheguei no começo do assentamento, era acampamento ainda. Foi difícil, porque a gente não podia sair trabalhar fora tinha que esperar aqui dentro, e depois que eles liberaram para plantar, ai sim já mudou.

A agricultora nos conta como foi trabalhoso tirar o sustento da lavoura em uma fase em que a escassez de recursos era grande e a esperança estava na migração de Cantagalo (município vizinho) ao acampamento no Guará, distrito de Guarapuava. Conta que durante o processo de acampamento, as famílias permaneceram alguns meses num barracão, um alojamento improvisado.

²⁵ E. A. J. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 01/10/19, na sed e da Central das Associações Rurais de Guarapuava (Carmug).

Figura 7 - Foto das famílias no barracão onde se instalaram no começo da ocupação do Assentamento Rio Bananas (Guarapuava-PR), 1999.



Fonte: Acervo particular de C. M. de S. R. Fotografia gentilmente cedida à autora (1999)

Dona C. menciona a importância da forma de se relacionar com a vizinhança e o apoio da coletividade que a comunidade construiu a partir das necessidades das famílias e da precaridade de políticas sociais:

Eu trabalhava a parte de saúde assim, sempre né, se envolvia muito, acampamento sabe como que é... então quem precisava pegava as coisas de limpeza aí vinha, lidava com as crianças. Era eu e a Rose trabalhava nessa caminhada. E aí trabalhei quase quinze anos na Pastoral da Criança também, parei de trabalhar porque daí... problemas de saúde, e aí graças a Deus me recuperei de novo e continuei a luta.

A narrativa revela os processos de trabalho na Pastoral da Criança²⁶, como eram as abordagens nas famílias e nos faz perceber que a dimensão do trabalho de cuidado das mulheres vai além das esferas domésticas e familiares, ampliam-se aos territórios em que vivem, pois atuavam como voluntárias no acompanhamento de crianças acampadas na região.

Conforme relata Dona C. e Dona L., essa fase marca um contexto de subnutrição infantil, em que a fome ameaçava as famílias da região e as mulheres buscavam alternativas comunitárias para coletar alimentos entre os vizinhos e contavam com a aquisição de poucas cestas de básicas fornecidas pelo município.

²⁶ A Pastoral da Criança é uma entidade social, com suas primeiras ações realizadas em 1983 na cidade de Florestópolis no Paraná, tem como uma das principais idealizadoras a médica sanitária Zilda Arns, com o objetivo de prevenir a mortalidade infantil, a Pastoral presta atendimento às mulheres gestantes e crianças até 6 anos de idade. A organização tem um papel fundamental de reconhecimento e atuação na região do Distrito do Guará.

Figura 8 - Foto do trabalho das mulheres na Pastoral da Criança (Guarapuava-PR), 1999



Fonte: Acervo particular de C. M. de S. R.. Fotografia gentilmente cedida à autora (1999)

Como o apoio do Estado era mínimo, aumentou a precariedade na região, agravando a vulnerabilidade social das famílias, como comentou Dona L.²⁷, uma das mulheres que mais nos emocionou com seu relato:

Aqui no começo tinha ajuda da prefeitura, do governo, de cesta básica essas coisas, daí depois que terminou o do governo foi as nossas custas mesmo. O meu filho, meu marido na época, não é querer 'gavar', meu genro, mas eles pegaram um carrinho de pedreiro e saía arrecadar comida... quem tinha uma sobrinha, para levar para aqueles que estavam precisando. Arrecadamos roupas, roupa de cama, tudo, trouxemos para doar, na época, quando eu prestava para caminhar, porque hoje eu não presto nem para ir no Guará. Eu arrecadava medicamento, arrecadei desverminantes para as crianças (...).

Aos poucos, as famílias foram descortinando estratégias para a sociabilidade. Em meio a um contexto excludente de pobreza, iniciaram ações que buscavam dar respostas às problemáticas existentes, criando os laços e fortalecendo as redes que se iniciavam entre a vizinhança.

Dona M.E. exibiu com alegria esta foto, que registrou a sua horta, momento de trabalho na terra em que estavam construindo sua moradia.

²⁷ L. de F. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 31/07/19, em sua residência – Assentamento Bananas.

Figura 9 - Foto do início dos trabalhos no Assentamento Rio Bananas (Guarapuava-PR), 1999



Fonte: Acervo particular de M. E. M. Fotografia gentilmente cedida à autora (1999)

É esta forma de se desenvolver como comunidade que homens e mulheres trazem na sua fala as necessidades cotidianas e muito mais que o trabalho pesado e cansaço físico, mas sim um modo de se colocar diante da vida. Nesse sentido, fazemos menção à fala de Dona E.²⁸:

No começo foi difícil, tivemos que vender um boizinho para fazer a compra, não tinha incentivo, não tinha nada, incentivo até tinha..., mas você tinha medo, muita gente lá hoje tem medo, com medo você não faz nada.

Como meio de subsistência, essas famílias recém-acampadas buscaram na agricultura e criação de galinhas, porcos e vacas leiteiras meios para sobreviver com dignidade²⁹.

O olhar que discrimina e divide as categorias sexuais no trabalho e nas subjetividades é percebido pelas mulheres no Assentamento Bananas. Quando, no início de sua caminhada, no ainda acampamento, Dona C.³⁰ menciona que, após a liberação para o plantio, formaram-se grupos para iniciar a lida na terra:

E aí começaram porque eles liberaram antes da medição, eles liberaram para cada um fazer grupo e plantar nos pedaços assim, mas eu plantei

²⁸ E. A. J. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 01/10/19, na sede da Central das Associações Rurais de Guarapuava (Carmug).

²⁹ Um estudo realizado por Hauresko e Lima (2018) afirma que o Assentamento Bananas foi organizado de dois modos: no primeiro o sistema de agrovila, o qual dispõe as casas adensadas e os terrenos ficam mais distantes e no outro os lotes individualizados onde a terra e casa permanecem juntos no mesmo lote.

³⁰ C. M. de S. R. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 15/05/19, em sua residência – Assentamento Bananas.

sozinha, porque as mulheres não queriam fazer grupo, então vou sozinha...então minha parte fiz sozinha. E daí os homens fizeram os grupos deles e eu montei a minha com as crianças.

A atuação de Dona C, aqui equiparando-se às das crianças, foi vista como “ajuda”, mesmo que representasse um contingente significativo. Faz parte do jogo das ideologias preservar os territórios de atuação de superioridade de cada um. Assim, essa mesma “ajuda” é a que será compreendida em sentido inverso em relação ao homem nos papéis domésticos. Do mesmo modo que o homem ajuda a mulher nas tarefas domésticas e na criação dos filhos, é também a ajuda feminina no trabalho pesado.

Os relatos expressam a manifestação do poder político vigente, pois a maioria dos relatos sobre o surgimento do assentamento traz clara a figura do respectivo prefeito do município, de forma pessoalizada, o senhor Vitor Hugo, prefeito do município à época. Ou seja, mesmo que se tenha a concepção de que a política de reforma agrária é um direito garantido pela prerrogativa do poder público, ainda é marcante o uso dos aparatos político-administrativos com a finalidade de manter a preservação de poder de determinados grupos políticos.

Embora as mulheres relatem que a solidariedade foi um dos fatores importantes para a configuração dos laços entre as famílias no território, também relembram intensos conflitos e estranhamentos fizeram parte deste início.

No período em que iniciou a distribuição dos lotes, elas nos contam que passaram por um contexto marcado por conflitos entre os futuros moradores. Dona E. relata que se cadastrou pela prefeitura municipal e, neste período, havia um conflito de interesses entre os cadastrados, fato que originou um confronto entre os próprios agricultores. No caso, a família dela com os agricultores do MST. Ela nos conta sobre a densidade dos fatos e como foram intensos:

Daí eu fui morar na primeira casinha, aí meu esposo ficou posando no portão para não deixar o MST entrar de volta tirar nós, eles ficaram quatro ou cinco meses posando no portão. Isso ocorreu no começo. Foi bastante trabalhoso, na época que eu fui expulsa do “Rosa” eu estava com a minha filha de 35 dias de dieta, era quatro e meia da manhã arrebentaram porta... sem dó e sem piedade.

O início da comunidade também foi construído por Dona V.³¹, que se mudou para o acampamento em 2001. Com uma cuia de chimarrão nas mãos, ela nos convidou para participar do clube de mães, um encontro de todas as quintas-feiras

³¹ V. S. de L. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 16/10/19, em sua residência – Assentamento Bananas.

que reúne mulheres da vizinhança na sua casa. Com a intenção de fazer crochê, essas mulheres fazem muito mais, constituem um momento de organização e troca de saberes tão precioso às mulheres do campo.

Dona V. diz fazer parte da segunda geração de moradores. Também relata que o processo de aceitação com os demais moradores demorou, tendo em vista que se sentia incomodada com os vizinhos que a chamavam de “compradora”:

Eu morava em São Miguel do Iguçu, na realidade eu participava do banco da terra, mas era pelo Banco do Brasil. (...) Eu nasci na agricultura, eu já venho de vários conhecimentos com o Incra, quando eu cheguei aqui, não nos queriam, pois nós éramos novato e “comprador” diziam eles.

Além disso, Dona V. nos conta que em sua origem enfrentou os processos de desapropriações, primeiro porque sua família de origem foi desapropriada para a construção do Parque Nacional do Iguçu e depois as dificuldades se agravaram com a chegada da Usina Hidroelétrica de Itaipu em São Miguel do Iguçu³²: “pois lá invadiu mais dez alqueires ficaram debaixo de água, nós só via as árvores sumindo, todo dia ela sumiam mais, até que um dia não se viu mais nada, por isso minha história chega aqui”.

A falta de acesso à infraestrutura básica e o desgosto com essa situação são registrados pelo esposo de Dona V.

Figura 10 - Foto que registra o descontentamento por morar em lugar desconhecido e com muitas precaridades, Assentamento Rio Bananas (Guarapuava-PR), 2001



Fonte: Acervo particular de V. S. de L. Fotografia gentilmente cedida à autora (2001)

³² Germani (2018) aponta a memória da luta dos atingidos por Itaipu como um dos grandes marcos históricos que teve uma importante contribuição para os rumos dos movimentos sociais do Estado do Paraná, narra a temática e a forma como as famílias atingidas por barragens assumiram o protagonismo e como o movimento passou a ser insurgente no Estado.

Ela conta que na data em que tirou a fotografia estava frustrada com as dificuldades que enfrentaram e resistente em permanecer num lugar até então desconhecido, relata que sofria com a saudade dos familiares que ficaram para trás. Na força e no gosto pelo trabalho do campo, as mulheres transcenderam obstáculos. Dona V. lembra que não media esforços para a labuta: “eu adorava trabalhar na roça, eu pegava a enxada e ia junto com a turmada trabalhar, sabe?”. Embora com ânimo para o trabalho, nem sempre o olhar dos outros expressava o reconhecimento desejado.

Outros momentos fotografados trazem a esperança de um recomeço, pois ter a posse da terra simbolizava a essas famílias a conquista de um espaço que por muito tempo almejavam.

Os relatos marcam uma fase em que os pequenos agricultores sobreviveram a duras penas. No entanto, contavam com alguns momentos de lazer, um elo construído na comunidade foi mencionado por Dona V.³³, ela nos conta que nos dias de festas circulava entre a vizinhança o “andarilho”, um pequeno rádio de pilha que animava as festas em um momento em que não havia acesso à energia elétrica na região. Ela conta ainda sobre sua máquina fotográfica, que antigamente necessitava “levar os filmes para revelar” e se sente emocionada por ter essas fotografias que marcaram a história de suas vivências numa fase de recomeço da vida no assentamento em Guarapuava.

5.3 O TRABALHO DAS MULHERES NA ATUALIDADE

Neste tópico, analisamos os aspectos que se referem à atualidade no assentamento, no sentido de evidenciar o trabalho das mulheres, seja na produção de alimentos para o consumo familiar, ou para comercialização e abordamos também a relação das mulheres com o trabalho doméstico e de cuidados.

Nesse sentido, entendemos que muitos são os papéis desenvolvidos pelas mulheres no assentamento, por esta razão há uma certa dificuldade para separarmos o trabalho doméstico do trabalho dito produtivo, uma vez que no assentamento pode-se trabalhar na horta, cuidar do animais, produzir queijo e derivados, tanto para comercializar quanto para o consumo próprio. Mas, à medida

³³ V. S. de L. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 16/10/19, em sua residência – Assentamento Bananas.

que rompemos com essa dicotomia, aspecto mencionado por Herrera (2019a), percebemos o quanto as mulheres rurais acabam por assumir a dupla jornada de trabalho que se desenvolve dentro e fora de casa e que ao olhar delas não há separação direta entre o trabalho reprodutivo do produtivo.

A partir deste enfoque, observamos que o referencial teórico utilizado na pesquisa bibliográfica nos permitiu relacionar o cotidiano de trabalho das mulheres à luz da divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007). Assim, verificamos que mesmo tendo amplas jornadas de trabalho, ora na lavoura, ora na leiteira, no aviário e na panificadora comunitária, às mulheres é atribuída a responsabilidade de dar conta do trabalho doméstico e de cuidados.

Ao caminhar pelo assentamento, observamos o trabalho de mulheres e homens, identificamos que o princípio que divide os trabalhos inicia com a separação, pois, conforme Hirata e Kergoat (2007), há trabalho de mulheres e trabalho de homens.

Essa divisão ficou evidente no item anterior, inclusive quando a Dona C. relembra que no início dos trabalhos no assentamento havia uma divisão entre os grupos nas lavouras: em um os homens e nos outros mulheres e crianças.

Na atualidade, o que percebemos é que as mulheres são responsáveis pelos serviços do entorno da propriedade, nas chamadas 'agrovilas'. "Planto milho, feijão, lido na horta", diz Dona C. Nos arredores, elas plantam feijão e milho 'pro gasto'. Na horta, elas cultivam, colhem e preparam diversas hortaliças e legumes (salsinha, cebolinha, diversos temperos, repolho, alface, couve, pimentão, pepino, abrobrinha, abóbora, mandioca). De modo geral, esses alimentos são para autoconsumo. São elas que tratam os animais da família como cães, gatos, galinhas, porcos, novilhas e vacas.

Conforme relata Dona M. E.:

P: Tem mais mulheres que trabalham com a produção de alimentos:

M. E.: Eu acho que deve ter umas vinte mulheres, a C. é uma...ela planta, tem de tudo ali, só ali no agrovila, faz tudo sozinha, o marido fica lá no terreno lá em cima, é um que arrenda, ela enche aquele agrovila. Tinha que ter mais mulheres assim.

Como observamos no relato acima, aos homens é designado o trabalho no cultivo das lavouras maiores, nos lotes mais distantes da casa, em geral cuidam das plantações que são exclusivas para comercialização, onde predomina a plantação de milho e feijão. Uma das entrevistadas afirmou que há épocas em realiza o

arrendamento da terra, assim nos períodos em que não está trabalhando na panificadora comunitária, ela ajuda o marido nessas lavouras.

Algumas entrevistas foram realizadas no período de inverno, nesse período as famílias agricultoras se dedicavam à plantação de aveia, azevem para cobertura de solo e para pastagem para os animais, ou seja, pastagens típicas de inverno. Nessa estação, elas contam com as rendas de outros investimentos da propriedade, como a produção de leite, ovos e pães.

Ao tratar dos processos produtivos, Dona M.E.³⁴ aponta o descontentamento com as famílias que residem no acampamento e realizam a produção de culturas não diversificadas, ou seja, as monoculturas. Para ela as famílias assentadas deveriam fortalecer a agricultura familiar.

Ixi...Era bom desliga esse trosso [o gravador], [risos]. Olha eu acho que o povo não valoriza o que tem em mãos, não valoriza, porque eu acho que mais da metade das famílias aqui, mais da metade dos proprietário eles arrenda os lotes pra fazendeiro de fora plantar, só fica com agrovila que é dois hectares, no máximo três hectares, que é onde a casa fica. Uma boa parte do pessoal aqui é agrovila, essas áreas (que tem) casinha uma pertinho da outra é tudo agrovila. É pra ser dois hectares o lotinho e ai o lote grandão é longe.

Dai o lote grandão eles arrendam pra outro. Arrendamento hoje é uma mixaria, ai voce arrenda seu lote...como é que fica? Fica comprando de tudo no mercado? Fica sentada na área lá olhando o pessoal passa na estrada? Pessoa de fora, planta soja, planta cultura, batatinha, cultura que não tem nada vê, sendo que podia ter uma criação, ele podia plantar milho, não precisa planta tudo em, milho, se não tem condição... ele planta um pouco, mas para você fazer uma roça hoje... com seis mil você faz uma roça, uma roça de um alqueire, um alqueire e meio mais ou menos, você planta milho, tem que ter criação, tem que ter vaca, tem que ter porco, tem que ter galinha, tem que ter criação, tem que ter de tudo, tem que ter f ruta, uma horta boa, mais você ve a maioria das famílias arrenda o lotão, a área maior que podia produzir e daí não plantam nada...tem gente que não tem nenhuma horta, um nada, [...] se aposenta o marido e a mulher, daí fica o casal de velhos na casa e arrenda e pronto .

Nossa eu quero que você veja menina, aqui antes uns três, quatro anos atrás assim, era gostoso, você ia conversar você trocava ideia com as pessoas e tudo, agora não, não se visita mais porque ninguém tem assunto de roça, porque não planta mais, não troca ideia, nada.

Nossa e antigamente era muito bom, sabe, se visitar...chegava a noite você ia nos vizinhos trocar ideia, trocar semente, né, era muito gostoso, mais agora não existe mais, cada um pra si e pronto.

Eu acho que tinha que dá uma virada nesse trósso, porque se não...não sei.

³⁴ M.E.M. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 28/06/19, em sua residência – Assentamento Bananas.

O relato de Dona E. incide sobre a forma como percebe as relações sociais no assentamento. Para ela, há uma mudança de perspectiva das famílias na região: se antes se valorizava a diversidade na produção, atualmente a forma de plantio mudou e alcança a os modelos de produção para mercados mais abrangentes, ou seja, a forma de plantio segue os ajustes necessários para a internacionalização do campo.

O processo de arrendamento da terra deu origem à plantação de monoculturas no assentamento, o que fez com que a tradição que unia as famílias se perdesse ao longo dos anos. Há dois projetos societários que expressam seus antagonismos, o modelo convencional de agricultura é baseado nos pressupostos da chamada Revolução Verde³⁵, que remete à industrialização e à disseminação de tecnologias de alto rendimento que necessitam de fertilizantes químicos de alta solubilidade. Por outro lado, o modelo não convencional, de forma agroecológica, possui produção diversificada, que prioriza o protagonismo das agricultoras numa relação de equilíbrio com a sua sustentabilidade local, garantindo a troca de relações solidárias e ecologicamente responsáveis (HAURESCO; LIMA, 2018).

A crítica de Dona E. reflete a alienação das mulheres no processo de produção da agricultura familiar, conforme enfatiza Paulilo (2016), os ajustes com fins lucrativos para a produção alimentar têm ocasionado estas mudanças nos saberes e conhecimentos históricos das mulheres na terra.

Dona E. explica que ao arrendar a terra se perde a diversificação da produção, o que coloca o potencial produtivo da região nas mãos de terceiros que pagam, nas palavras dela, uma “mixaria” aos assentados. Ela enfatiza, sobretudo, a importância da troca de sementes como um costume antigo entre as agricultoras, demonstrando a necessidade de um resgate desses valores tradicionais que eram passados de geração em geração.

Percebemos nas falas de Dona E. que mulheres e homens constroem ideias diferentes do que é agricultura, de acordo com as funções que desempenham no seu dia a dia. Para as mulheres, a agricultura é fonte de alimentos saudáveis

³⁵ Este conjunto tecnológico, chamado de “pacote tecnológico”, foi inicialmente utilizado em variedades de climas temperados e, depois repassado para os diversos países de clima tropical, ambicionando a modificação e controle dos processos biológicos que determinam a estrutura, a absorção de nutrientes, a maturação e o rendimento das plantas (HAURESCO; LIMA, 2018, p. 3).

destinados ao sustento da família, aos homens é uma atividade que deve gerar renda (PAULILO, 2016).

Outro ponto mencionado é que a mão de obra existente está envelhecendo e que o casal de agricultores que se aposenta prefere arrendar³⁶ a propriedade, pois os filhos cresceram e se mudaram e estão dedicados em outras atividades.

O trabalho na atividade leiteira foi citado pelas cinco entrevistadas. Pois, ainda que em pequena quantidade e, em alguns casos somente para autoconsumo³⁷ e vendas esporádicas entre os vizinhos, o beneficiamento de leite é bastante relevante para as famílias agricultoras da região.

A atividade leiteira demanda trabalho de mulheres e homens, tendo em vista que exige atividades cotidianas e esporádicas. Paulilo (2016, p. 171) exemplificou a divisão sexual das tarefas, de modo que identificou em sua pesquisa que atividades cotidianas eram realizadas por mulheres agricultoras, tais como: 'preparar o trato; manejar os bezerros; fazer higiene e a ordenha das vacas; coar o leite; lavar e guardar os utensílios; transportar, armazenar e resfriar o leite e limpar as estrebarias.' Dentre as atividades que não eram realizadas todos os dias, consertar cercas, cultivo do pasto, manutenção da estrebaria, compra de medicamentos e utensílios e os processos de inseminação artificial eram predominantemente masculinas (PAULILO, 2016, p. 171).

No assentamento, as mulheres participam conjuntamente dos cuidados na produção de leite, porém, com o processo de ordenha mecânica, o beneficiamento do leite foi assumido pelos homens, dado o fato de que quando a atividade era realizada de forma manual era exclusividade das mulheres. Das cinco mulheres entrevistadas, quatro produzem leite para autoconsumo (também para alimento dos animais) e venda. Com o excedente elas produzem o queijo e derivados para consumo familiar e venda na vizinhança. Dona M.E nos conta que o trabalho de venda dos produtos de porta em porta na cidade, ou no quando haviam as feiras era o marido quem o realizava.

³⁶ O arrendamento consiste em conceder a propriedade para uso provisório mediante pagamento.

³⁷ Em alguns casos a o excedente da produção é utilizado para alimentação dos animais.

Na perspectiva das mulheres entrevistadas há uma unanimidade: o trabalho com a produção de leite é exaustivo. Este contexto de carga excessiva de trabalho adoece as trabalhadoras rurais, percebemos tal aspecto na fala de Dona E.³⁸:

aí eu trabalhava com leite e o leite só ilusão gente... não dá nada. O trabalho do leite é igual 'escravidão', você quer escravidão é leite, chegou tal hora você tem que está lá, o bezerro você tem que dar água. Ai então eu falei para minha mãe "Vou vender minhas vacas" e ela "você está ficando louca?", falei vou vender, em duas semanas vendi tudo.

Para Dona E., o trabalho no 'leite é escravidão', ocasionando uma sobrecarga que em demasia é prejudicial para as mulheres, custa-lhes a saúde e as limita ao espaço doméstico e familiar, mantém as mulheres 'dentro de casa' em meio às inúmeras atividades cotidianas que necessitam ser realizadas.

Observamos que a responsabilidade do trabalho na agricultura familiar recai sobre as mulheres num movimento que a caracteriza como trabalho doméstico, pois não proporciona descanso e pode e deve ser realizado a qualquer tempo. Dona M. E³⁹ expõe:

Comecei a entrar em depressão, as meninas ganharam as "pequenas" [suas netas] não puderam mais me ajudar, aí eu sozinha não dava conta, não tinha jeito, larguei mão, fechei. Queijo você tem que fazer feriado, dia santo, domingo, não dava tempo de ir na igreja, só trabalhava... não podia receber visita porque eu tinha que ficar o dia inteiro na queijaria, aí eu entrei em depressão. Puxado, eu tinha que produzir, aí dia de feira eu tinha que embalar e arrumar tudo para ele. Dormia muito tarde e acordava muito cedo.

De certo modo, mesmo sendo umas das mulheres pioneiras na produção de laticíneos, Dona M.E. decidiu diminuir o ritmo de trabalho na queijaria da família, isso a fez buscar formas alternativas de trabalho, uma vez que sociabilidade da vida na roça, que tanto prezava deixou de fazer sentido. Fatores importantes, como a religião, a acolhida das visitas, o descanso em dias de feriados, os domingos com a família reunida são elementos amplamente valorizados pela comunidade e fazem parte da construção da identidade das famílias no assentamento.

Para Dona M.E, a sobrecarga com a produção de queijo a limitava, pois afirma que o trabalho na queijaria foi tanto que ao conciliá-lo às demandas familiares no serviço doméstico e de cuidados na horta, na lavoura, na gestão dos trabalhos da Associação de Produtores Rurais, na qual era presidente à época, ocasionaram a

³⁸ E. A. J. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 01/10/19, na sede da Central das Associações Rurais de Guarapuava (Carmug).

³⁹ M.E.M. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 28/06/19, em sua residência – Assentamento Bananas.

ela a debilitação de saúde, que veio a culminar em um processo de depressão. Ela nos conta que era responsável por produzir, embalar e o esposo levava os produtos para venda. No início compensava, pois era somente ela que vendia, depois abriu-se uma concorrência, nas palavras dela ‘virou só em correria’; ‘Muito puxado, eu tinha que produzir, aí dia de feira eu tinha que embalar e arrumar tudo para ele vender (M.E.M)’.

Atualmente ela deu continuidade ao trabalho na queijaria com os laticíneos, porém diminuiu o ritmo intenso que lhe prejudicava. Ela conta que quando tomou a iniciativa de diminuir a produção de queijos, seu esposo lhe questionou, sendo contra sua decisão em função dos investimentos que havia feito. Como afirma Paulilo (2016), mulheres e homens têm compreensões diferentes a respeito do que é agricultura de acordo com o papel que desempenham do cotidiano.

Nesse sentido, percebemos a relevância programas institucionais para o desenvolvimento comunitário das mulheres do Assentamento Bananas que é confirmada na prática, pois outra fonte de renda mencionada pelas mulheres é a panificadora comunitária, local em que elas dão seguimento no trabalho coletivo.

Elas dizem que o sustento familiar depende do “trabalho duro” e de muitas articulações e subsídios para investimentos. As trabalhadoras organizaram parcerias com cooperativas e associações locais, por meio de fomento e subsídios municipais e contam ainda com alguns benefícios viabilizados pelos programas de valorização da agricultura familiar PRONAF.

A panificadora instalada no Assentamento Bananas iniciou com dezesseis mulheres que foram capacitadas para o processo de produção comunitária e entrega de pães,ucas, bolachas, para o Projeto Feira Solidária⁴⁰, para a merenda do município de Guarapuava e para a merenda do Estado do Paraná, por meio do Programa de compra de alimentos PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Aos poucos, o grupo foi diminuindo. Atualmente, somente duas mulheres e suas filhas permaneceram no trabalho da panificadora comunitária. Segundo as mulheres, é um trabalho que exige bastante capacitação e cooperação mútua, pois os custos e os lucros são divididos igualmente entre as famílias.

⁴⁰ A Feira Solidária é um programa municipal que une as políticas de meio ambiente, assistência social e agricultura, no qual são trocados alimentos da agricultura familiar por materiais recicláveis (GUARAPUAVA, 2021).

Hoje em dia, as entrevistadas Dona E. e Dona V. são as únicas mulheres do assentamento que trabalham na panificadora comunitária. Não chegamos a questionar as mulheres sobre quais as causas da desistência das demais do trabalho coletivo, porém muitas das razões da evasão de participantes dos grupos produtivos diz respeito à falta de retorno financeiro, aos vínculos de confiança e amizade que são desenvolvidos e a pressão dos maridos para que permaneçam em casa cuidando da família, de modo que se apresenta como um fator que desestimula a permanência das mulheres nestes espaços. Elas integram-se aos grupos, mas pouco a pouco os abandonam (BRUNO *et al*, 2013).

As capacitações foram essenciais no processo de formação do grupo na panificadora, tendo em vista que as participantes passaram por vários cursos que permitiu a elas dar sequência na atividade comunitária:

Nós entramos em dezesseis mulheres, daí não dava certo, era uma pãozera que era só buraco não passava. Até pouco tempo ficamos em quatro mulheres, duas deixara, e ficou eu com a V., eu com a V. já faz cinco anos que tá nós duas.

Tivemos muitos cursos de higiene, de horário, e com isso eu aprendi muita coisa. Ai depois disso é que nós conseguimos.

Através do curso do Senar, do Sebrae que a gente participou muito... a gente perdeu o medo. Eu digo, estou nesses 20 anos, eu digo que eu fui fazer as coisas de 2010 para cá. Comecei fazer os cursos através da Carmug, que eu entrei, para entregar os pães.

Como já afirmamos, a inserção das mulheres na produção, gestão e a comercialização torna-se um desafio, pois necessita não só de adequação de uma infraestrutura material e ambiental, mas também de formação profissional, caracterizada como imprescindível para o trabalho nos grupos produtivos.

Dona E. e Dona V. também nos contam que são cooperadas da Cooperativa Agrária Mista dos Micros e Pequenos Produtores de Guarapuava e Região (Coomicro). Por meio deste vínculo, elas comercializam ovos para a Carmug⁴¹. Essas entidades são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar no município e região.

A cooperativa que recolhe a produção de ovos dos produtores do Assentamento Bananas e dos demais agricultores faz o beneficiamento e destina-os à merenda escolar por meio da Carmug.

⁴¹ A Carmug é uma entidade sem fins lucrativos, constituída com o objetivo de assessorar e prestar serviços de orientação, e assistência técnica aos produtores hortifrutigranjeiros oriundos da agricultura familiar, escoando sua produção e direcionando-a para programas de alimentação estaduais, como o PAA, PNAE.

O receio em assumir compromissos financeiros para novos investimentos na unidade produtiva familiar e a necessidade de assistência técnica para as famílias é lembrado na fala de Dona E.⁴² ao mencionar o desconhecimento quanto aos incentivos disponibilizados à agricultura familiar. “Medo de mexer com o banco fazer um Pronaf, sabe? Fazer um custeio com planta, ou até mesmo com a criação para você trabalhar, tinha muito medo”.

Neste sentido, conforme relatam Dona E., a destinação do crédito na maioria dos casos é utilizada para compra de máquinas (tratores) e equipamentos, bem como para a adequação da unidade de produção familiar.

Como já discorremos, o trabalho das mulheres na agricultura familiar não apresenta fronteiras muito claras sobre as diferenciações do que é trabalho doméstico (PAULILO, 2004), isso devido à multiplicidade de afazeres que se apresentam no cotidiano dessas mulheres. Observamos que no assentamento as mulheres ficam responsáveis pelo trabalho doméstico e familiar, no qual são responsáveis diretas pelo cuidado dos filhos(as), com o preparo da alimentação diária da família.

O que nos chama atenção é a multiplicidade de ações caracterizadas no trabalho feminino, pois trabalhar na lavoura e nas hortas, na leiteria/queijaria, na panificadora comunitária e cuidar do aviário da família são atribuições do cotidiano das mulheres. É certo que nem todas essas atribuições são comuns às cinco entrevistadas, porém algo que está atrelado culturalmente às suas identidades de gênero é o trabalho doméstico e familiar na área de cuidados. Esse, por sua vez, é citado por todas as mulheres com o sentimento de obrigação em realizá-los e ‘vergonha’ por não dar conta da forma como gostariam ou como a sociedade lhe exige.

Assim percebem as mulheres:

Tem as criações, tem o leite ai vou para lavoura. A casa eu abandono, porque não dá tempo, eu não paro na casa. Eu vendo muito, esse ano foi muito corrido (C.).

Às vezes, sete horas da manhã já estou com o varal cheio de roupa. Abrir ninho, cortinas, geralmente essa hora já estamos na panificadora. Mas o

⁴² E. A. J. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 01/10/19, na sede da Central das Associações Rurais de Guarapuava (Carmug).

mais ruim é você voltar do serviço cansada e subir toda 'aquela subida'
(V.⁴³)

Por sua vez, Dona L.44 nos conta que, com a ausência do esposo, ela deu continuidade aos processos de trabalho na agricultura, ela seguiu com o trabalho reprodutivo e produtivo na propriedade:

Trabalho só aqui dentro de casa e atendendo as criações. Mas como eu trabalhava... fazia roça e recolhia 130 hectares de milho, pagava "camarada" para me ajudar quebrar. Tudo era por minha conta porque eu morei sozinha por 11 anos. Eu não tinha quem me ajudasse, quem tinha que fazer era eu. Bastante vaca, eu tinha quatro vacas de leite na época. Eu inventei de entregar leite, entreguei leite, tirava um salário por mês de quatro vacas. Mas eu me via "das tripas coração" pra lidar. Tudo sozinha, eu fiquei viúva em 2003, aí os filhos já estavam todos casados. (Grifos nossos)

Este aspecto de desvalorização está presente nas narrativas trazidas pelas mulheres, demonstrando que existem muitos desafios a serem enfrentados, principalmente quando consideramos que historicamente o campo se constituiu como um espaço de relações marcadas por privilégios masculinos, como constatamos na pesquisa bibliográfica realizada. Ou seja, dialogar sobre a representatividade das mulheres trabalhadoras rurais exige um olhar para a história das relações de gênero, principalmente se analisarmos a trajetória das conquistas e dos direitos socialmente adquiridos por elas com muita luta e persistência.

Nesse movimento, convém destacar que os processos de trabalho das agricultoras na produção de alimentos possibilitaram o reconhecimento externo para além do assentamento, inclusive despertando o olhar para novas formas de participação política no local e regional e também nas instâncias municipais de controle social.

A descrição de atividades das mulheres e dos homens no grupo social ajuda a colocar em evidência a sua distribuição, torna visível o trabalho que desempenha cada membro da família e permite compreender a dinâmica das relações sociais de gênero, o apoio mútuo, os esforços de uns e outros, o intercâmbio e também os antagonismos (VIANA, 2018).

As narrativas obtidas destacaram o trabalho das mulheres na produção de alimentos, no âmbito doméstico e familiar e na participação política, caracterizando a

⁴³ V. S. de L. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 16/10/19, em sua residência – Assentamento Bananas.

⁴⁴ L. de F. Entrevista concedida a Elis Camila Volochati em 31/07/19, em sua residência – Assentamento Bananas.

multiplicidade de suas intervenções e desvelando, ainda que paulatinamente, seus processos de autonomia diante da família e da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscamos abordar a trajetória das mulheres agricultoras do Assentamento Bananas, no sentido de compreender de que forma exercem este protagonismo e quais os desafios encontrados neste processo. Situamos a problemática na questão da divisão sexual do trabalho em que evidenciamos as assimetrias de gênero que subalternizam o papel feminino nas relações estabelecidas no assentamento.

Como aspecto principal, identificamos que as atribuições femininas se caracterizam pela multiplicidade de suas intervenções, pois diferente das masculinas, que via de regra são trabalhos definidos e específicos, as mulheres integram diferentes funções, principalmente na área produtiva. Isto sem mencionar as intervenções na área doméstica e dos cuidados que todas exercem com exclusividade as demandas, que vão desde cozinhar no âmbito familiar até os cuidados em serviços comunitários.

O acúmulo de atribuições, carga excessiva em amplas jornadas de trabalho tem ocasionado às mulheres entrevistadas a degradação da sua saúde, somados a esforços repetitivos e o cansaço físico e mental devido às rotinas de responsabilidades com as questões familiares, bem com preocupações com o trabalho e questões comunitárias que agravam a questão.

Outro aspecto que nos chamou atenção refere-se ao fato de que o acesso das mulheres à educação, informações sobre cidadania, direitos e qualificações profissionais tem papel determinante para melhorar as condições de vida delas, sobretudo para a aquisição da renda familiar. Porém, não são suficientes para contestar a lógica da divisão sexual das tarefas domésticas e responsabilidades no lar, de modo que as atribuições como qualificação profissional se somam as demais tarefas pré-existentes.

As implicações analisadas por Herrera (2019), Paulilo (2016), Brumer, Anjos (2008) e Siliprandi (2010) com relação ao mito da família rural como um todo unívoco, isento de relações assimétricas de gênero, foi um dos aspectos necessários para adentrar ao terreno das relações sociais no sentido de identificar que estão presentes elementos como interdependência, reciprocidade e cuidados mútuos entre os membros familiares. Contudo, ainda há funções típicas dos gêneros que seguem segundo as construções culturais permitem.

Conforme identificamos, o preconceito de gênero ainda persiste. A participação política das mulheres é diminuída ou anulada em função de disputas que possuem um cenário assimétrico e percebe as mulheres apenas como “ajudantes”, que não devem participar ativamente das esferas decisivas, pois ainda é frequente o domínio masculino nas comunidades, dificultando o processo de reconhecimento do protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais do assentamento.

As mulheres viveram em suas trajetórias processos de negação de direitos que as limitou a exercer sua cidadania em plenitude no desenvolver de seus ciclos de vida, porém buscam, ainda que paulatinamente, seus processos de autonomia diante da família e da comunidade.

Outro desafio encontrado é a ameaça da sociabilidade no assentamento, que é tão cara às mulheres, pois elas desempenham um papel no cuidado com a preservação de sementes e alimentos saudáveis. Assim, o que se observa é a influência de fatores de mercado que incidem negativamente nas questões culturais da comunidade, práticas e saberes passados de geração em geração estão obscurecidos e tendem a ocasionar um silenciamento no território (PAULILO, 2016).

A partir das análises podemos observar que, embora seja subvalorizado o trabalho das mulheres rurais, até mesmo pelas estatísticas oficiais, seja na área dos cuidados, na produção para consumo familiar ou para geração de renda, é de fundamental importância para o desenvolvimento familiar sócio-comunitário. Pode-se dizer que, ainda que existam vários estudos que tratam das questões das mulheres rurais, há muito que se contribuir com o debate, inclusive pela amplitude das questões trazidas à tona.

A aproximação com as mulheres trabalhadoras rurais sucitou ampliar as discussões relacionadas à desigualdade de gênero e, sobretudo, acreditar que o acesso à terra, à luta dos movimentos sociais que reivindicam melhores condições às mulheres rurais são de extrema importância para a viabilização de políticas sociais que visem repensar o *lôcus* das mulheres rurais, sendo fundamental para as rupturas que se fazem necessárias.

É possível concluir que este é um tema que nos desafia, especialmente como pesquisadora e mulher, cujas origens vieram da roça. Nesta perspectiva, cabe reconhecer que os processos de busca por autonomia e melhor qualidade de vida das mulheres exige a reconstrução de espaços plurais que priorizem suas vozes, seja

no interior das famílias, nos assentamentos, na produção acadêmica ou em espaços mais amplos, com vistas a reconhecer que, mesmo por vezes, distantes no aspecto territorial, as mulheres se fazem presentes em nosso cotidiano e buscam exercer com plenitude os desafios que se apresentam.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de painelas?"**: As relações de gênero nos assentamentos rurais, Enap. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/226>. Acesso em 16 jul. 2018.
- ALMEIDA, Marisangela Lins de. **A gente também tinha coragem de enfrentar**: análise das atuações políticas das trabalhadoras rurais da região central do Paraná (1980/1990). Unicentro. Irati, PR, 2015.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. Imigrantes insurgentes: a experiência dos escravos de Antóio Olinto. *In*: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (Org.). **Paraná insurgente**: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.
- BAIARDI, Amilcar; ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. *In Rev. Econ. Sociol. Rural* vol. 52 supl.1 Brasília, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600003. Acesso em 03 nov. 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.
- BECHER, Caroline. **O desabrochar das flores**: o protagonismo das agricultoras de Jesuíno Marcondes. Prudentópolis-PR. PPIDC, Unicentro, 2015.
- BINDA, Andrey Luis; GOMES, Marquiana de Vilas Boas Freitas. Identificação e mapeamento de áreas de mineração do município de Guarapuava-PR utilizando imagens digitais. **Caminhos da Geografia**. Uberlândia, v. 8, n. 22, set 2007, p. 38-49.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas de Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004
- BRUMER, Anita; DOS ANJOS, Gabriele. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v.11, n.12, p.6-17, 2008.
- BRUNO, Regina; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BORDALO, Caroline de Araujo; AQUINO, Silvia Lima de JALIL, LAETICIA. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos político. Niterói: Alternativa, 2013
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não - remunerado? **Revista brasileira Est. Pop.** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez, 2006.
- CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. 1994. 2.
- CONTE, Izaura Isabel. **O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres**: Via Campesina no Brasil, unorca/unmic e conami no México. Tese de Doutorado em Educação, UFRGS, 2014.

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos. Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX. *In: Interdisc. Interthesis*, Florianópolis, v.6, n.2, p. 01 – 29, 2009.

CORSO, João Carlos. **Herdeiros da terra prometida: discursos, práticas e representações da comissão pastoral da terra e do movimento dos trabalhadores rurais sem terra nas décadas de 1980/1990.** UFP. Curitiba: 2012.

DATALUTA. **Banco de dados da luta pela terra.** 2011. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em 21 set. 2019.

DELBONI, Debora. **Mulheres da terra história e memória das assentadas do Sumaré II no limiar do século XXI.** 2008. Tese (mestrado). USP. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04072008-141411/publico/DISSERTACAO_CLAUDIA_DELBONI.pdf. Acesso em 23 ago. 2019.

DEERE, Carmem Diana. Objetivos de desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e a distribuição de terra na América Latina. *In: Dossiê desenvolvimento, poder, gênero e feminismo. Cadernos pagu* (52), 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201800520006>. Acesso em 20.10.2021.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos feministas**, Florianópolis, 2004.

DEERE, Carmem Diana; LEON, Magdalena. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5. N 10, 2003.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

FABRINI, João E. A luta dos sem-terra no Paraná. *In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton. Paraná insurgente: histórias e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI.* São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. *In: BUTTO, A. (Org.) Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres.* Brasília: MDA, 2009

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas.** 2019. Ed. Elefante, 2019. Disponível em: [Silvia Federici Opontozerodarevolucao.pdf](http://www.silviafederici.com.br/Opontozerodarevolucao.pdf). Acesso em 20 set. 2021.

FERRANTE, V.L.S.B., DUVAL, H.C. Vozes e Ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. *In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs). Retratos de Assentamentos.* Araraquara, v.12, n. 1, p. 391 – 418, 2009.

FILHO, José Sobreiro. **Ocupações de terra no Brasil (1988-2010): Uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra.** Universidade Estadual Paulista. Campus de Presidente Prudente (Brasil) 2011. Acesso em 02 set. 2019.

FIUZA, C. R. Solange. **Políticas sociais, famílias e poder em Guarapuava.** 2016. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.uel.br/teses_dissertacoes.php. Acesso em 09 mar. 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro. **FAO no Brasil**: 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/en/?page>. Acesso em 02 jun 2021.

FREITAS, Sonia M. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo, 2006.

FRANCO GARCÍA, María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

GIORDANI, Renatha; PEGORARO, Everly. Memorial retratos do campo. Disponível em: <https://retratosdocampo.wordpress.com/>. Acesso em 22 mar. 2021.

GERMANI, Guiomar I. Memórias da luta dos atingidos por Itaipu. *In*: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton. **Paraná insurgente**: histórias e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

GOMES, C. DE M. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 18, n. 1, p. 65-82, 13 abr. 2018.

GONÇALVES, Sergio. **Campesinato, resistência e emancipação**: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. 332 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/101433>. Acesso em 09 mar. 2018.

GOHN, Maria da G. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, 6(11):41-70, 2007.

GUARAPUAVA. Diagnóstico do município – gestão ambiental. Prêmio gestor público do Paraná. 2005. Disponível em: www.pgp.org.br. Acesso em 30 jun. 21.

HAURESKO, Cecília; LIMA, Natasha Sheibert de. Produção agropecuária do Assentamento Bananas, Distrito do Guará/Guarapuava-PR: entre modelos convencional e não convencional. **XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Disponível em: <http://www.enga2018.com.br/anais.php>. Acesso em 18 out. 2019.

HERRERA, Karolyna. **Da invisibilidade ao reconhecimento**: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. 2015. 133 p. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

HERRERA, Karolyna. **A jornada interminável**: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. Tese. (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. 227p.

HERRERA, Karolyna. Rompendo dicotomias. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 39(1), 63-79, 2019b. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.82>. Acesso em 18 out. 2019.

HENN, Iara Aquino. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos político. Niterói: Alternativa, 2013.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007

HOBBSAWN, Eric. **A era das revoluções. Europa. 1780-1848**, 5. Disponível em: <http://lutasocialista.com.br/livros/V%C1RIOS/HOBBSAWM,%20E.%20A%20era%20das%20revolu%E7%F5es.pdf>. Acesso em 30 out. 2019.

IAP, Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de manejo da área de proteção ambiental da Serra da Esperança**. 2009. Disponível em: http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/planoManejo/M_APA_Estadual_da_Serra_da_Esperanca.pdf. Acesso em 11 jul 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos**. Disponível em www.agenciadenoticias.ibge.gov.br. Acesso em 02 jul 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em 12 jul 2021.

INCRA, Instituto Nacional da Reforma Agrária. **Cresce o número de mulheres titulares de terra**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/cresce-o-numero-de-mulheres-titulares-de-terra-da-reforma-agraria>. Acesso em 12 dez. 2019.

INCRA, Instituto Nacional da Reforma Agrária. **Assentamentos do município de Guarapuava**. Disponível em www.painel.incra.gov.br. Acesso em 12 dez. 2019.

KERGOAT, D. "Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo". *In*: H. Hirata (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 336, setembro-dezembro/2010.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LE GOFF, Jaques. A visão dos outros um medievalista diante do presente. *In*: CHAUVEAU, Agnès; TÉTAT, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

LOZANO, MARIE ANNE STIVAL PEREIRA E LEAL. **Políticas Públicas e mulheres trabalhadoras rurais brasileiras**. 2018 406 f. Doutorado em interdisciplinar em Ciências Humanas Instituição de Ensino: UFSC, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFSC. Disponível em Plataforma Sucupira (capes.gov.br). Acesso em 02 dez. 2021.

MSTTR, Movimento Sindical de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais. **Plataforma política: Marcha das Margaridas 2019**. Brasília, 2019.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Raízes da insurgência sertaneja do Contestado. *In*: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (Org.). **Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: Quem faz? *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr, 2009.
- MELO, Hildete Pereira. P. de; CONSIDERA, Claudio; M.; SABBATO, Alberto. **Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil**. In: FONTOURA, ARAÚJO. O uso do tempo e gênero. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.
- MENACHE, Renata; MARQUES, Flávia Chorão; ZANETTI, Cândida. “Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação”. **Revista Nutrição**. v. 21. p. 145-158. 2008.
- MISKYW, Antonio Marcos. Posseiros em luta no Oeste do Paraná. *In*: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (Org.) **Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.
- MOTA, Dalva Maria da; SILIPRANDI, Emma; PACHECO, Maria Emília Lisboa **Soberania alimentar Biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Coleção Transição Agroecológica. Volume 5. Embrapa. Brasília DF, 2021.
- PARANÁ. 2009. **Plano de manejo da área de proteção ambiental da Serra da Esperança**. Disponível em: http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/planoManejo/M_APA_Estadual_da_Serra_da_Esperanca.pdf. Acesso em 11 jul. 2019.
- PAULILO, Maria Ignez. **Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio**. Encontro Internacional fazendo gênero: cultura, política e sexualidade no século XXI. Florianópolis: UFSC, 2000.
- PAULILO, Maria Ignez. **O Peso do Trabalho Leve**. 1987. Disponível em: <https://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>. Acesso em 12/10/19.
- PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: EdUFSC, 2016.
- PEDRO, Joana. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. *História* (São Paulo). 24. 2004.10.1590/S0101-90742005000100004. Disponível em [RELAES DE GENERO NA PESQUISA HISTORICA : traduzindo o debate \(scielo.br\)](https://scielo.br/pb/pt/bra/his/24/10/1590). Acesso em 06 set. 2021.
- PEDRO, Joana. As mulheres e a separação das esferas. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 4, n. 4:33-39,2000. Disponível em [as mulheres e a separação das esferas - PDF Free Download \(docplayer.com.br\)](https://www.docplayer.com.br/as-mulheres-e-a-separacao-das-esferas-pdf-free-download/). Acesso em 06 set. 2021.
- PENNA, Camila; ROSA, Marcelo. Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do Incra. **Lua Nova**, São Paulo, n. 95, p. 57-86, ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452015000200057&lng=pt&nrm=iso. Acesso 24 jan 2021.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

PRIORI, Angelo. Conflitos agrários e resistência: os camponeses de Porecatu. *In*: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (Org.) **Paraná insurgente**: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

SCHNEIDER, S. As formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **Redes**. Universidade de Santa Cruz do Sul –UNISC, v. 9, n. 3, p. 75-110, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SILIPRANDI E. Um Olhar Ecofeminista sobre as Lutas por Sustentabilidade no Mundo Rural. **Revista Agriculturas**: Experiências em Agroecologia. Acesso em: 05 de mar/ 2010.

SILVA, Sandro Pereira. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no território médio Jequitinhonha – MG. **IPEA**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/ Minas Gerais](http://www.ipea.gov.br/Minas_Gerais), 2012. Acesso em 06 set. 2021.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a bóia-fria. *In*: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. Disponível em: <https://cbd0282.files.wordpress.com/2014/05/feminismonobrasil.pdf>. Acesso em 14 dez. 2018.

THOMSOM, Alistair. **Recompondo a Memória**: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. São Paulo, 1997.

UNDPN (United Nations Development Programme). **Human development report 1997**. New York: UNDP, 1997.

VIANA, Raquel. **Os trabalhos não remunerados das mulheres rurais no Brasil**: um estudo a partir da pnad contínua - 2018' 31/07/2019 115 f. mestrado em serviço social instituição de ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, natal biblioteca depositária: biblioteca central Zila Mamede.

Wanderley, M. de N. B. (2019). A questão agrária, uma questão para a sociedade brasileira. Raízes: **Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 39(1), 15-30. Disponível em <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.78>. Acesso 06 set. 2021.

WHITAKER, Dulce C. A.; VELOSO, Telma M. G. (org). **Oralidade e subjetividade**: os meandros infinitos da memória. Campina Grande: EDUEP, 2005.

WOORTMANN, Ellen F. A comida como linguagem. **Habitus**, v. 11, n.1, p. 5-17, jan. /jun. Goiânia 2013.

ANEXO I – ENTREVISTAS

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Estado civil:
5. Município de procedência:
6. Desde quando mora no Assentamento Bananas?
7. Em que ano se casou?
8. Quantos filhos tem? Moram com a sra.? Quantas pessoas moram na casa?
9. Sempre trabalhou na agricultura?
10. Como que a senhora chegou até o assentamento?
11. Onde morava antes?
12. O que a fez largar a vida que tinha antes para mudar aqui para a região?
13. Como foi o início aqui na fase de acampamento?
14. Seus pais eram agricultores?
15. Em que momento decidiu participar da Associação Rural?
16. Qual o significado da sua participação dentro da Associação? E das demais mulheres?
17. Qual trabalho a sra realiza?
18. Tem horta na casa? O que planta? Quais produtos comercializa?
19. Participa do trabalho na panificadora comunitária?
20. O que planta? Quais produtos comercializa?
21. Participa do trabalho na panificadora comunitária?
22. Como a Sra percebe o trabalho dos homens e das mulheres dentro do assentamento? Há distinção?
23. Participa das reuniões da Associação? Possui algum cargo na organização?
24. Em algum momento a sra deixou de fazer alguma atividade social por ser mulher?
25. Como a sra. percebe o papel da mulher no trabalho dentro de casa?